

Reprovação escolar numa escola pública brasileira de ensino médio: estudo de caso

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação

Março, 2017

Reprovação escolar numa escola pública brasileira de ensino médio: estudo de caso

Wania da Silva Castro

**Dissertação apresentada para
cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de
Mestre em Ciências da Educação,
realizada sob a orientação da
Professora Doutora Maria do Carmo
Pereira de Campos Vieira da Silva.**

Março, 2017

WANIA DA SILVA CASTRO

**REPROVAÇÃO ESCOLAR NUMA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA DE
ENSINO MÉDIO: ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em 08 de Maio de 2017.

Professor Doutor Luis Manuel Aires Ventura Bernardo (Presidente) – Professor Auxiliar com Agregação - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH.

Professora Doutora Ângela Perpétua Rodrigues (Arguente) – Professora Auxiliar Aposentada - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Professora Doutora Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da Silva
Orientadora

Lisboa
2017

“Decoreba: esse é o método de ensino. Eles me tratam como ameba e assim eu não raciocino”.

“Não aprendo as causas e conseqüências só decoro os fatos. Desse jeito até história fica chato”.

“Então eu vou passar de ano, não tenho outra saída, mas o ideal é que a escola me prepare pra vida: discutindo e ensinando os problemas atuais e não me dando as mesmas aulas que eles deram pros meus pais”.

(Gabriel O Pensador)

Dedicatória

À Deus, princípio, meio e fim de tudo, por me dar forças para a concretização de mais um sonho.

Aos meus pais, Guilherme Castro (*in memoriam*) e Celina, por sempre me apoiarem em minhas decisões e serem meu alicerce em todas as minhas lutas, derrotas e vitórias.

Agradecimentos

A todos que colaboraram, de forma direta ou indireta, para a concretização desta dissertação de mestrado, em especial:

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH;

À Professora Doutora Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da Silva pela disponibilidade, excelente e segura orientação, dedicação e profissionalismo;

À minha família por me incentivar sempre que me sentia insegura, dando-me palavras de fé e ânimo para continuar, mesmo estando longe do meu convívio;

Ao meu esposo, Abilio, pelos momentos felizes e pelo constante encorajamento nas minhas horas de desânimo e angústia e, principalmente, pelo amor e compreensão;

Um agradecimento especial ao Sr. Josué Araújo pelos incontáveis auxílios no tocante aos trâmites legais nos processos de licença para afastamento para estudos e pela valiosa amizade.

À gestão, professores e funcionários da secretaria do Centro de Ensino Bandeira Tribuzi, alvo desta investigação, pela colaboração e preenchimento das entrevistas;

Aos colegas de mestrado, pela amizade e companheirismo durante o curso, em especial ao Luan Paiva e Tatiana Beirante pelo constante apoio, valiosas sugestões e momentos partilhados.

Aos amigos da eterna ETFMA, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), e colegas de trabalho pela presença constante através das mídias, trazendo-me alegria e apoio necessários para esta jornada e por me mostrar o real valor da verdadeira amizade.

Resumo

A presente pesquisa é o resultado de um estudo de caso, realizado numa escola estadual de ensino médio em São Luís do Maranhão (Brasil). Tendo como foco a reprovação escolar, analisam-se as causas dessa reprovação ocorridas num intervalo de tempo predefinido. A investigação utilizou como sujeitos os alunos (através de dados estatísticos) e os professores (através de entrevista) da referida escola. Detectou-se que a reprovação escolar está relacionada a um somatório de vários fatores entrelaçados, dentre os quais se destacam as desigualdades sociais que se encontram intrinsecamente ligadas às desigualdades escolares.

Como procedimento metodológico, utilizou-se uma abordagem mista correlacionada com o estudo de caso. Os resultados obtidos foram articulados com os estudos e as contribuições dos especialistas na área de educação, ensino e aprendizagem, tais como Pierre Bourdieu e Michael Young, entre outros. Dentre os principais resultados, destacamos: o número de alunos que ficam reprovados é muito elevado, especialmente no 1º ano do ensino médio, provavelmente fruto de uma educação de má qualidade no ensino fundamental; as principais causas do desinteresse dos alunos são, além das sucessivas reprovações, o distanciamento familiar da escola, o currículo escolar que não atende aos interesses do aluno e metodologias inadequadas que fazem com que o processo ensino-aprendizagem não seja significativo; a reprovação pode afetar os alunos a nível socioemocional de modo a apresentarem baixa auto-estima, além de comportamentos inadequados, sendo um possível fator de perturbação e de indisciplina na sala de aula. Concluímos que há uma necessidade de reestruturação do projeto político pedagógico pois o mesmo encontra-se defasado em alguns aspectos, principalmente agora com a implementação do novo sistema escolar de ensino pelo governo federal.

Palavras chaves: Educação; reprovação escolar; fracasso escolar.

Abstract

The following research is the result of a case study, held at a state high school in São Luis, Maranhão (Brazil). Having graduation failure as focus, the causes of such failures during a set time period were analyzed. The investigation utilized as subjects the alumni (through statistic data) and the teachers (through interviews) of the given school. It was detected that school failure is related to a sum of interlaced factors, standing out among them were social inequalities that are intrinsically linked to school inequalities.

For the methodological procedure, a mixed approached correlated to the case study was used. The results obtained were articulated with the studies and the contributions of specialists on the educational field, teaching and learning, such as Pierre Bourdieu and Michael Young, among others. Among the major results, we highlighted: the number of students that failed is very high, especially on the 1^o year of high school, probably due to a low education quality on elementary school; the main causes of student disinterest are, besides successive failures, the family detachment from school, the school curriculum that doesn't meet the needs of the students and inadequate methodologies that make the teaching-learning process not significant; failure can affect the students at a socioemotional level, causing them to develop low self-esteem, as well as inadequate behavior, which can be a possible factor of disturbance and indiscipline on the classroom. It was concluded that there's a necessity of restructuring of the political pedagogical project, as it's been found to be outdated in some aspects, especially now with the enforcement of the new school teaching system by the federal government.

Keywords: Education; school failure.

Lista de abreviaturas

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APA – American Psychological Association

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA – Estado do Maranhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Medida Provisória

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SECTUR – Secretaria de Cultura e Turismo

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação do Estado do Maranhão

SIAEP – Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
I PARTE – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
Capítulo1. Definição de conceitos	6
Capítulo2. Principais causas da reprovação	11
2.1. Desigualdade social <i>versus</i> desigualdade escolar	11
2.2. Condições socioeconômicas e culturais	15
2.3. Os alunos	18
2.4. As famílias	20
2.5. Os professores	22
2.6. O currículo	23
2.7. A avaliação e o sistema educativo	26
Capítulo 3. Principais consequências da reprovação escolar	27
3.1. O abandono escolar <i>versus</i> distorção idade-série	27
3.2. O comportamento socioemocional	29
3.3. Os custos elevados na educação	30
Capítulo 4. O ensino médio no Brasil	30
Figura 1 – Estrutura da Educação no Brasil.....	32
4. 1. O Novo Ensino Médio no Brasil.....	34
II PARTE – ESTUDO EMPÍRICO.....	44
Introdução	44
Capítulo 1. A escola estadual Centro de Ensino Bandeira Tribuzi como <i>locus</i> da pesquisa.....	45
1.1. Missão, visão e metas.....	46
1.2. Caracterização da escola.....	49
1.3. População escolar	51
1.4. Sistema avaliativo da escola	52

Capítulo 2 . Metodologia.....	54
2.1. Instrumentos e Procedimentos.....	54
2.2. Sujeitos e participantes	55
Capítulo 3. Análise das causas da reprovação no <i>locus</i> da pesquisa	56
3.1. O número de alunos por turma.....	56
3.2. A problemática do Conselho Escolar.....	58
3.3. A distorção idade-série.....	67
Capítulo 4. A opinião dos professores	69
III PARTE – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	75
BIBLIOGRAFIA	78
ANEXOS	86
Anexo 1 - Entrevista aos professores do Centro de Ensino Bandeira Tribuzi	87
Anexo 2 - Transcrição das respostas das entrevistas aos professores do Centro de Ensino Bandeira Tribuzi.....	91
Figura 2 - Reforma do Ensino Médio: o que muda na LDB com a medida provisória do MEC	115
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS	
Gráfico 1 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	61
Gráfico 2 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Noturno.....	62
Gráfico 3 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial.....	63
Gráfico 4 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Diurno.....	63
Gráfico 5 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno	64
Gráfico 6 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial.....	64

Gráfico 7 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Diurno.....	65
Gráfico 8 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Noturno.....	66
Gráfico 9 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2015 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	66
Gráfico 10 - Distorção idade-série - 1º ano - Ano letivo de 2013 - Turnos Diurno e Noturno	116
Gráfico 11 - Distorção idade-série - 2º ano - Ano letivo de 2013 - Turnos Diurno e Noturno	116
Gráfico 12 - Distorção idade-série - 3º ano - Ano letivo de 2013 - Turnos Diurno e Noturno	117
Gráfico 13 - Distorção idade-série - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	117
Gráfico 14 - Distorção idade-série -1º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno	118
Gráfico 15 - Distorção idade-série - 2º ano - Ano letivo de 2014 – Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno	118
Gráfico 16 - Distorção idade-série - 3º ano - Ano letivo de 2014 – Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno	119
Gráfico 17 - Distorção idade-série - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	119
Gráfico 18 - Distorção idade-série – 1º ano - Ano letivo de 2015– Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turno Diurno	120
Gráfico 19 - Distorção idade-série - 2º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno	120
Gráfico 20 - Distorção idade-série - 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial Turnos Diurno e Noturno.....	121
Gráfico 21 - Distorção idade-série - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2015 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	121
Gráfico 22 - Alunos reprovados na 1ª série nos anos de 2013, 2014 e 2015	122
Gráfico 23 - Alunos reprovados na 2ª série nos anos de 2013, 2014 e 2015	122
Gráfico 24 - Alunos reprovados na 3ª série nos anos de 2013, 2014 e 2015	123

Gráfico 25 - Alunos reprovados na 1ª etapa da EJA nos anos de 2013, 2014 e 2015.....	123
Gráfico 26 - Alunos reprovados na 2ª etapa da EJA nos anos de 2013, 2014 e 2015.....	124
Tabela 1 - Alunos matriculados no 1º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial	125
Tabela 2 - Alunos matriculados no 2º ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial	125
Tabela 3 - Alunos matriculados no 3º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular -Nível: Médio Presencial	126
Tabela 4 - Alunos matriculados na 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	126
Tabela 5 - Alunos matriculados no 1º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial	127
Tabela 6 - Alunos matriculados no 2º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial	127
Tabela 7 - Alunos matriculados no 3º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial	128
Tabela 8 - Alunos matriculados nas 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	128
Tabela 9- Alunos matriculados no 1º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível : Médio Presencial	129
Tabela 10 - Alunos matriculados no 2º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial.....	129
Tabela 11 - Alunos matriculados no 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial.....	130
Tabela 12 - Alunos matriculados nas 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2015 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	130
Tabela 13 - Mapa de resultados - Reprovados – 1º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno.....	131
Tabela 14 - Mapa de resultados - Reprovados - 2º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno.....	131

Tabela 15 - Mapa de resultados - Reprovados - 3º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	132
Tabela 16 - Mapa de resultados - Reprovados - 1º, 2º e 3º anos - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno	132
Tabela 17 - Mapa de resultados - Reprovados - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	133
Tabela 18 - Mapa de resultados - Reprovados - 1º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	133
Tabela 19 - Mapa de resultados - Reprovados - 2º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	134
Tabela 20 - Mapa de resultados - Reprovados - 3º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	134
Tabela 21 - Mapa de Resultados - 1º, 2º e 3º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno	135
Tabela 22 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	135
Tabela 23 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	135
Tabela 24 - Mapa de Resultados - Reprovados - 2º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	136
Tabela 25 - Mapa de Resultados - Reprovados - 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno	136
Tabela 26 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1º, 2º e 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno	137
Tabela 27 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1ª e 2ª etapas - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial	137

INTRODUÇÃO¹

A reprovação nas escolas brasileiras é um problema bastante antigo, porém ainda atual, e geralmente está condicionado à percepção de que todas as pessoas aprendem (ou pelo menos deveriam aprender) de maneira igual e simultaneamente.

Como professora, sempre questionei alguns procedimentos metodológicos de certos profissionais da educação no tocante à reprovação escolar, até mesmo como uma maneira de avaliar e criticar meu próprio pensar e fazer pedagógico.

Em várias ocasiões pude observar algumas idéias e ideais retrógrados de alguns professores que, infelizmente, ainda permeiam o nosso ensino e, por conseguinte, são repassados para nossos alunos através da práxis de cada educador, principalmente em relação à avaliação.

Vale salientar que toda regra tem exceção: encontrei vários professores empenhados em suscitar no aluno o interesse pelo estudo, pela pesquisa, pelo questionamento de acontecimentos historicamente construídos, bem como os cotidianos, como maneira de levá-los a pensar e agir sobre os mesmos.

Sabe-se que nem todas as pessoas possuem o mesmo tempo de recepção e percepção e que encontraremos alunos com alguma dificuldade de aprendizagem, o que poderia gerar um certo “desinteresse” do aluno não pela disciplina em si, mas porque não está sendo significativa e, desse modo, apreendida de maneira satisfatória.

A escola, nesse caso, deveria promover reflexões e ações voltadas à percepção das dificuldades encontradas pelos alunos, à medida que elas surgem, durante os seus processos avaliativos para (re)orientar escolhas relacionadas com as práticas pedagógicas.

Agindo desse modo, consegue esclarecer aspectos que não foram claramente compreendidos e pode realizar mediações especificamente direcionadas às dificuldades individuais.

Em algumas escolas os alunos ainda são vistos como “tábua rasa”, uns meros receptores do conhecimento, e o professor como o transmissor da “verdade” absoluta e

¹ O texto está redigido em português do Brasil e segue a Norma APA 2010.

inquestionável. Ainda é possível encontrar a “cultura da reprovação” como modalidade de prática pedagógica.

Segundo Pereira (2011, parágrafo 2²):

No Brasil a estrutura de organização seriada, presente na maioria das unidades escolares, subsidia a aceitação da reprovação como se esta fosse a solução mais viável para tratar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou ainda que “não aprendem”, se é que é possível que alguém não aprenda. É uma espécie de controle que barra a progressão daqueles que não seguem o percurso escolar por não estarem no mesmo nível de aprendizagem dos demais.

A justificativa para a reprovação do aluno na mesma série³ é que, dessa maneira, assim ele poderá rever os conceitos e conteúdos que não conseguiu assimilar durante aquele ano, podendo lograr êxito no ano vindouro com o “bônus” de que essa aprendizagem, decorrida em dois ou mais anos, irá facilitar a sua vida no decorrer da sua carreira acadêmica.

Sabe-se, porém, que ainda não existe nenhuma pesquisa com embasamento teórico e/ou prático que fundamente essa perspectiva de que o aluno que repete vá trabalhar com sucesso os mesmos conteúdos no ano seguinte. Aliás, existem pesquisas que vêm demonstrando justamente o contrário.

No Brasil, os alunos que ficam reprovados repetem todas as disciplinas que estudaram no ano anterior e não apenas aquelas a que sentiram dificuldades, o que torna mais difícil e penoso o processo de aprendizagem.

De acordo com Pereira (2011, parágrafo 1):

A reprovação nas escolas brasileiras é antiga e está atrelada à idéia de que os sujeitos aprendem ou deveriam aprender em tempos iguais e determinados. É a evidência mais forte da concepção tradicional de ensino que concebe o professor como um transmissor de conhecimentos e o aluno como um mero receptor. Revela ainda a concepção dos professores que acreditam na

² Não havendo paginação no referido documento, foi colocado o parágrafo onde se encontra a citação, segundo as normas da APA.

³ Entende-se por “série” o ano de escolaridade em que o aluno se encontra.

homogeneidade dos sujeitos, neste caso, daqueles que frequentam a escola na condição de alunos, termo que significa “sem luz”, talvez uma mera coincidência.

É notório que alguns dos profissionais da educação procuram entender o assunto da reprovação escolar através de um olhar conteudista e tradicional, enquanto outros tentam, através da adoção de outras práticas educativas, sanar essa problemática.

Dessa maneira, podemos questionar:

- ✓ Quais os fatores que favorecem e/ou dificultam o processo de ensino-aprendizagem?
- ✓ Quais as prováveis causas que contribuem para que os alunos fiquem reprovados na escola?
- ✓ De que maneira a comunidade escolar e os pais desses alunos poderão contribuir para resolver essa problemática?
- ✓ Quais as medidas utilizadas a fim de que o aluno ingressante no 1º ano na escola possa consiga sair como concludente, no tempo estabelecido pela LDB, sem ter que passar por uma ou mais reprovações?
- ✓ Os percentuais de reprovação no período estudado são significativos? Por quê?

No intuito de tentar responder a esses questionamentos, direciona-se a nossa pesquisa através de estudos de vários autores que analisaram e que ainda estudam essa problemática, sabendo das suas implicações na vida cotidiana dos alunos e da comunidade em que se encontram inseridos, bem como a despesa extra que cada aluno reprovado representa para os cofres públicos do Estado.

Como consequência, os nossos objetivos são os que a seguir se apresentam:

Objetivo geral

- ✓ Identificar as causas da reprovação escolar numa escola de ensino médio da rede pública estadual do Maranhão.

Objetivos específicos

- ✓ Verificar se a reprovação escolar está relacionada com as condições socioeconômicas e culturais dos alunos do ensino médio;
- ✓ Conhecer a situação atual dos alunos inseridos na escola e eventuais comprometimentos com a problemática da reprovação escolar;

- ✓ Compreender, sob a ótica dos estudiosos da educação e das políticas educacionais, os fatores determinantes da existência da reprovação e suas consequências;
- ✓ Analisar de que forma são desenvolvidas as práticas avaliativas externas e internas na escola e seus efeitos na comunidade escolar, relacionando-as com a reprovação escolar.
- ✓ Avaliar o trabalho institucional, com base nos objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, tendo em vista o redimensionamento de suas ações educativas.

Dessa forma, pretende-se compreender as práticas de reprovação escolar, num período pré-determinado na escola pesquisada, bem como as consequências dessas práticas.

Neste contexto utiliza-se, para executar a investigação sobre a “reprovação escolar numa escola pública de ensino médio: estudo de caso”, uma abordagem metodológica mista, a partir de entrevistas direcionadas aos professores, além de dados quantitativos como fonte e suporte para a análise qualitativa a fim de sustentar a problematização.

Na primeira parte da pesquisa faz-se uma análise sobre o que é a reprovação escolar à luz de vários autores sociais e atores educacionais e de indicadores que permitissem exercitar a reflexão acerca do assunto, sabendo que nem todos são unânimes quando tratam a questão da reprovação escolar como sendo um problema apenas da escola, muito menos do aluno ou da família.

Na segunda parte pretende-se analisar as principais causas e consequências que são vistos com fatores preponderantes para a problemática da reprovação escolar no sentido de demonstrar que, segundo alguns referenciais teóricos, a reprovação é compreendida como consequência social e não apenas como condição individual e/ou familiar.

Também faz-se uma breve explanação sobre o sistema de ensino médio no Brasil e a implantação de um novo sistema de ensino pelo atual governo brasileiro.

Na terceira parte, com a finalidade de compreendermos melhor a escola pesquisada, realizaremos sua caracterização, tanto por meio de sua situação histórico-geográfica, quanto da sua população escolar e seu sistema de ensino.

Analisa-se as causas da reprovação no *locus* da pesquisa, procurando-se responder às questões que nortearam este estudo, incluídas as recomendações para posteriores estudos no âmbito das investigações em educação, em especial com o advento da implantação de um novo sistema de ensino médio no Brasil.

I PARTE – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo 1. Definição de conceitos

A palavra reprovação refere-se à ação e ao efeito de reprovar, ou seja, obter uma má qualificação que impede de atingir um objetivo específico, geralmente positivo (Conceito.de, 2012, Maio 16).

O termo reprovado também pode significar censurado, criticado, condenado; quanto à palavra reprovação quer dizer desprezo, crítica, desdém. Os sentidos das expressões já revelam por si mesmos as suas implicações (Pereira, 2011, parágrafo 5).

No âmbito da educação, um aluno poderá ficar reprovado devido ao seu fraco desempenho acadêmico, não obtendo as notas necessárias, segundo as normas escolares, para prosseguir com os estudos.

Nesse caso, terá que repetir o ano, ou seja, rever todas as matérias que já estudou (as que obteve êxito e as que reprovou), com a finalidade de assegurar a apreensão satisfatória das mesmas e, desse modo, prosseguir os seus estudos. A reprovação é uma das causas do fracasso escolar.

Por retenção entende-se a situação em que um aluno se mantém no mesmo nível de ensino durante um ano adicional, em vez de avançar para um nível superior juntamente com os respectivos pares da mesma idade. Neste contexto são também utilizados os termos recuperação, repetição e reprovação (Brophy, 2006, citado por Conboy, Santos, Moreira, & Fonseca, 2013, parágrafo 4).

Ramal (2014) afirma que:

Não é à toa que o estudo recém-divulgado pelo Todos pela Educação ⁴ mostra que apenas 54% dos jovens brasileiros conseguem concluir o ensino médio até os 19 anos. Dos jovens entre 15 e 17 anos, um a cada cinco ainda está no ensino

⁴ Fundado em 2006, o Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil brasileira que tem a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade.

fundamental, acumulando reprovações. E 15,7% abandonaram o estudo, certamente depois de experiências de fracasso escolar.

Segundo Torres, citado por Mandaloz, Scalabrin, & Jappe (s.d., parágrafo 12), o termo fracasso escolar também aparece ligado ao conceito de retenção ou reprovação, pois pensar em fracasso escolar:

É pensar, também em reprovação, que é a solução interna que o sistema escolar encontra para lidar com o problema da não aprendizagem ou da má qualidade de tal aprendizagem, não deixando de lado a retenção, recuperação, enfim, tantos outros sinônimos que são empregados para caracterizar a palavra fracasso.

Para Martins (2006, p. 13):

O insucesso escolar é um fenómeno muito abrangente, generalizado, complexo, geralmente caracterizado pelo fraco rendimento escolar dos alunos que por razão de varia ordem [*sic*] não puderam alcançar resultados satisfatórios no decorrer ou no final de um determinado período escolar.

Os defensores da prática da reprovação escolar a descrevem como uma ação corretiva válida, proporcionando aos alunos a oportunidade de desenvolver a destreza necessária para o sucesso na matéria curricular mais exigente do ano escolar consecutivo.

Esses atores educacionais se referem ao aspecto motivacional e o seu papel em transmitir aos alunos as elevadas expectativas que a sociedade pretende manter, dizendo também que a retenção conduz a grupos de alunos mais homogêneos e que, tendo por base o mérito acadêmico, coloca todos os alunos em pé de igualdade, tornando a retenção um processo democrático (Conboy et al., 2013, parágrafo 6).

Conboy et al. (2013, parágrafo 7) afirmam, ainda, que:

Em termos metodológicos, os defensores apontam frequentemente estudos que comparam dois grupos: os alunos retidos, por um lado, e os seus pares de ano escolar. Tais estudos usualmente originam resultados que demonstram algumas vantagens no desempenho a curto prazo. Geralmente, ao fim de um ano, um aluno retido melhora a sua posição acadêmica na turma. Assim os defensores chegam à conclusão de que a retenção detém vantagens.

Santos e Sant'Ana (2013, p. 694) corroboram com esta visão quando relatam que:

No Brasil, têm-se a crença de que, repetir a série é bom para o aprendizado do aluno. Em adição a isso, a “pedagogia da repetência” recorre à reprovação como mecanismo voltado para motivar os alunos a aprender, já que as tarefas que compõem o ofício do aluno não são motivadoras em si, devendo a motivação ser garantida por dispositivos externos ao processo pedagógico.

Porém fazem uma ressalva quando afirmam que “geralmente, as turmas consideradas “fracas” por causa da repetência acabam por gerar mais repetentes, criando um círculo vicioso, que favorece o fracasso escolar” (Santos & Sant'Ana, 2013, p. 694).

Ainda temos, na cultura da reprovação, professores que se utilizam das avaliações não como um momento de se obter um *feedback* das ações desenvolvidas durante o processo ensino-aprendizagem mas sim de um “acerto de contas” com alguns alunos que se “comportaram mal” durante esse processo. Trazem consigo uma “bagagem cultural” em relação à reprovação como se fosse legítimo utilizá-la como uma espécie de instrumento de repreensão, coerção e/ou até mesmo punição.

Jacomini (2009, p. 566) referencia que para alguns educadores, a prática da reprovação está associada à repressão:

Diante das dificuldades da instituição escolar e dos professores em mobilizarem nos alunos o desejo e os recursos necessários à aprendizagem, a ameaça da reprovação passou a ser o principal instrumento de pressão para garantir disciplina, realização de tarefas e estudos, principalmente em épocas de provas, ou seja, uma forma de submissão dos alunos a uma organização escolar incapaz ou impossibilitada de cumprir sua principal tarefa: educar as novas gerações. No entanto, ao fazer isso, a escola compromete o desenvolvimento moral e intelectual dos alunos.

De acordo com a Prefeitura do Estado de São Paulo, no programa Mais Educação São Paulo (2013):

A retenção é resultante de um processo e sinaliza que o percurso do ensino e aprendizagem não atingiu o desejado até determinado momento. É, nesse sentido, um indicador de dificuldades a serem superadas, a fim de que o estudante possa, de fato, avançar para

novas etapas. Não deve ser concebida como mecanismo punitivo ou de exclusão.

Na realidade, a reprovação só deveria ser utilizada em último caso, quando todas as possibilidades e estratégias de apoio pedagógico complementares e de recuperação possíveis não tivessem logrado êxito, fazendo com que a promoção desse aluno para outra série pudesse estar comprometida negativamente.

Ribeiro e Paiva (1995), citados por Santos & Sant'Ana (2013, p. 694), apontam para o uso da reprovação, ou mesmo sua ameaça, como manifestação de um autoritarismo docente, quando os métodos de ensino não são efetivos. Desse modo, a ameaça da reprovação constitui o único instrumento de motivação, atestando que o “fracasso” é do aluno.

Neme (2013, Outubro 29) ressalta que:

Os educadores hoje já sabem muito bem que o domínio do medo, o fantasma da reprovação, pode facilitar o controle da disciplina da classe de um ou outro professor cujas aulas são desinteressantes e não motivadoras, mas de nenhuma forma garante a aprendizagem.

No entanto, ainda existem alguns mecanismos pedagógicos que, dependendo do modo como são utilizados, “mascaram” os resultados negativos, no caso das reprovações, gerando insatisfação em alguns profissionais da educação.

Os educadores entendem que certos “mecanismos” não correspondem à realidade e têm apenas a finalidade de se obter um rendimento escolar maior para efeito de comparação com outras escolas públicas e exames nacionais, como no caso da aprovação automática utilizada em algumas escolas brasileiras.

Para a professora da Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Psicologia, Norma Lucia de Queiroz:

A reprovação não é benéfica. Ela é ruim para qualquer pessoa, em qualquer situação. Por outro lado, não admitimos a aprovação automática, porque isso traz prejuízo para o próprio aluno. Uma hora ele vai precisar dessa aprendizagem. Aprovar com base na possibilidade de recuperação no ano seguinte não tem garantia. O ideal é que não reprove, mas que desde o primeiro dia do ano letivo

haja um cuidado com o desenvolvimento dos alunos (Revista Profissão Mestre, 2013, Novembro 06).

A proposta é garantir o desenvolvimento do estudante e o alcance dos requisitos básicos em cada ano e para que isso aconteça é preciso vencer etapas.

De acordo com Paro (2001), citado por Glória (2002, p.13):

A aprovação automática é comumente compreendida como uma aprovação sem critério, cujo intuito, político, seria meramente o de mascarar estatísticas de reprovação e evasão escolar, de modo a parecer que a escola pública está mais eficiente. Nestes termos, não há uma preocupação com a adoção de outras medidas capazes de garantir o direito à formação e à informação pelo aluno em seu processo de escolarização.

Enquanto alguns atores sociais concordam com essa prática, outros a consideram retrógrada e, por vezes, abusiva à medida que o professor é “coagido” a passar o aluno para a série (ou ano) seguinte sem que o mesmo tenha apreendido o conteúdo que lhe foi ensinado.

Por esse motivo, não são unânimes ao aceitar a progressão desses alunos para a próxima série/ano, sem que os mesmos tenham apreendido as competências e habilidades exigidas por cada disciplina e que são necessárias para dar prosseguimento aos estudos. Muitos professores ainda têm essa visão meritocrática e, para eles, o aluno deve, sim, reprovar se não apreenderam os conteúdos contidos no currículo.

Jacomini (2009, p. 565) refere que:

Embora, em certo sentido, as condições criadas pela ampliação do acesso e pela “democratização” do ensino tenham permitido o questionamento dessa solução e apresentado a necessidade de se construir uma alternativa baseada nos princípios da educação como direito fundamental do homem – e na perspectiva de que todos possam aprender se lhes forem dadas as condições adequadas e o respeito às suas potencialidades – a reprovação ainda é vista por muitos atores educacionais como necessária aos processos de ensino e aprendizagem.

Ressalta ainda que, num contexto em que as premissas acima são desconsideradas, a reprovação tem, para a escola, a finalidade de garantir alguma homogeneidade do conhecimento que cada ciclo requer, impedindo a presença daqueles que ainda não realizaram determinadas aprendizagens e é apresentada aos pais e alunos como uma outra oportunidade para aprender, uma vez que o discente poderá refazer o ciclo em que foi retido e aprender o que não havia aprendido (Jacomini, 2009, p. 565).

Capítulo2. Principais causas da reprovação

No estudo sobre a reprovação escolar, podemos verificar que vários autores são unânimes ao apontar algumas possíveis causas.

Pereira (2011, parágrafo 30) acredita que:

Vários fatores contribuem para que haja uma disparidade entre o que de fato acontece no cotidiano das escolas e, num sentido mais amplo, na Educação. É preciso perceber que a reprovação apenas reproduz um modelo de sociedade excludente e segregadora que privilegia cada vez mais uma camada da sociedade.

Dentre os fatores que podem levar o aluno a reprovar pode-se destacar a desmotivação no estudo, a dificuldade dos conteúdos, a não assimilação das informações geradas no contexto das aulas, o método didático e avaliativo do professor, entre outros, alavancados abaixo.

2.1. Desigualdade social *versus* desigualdade escolar

No processo de aquisição do conhecimento, a escola reproduz as desigualdades sociais por ser mais favorável aos alunos social e culturalmente privilegiados no que diz respeito à organização dos sistemas escolares, que podem aumentar ou atenuar o impacto das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares (Dubet, Duru-Bellat, & Véroùt, 2012, p. 22)

Enfatizam ainda que “quanto mais determinante for o papel dos diplomas, mais marcadas serão as desigualdades escolares e mais rígida será a reprodução das desigualdades sociais” (Dubet, Duru-Bellat, & Vêrétout, 2012, p. 22).

Bourdieu diz que a escola é a principal responsável pela reprodução das classes sociais e que pode-se perceber nas instituições de ensino a sua função de legitimadora de um sistema de idéias, seja de cunho político ou cultural (Silva, s.d., parágrafo 2).

De acordo com Silva (s.d., parágrafo 4):

As instituições de ensino não têm levado em conta as diferenças existentes na sociedade e acabam por privilegiar e legitimar em suas práticas os preceitos da cultura dominante. Dessa maneira, a escola está dando maior vantagem para as crianças que já nasceram inseridas nessa cultura e dominam tais preceitos culturais. Para esses, a escola será a continuidade de sua prática social e familiar. No entanto, para as crianças das classes dominadas é preciso despir-se de sua cultura para assimilar esses novos preceitos culturais das classes dominantes.

Durante esse processo de aculturação podem haver determinadas rupturas relacionadas ao abandono de crenças, costumes e padrões já enraizados a fim de se moldar à nova cultura predominante, o que leva muitos alunos a tentar questionar essa nova “verdade” através de comportamentos, por vezes, inaceitáveis.

São as diferenças culturais entre a escola e os grupos sociais mais desfavorecidos que explicam o seu insucesso escolar. Enquanto os filhos destes grupos sentem uma descontinuidade ou mesmo ruptura entre o seu universo cultural e o que enforma a escola, os filhos dos grupos sociais mais favorecidos vivem a escolaridade como um prolongamento da sua cultura familiar, dado serem os membros destes grupos que definem o que é escolarmente valorizado (Seabra, 2009, p. 90).

Rodrigues (2007) relata que, no livro “Os herdeiros”, Bourdieu e Passeron:

Discordam do discurso dominante segundo o qual a conquista de uma “escola para todos”, de caráter igualitário, tornaria possível a realização das potencialidades humanas; compreendem que a instituição escolar dissimula, por trás de sua aparente neutralidade, a reprodução das relações sociais e de poder vigentes: encobertos

sob as aparências de critérios puramente escolares, estão critérios sociais de triagem e de seleção dos indivíduos para ocupar determinados postos na vida; entendem que não há qualquer possibilidade de romper com as estruturas de reprodução e afirmam que as teorias pedagógicas são uma cortina de fumaça que procura ocultar o poder reprodutor do sistema que está nas mãos dos educadores.

De acordo com os referidos autores não existe nenhuma possibilidade de mudança, pois o sistema de ensino reproduz as relações vigentes sem que os educandos se apercebam, selecionando-os de modo a servir aos seus interesses.

Utilizando o discurso de igualdade para todos, as instituições de ensino ignoram as diferenças que se encontram no capital cultural que o aluno herda de sua família e do seu meio social e acabam por privilegiar e legitimar em suas práticas os preceitos da cultura dominante, perpetuando as desigualdades (Bourdieu & Passeron, s.d.).

Dessa maneira, a escola está dando maior vantagem para as crianças que já nasceram inseridas nessa cultura e dominam tais preceitos culturais. Para esses, a escola será a continuidade de sua prática social e familiar. No entanto, para as crianças das classes dominadas é preciso despir-se de sua cultura para assimilar esses novos preceitos culturais das classes dominantes.

Segundo Bourdieu e Passeron (1964), citados por Seabra (2009, p. 90):

As aptidões medidas com o critério escolar resultam, não tanto de quaisquer 'dons' naturais (que serão sempre hipotéticos enquanto pudermos atribuir a desigualdade escolar a outras causas), mas da maior ou menor afinidade entre os hábitos culturais duma classe, as exigências do sistema de ensino e os critérios que aí definem o sucesso. [...] Para os filhos de camponeses, de operários, de empregados ou de pequenos comerciantes, a aquisição da cultura escolar é aculturação.

Sendo a cultura nada mais do que os valores e significados que orientam e dão personalidade a um grupo social, Bourdieu (s.d.) refere que os alunos que pertencem às classes mais favorecidas trazem de berço uma herança que ele denominou de capital cultural.

Bourdieu ressalta que a cultura, que está dividida em classes, se transforma em uma moeda utilizada pelas classes dominantes para estabelecer as diferenças e, dessa forma, a cultura acaba por se transformar em instrumento de dominação, sendo que os dominantes acabam por impor aos dominados a sua cultura, dando a esta um valor inquestionável, fazendo da mesma a melhor cultura a ser seguida (Silva, s.d., parágrafo 18).

De acordo com Silva (s.d., parágrafo 19), “essa dinâmica pode ser entendida como arbitrário cultural dominante, ou seja, uma cultura se impor sobre a outra. Essa foi a maior de todas as contribuições de Bourdieu transposta para a educação”.

Ferrari (2008, parágrafo 13) referencia que, para Bourdieu, a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural e este está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula, pois os mesmos tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias "heranças", como a postura corporal e a habilidade de falar em público.

Por não compreenderem que o capital cultural está intrinsecamente ligado ao sucesso nos estudos, os próprios estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado.

Bowles e Gintis (1998, p. 5), citados por Moura (s.d., parágrafo 10), dizem que:

Os alunos são convencidos de que o sistema educativo premia e recompensa quem trabalha. No entanto, esta situação não passa de um mito, pois o sistema educativo premia de forma diferente os alunos conforme os seus estratos sociais: os alunos das classes mais poderosas serão as classes poderosas do amanhã; os alunos das classes desfavorecidas serão as classes desfavorecidas do amanhã. Assim, a desigualdade de escolarização reproduz a divisão social do trabalho. Desta forma, a divisão social do trabalho é reproduzida de geração em geração, e essa reprodução é garantida pela escola. Assim, o sistema educativo dá a ideia de promover e desenvolver a igualdade de oportunidades “com o conjunto de crenças cuja reprodução é assegurada através da inculcação

deliberada dos conceitos modernos de justiça distributiva através da escolarização”.

Dubet, Duru-Bellat e Véréttout (2012, p. 25) enfatizam:

Quando um país considera que os diplomas devem determinar estritamente as posições sociais, não somente as desigualdades escolares desempenham um papel social considerável no futuro dos indivíduos, mas também os pais vão fazer tudo para aumentar a vantagem escolar relativa de seus filhos, visto que seu futuro depende totalmente disso. Em contrapartida, as mesmas desigualdades escolares exercerão um papel bem diferente em um país que atribui menos peso aos diplomas e desenvolve outros sistemas de qualificação profissional e/ou dá acesso ao emprego.

“As teorias ‘explicativas’ das desigualdades no seio da escola afiguram-se importantes para uma análise consciente e ‘não ingênua’ da realidade escolar” (Moura, s.d., parágrafo 93).

Moura (s.d., parágrafo 93) refere, ainda, que essas teorias tiveram o contributo positivo para romper com o ‘mito’ de que a educação promove a igualdade. Muitas vezes ocorre o contrário, pois a educação não só mantém, como até promove as desigualdades sociais, sendo que a organização da escola tem efeitos no rendimento escolar dos alunos.

2.2. Condições socioeconômicas e culturais

As condições socioeconômicas e culturais são citadas pela maioria dos autores como sendo uma grande vilã no contexto educacional.

De acordo com Fontes (s.d., parágrafo 22):

A origem social dos alunos tem sido a causa mais usada para justificar os piores resultados, sobretudo quando são obtidos por alunos originários de famílias de baixos recursos econômicos, onde aliás se encontra a maior percentagem de insucessos escolares.

A intervenção dos pais no processo educativo, muito cobrada pelos professores, também tem sua justificativa no âmbito socioeconômico e cultural, pois em busca de melhores condições de vida poucos têm tempo para cobrar e/ou ajudar nas tarefas escolares

dos filhos, além de não saberem como e nem quando participar efetivamente da vida escolar dos filhos, fruto da sua pouca ou inexistente vida acadêmica.

Madalóz, Scalabrin e Jappe (s.d., parágrafo 36) relatam que:

Em contrapartida, a realidade nos mostra que as classes menos favorecidas são as que enfrentam maiores dificuldades para lidar com a escola, não tanto pelas condições econômicas, mas por questões culturais e sociais. Marchesi e Pérez (2004) afirmam que o baixo nível cultural e educacional dos pais limita inicialmente suas possibilidades para a ação educativa, retraindo-os a participar na escola. Segundo eles, elevar o nível educacional das famílias, com oferta e acesso a programas formativos e profissionais, é requisito para que os pais possam acompanhar melhor as atividades escolares de seus filhos.

Vemos novamente aqui o quanto o capital cultural interfere diretamente na vida dos educandos.

Na obra “Pedagogia das diferenças na sala de aula”, André (1999, citado por Madalóz, Scalabrin, & Jappe, s.d., parágrafo 22) descreve:

Algumas possíveis explicações para a compreensão das desigualdades no desempenho escolar onde fatores como o nível socioeconômico não justificam o insucesso escolar, e afirma que, o modo de uma família, seus valores, suas crenças e opções têm mais peso sobre o desempenho escolar do que simplesmente o seu nível socioeconômico.

O referido autor ainda suscita a possibilidade de que o bom ou o mau comportamento escolar possa estar ligado à “questões biológicas do indivíduo, ao seu padrão genético, a ideologia do dom” que ainda estão muito presentes no meio escolar apesar dos estudos comprovarem que o ambiente e o meio cultural exercem um papel importante no desempenho do aluno.

Vale ressaltar a importância das desigualdades sociais intrinsecamente ligadas às desigualdades escolares.

Ignorando as diferenças socioculturais, selecionando e privilegiando no seu fazer pedagógico as manifestações e os valores culturais das classes dominantes, a escola

favorece os alunos que já possuem esse aparato cultural (Stival & Fortunato, s.d., p. 12003).

“Desta forma a escola, para este sujeito, é considerada uma continuidade da família e da sua prática social, enquanto os filhos das classes trabalhadoras precisam assimilar a concepção de mundo dominante” (Stival & Fortunato, s.d., p. 12003).

Bourdieu e Passeron (1975) desenvolveram sua “Teoria da Reprodução” baseados no conceito da violência simbólica, onde:

Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição de um poder arbitrário”. A arbitrariedade constitui-se na apresentação da cultura dominante como cultura geral. O “poder arbitrário” é baseado na divisão da sociedade em classes. A ação pedagógica tende à reprodução cultural e social simultaneamente (Stival & Fortunato, s.d., p. 12003) .

Seguindo esses preceitos, poderia-se afirmar que os alunos são “obrigados” a se submeterem a cultura da classe dominante mesmo sem se aperceber que o estão fazendo, devido ao modo sutil em que lhe é imposta.

Stival e Fortunato (s.d., pp. 12005-12006) afirmam que:

Bourdieu assinala ainda que, além de promover aqueles que segundo seus padrões e mecanismos de seleção demonstram-se aptos a participarem dos privilégios e do uso do poder, o sistema educacional cria, sob uma aparência de neutralidade, os sistemas de pensamento que legitimam a exclusão dos não privilegiados, convencendo-os a se submeterem à dominação, sem que percebam o que fazem. De modo geral a exclusão é imputada à falta de habilidades e capacidades, ao mau desempenho e outros. Dessa forma, a escola cumpre, simultaneamente, sua função de reprodução cultural e social, qual seja, a de reproduzir as relações sociais de produção da sociedade capitalista.

Se, para Bourdieu e Passeron (s.d.), a herança cultural é uma condição *sine qua non* para o sucesso ou insucesso escolar, a escola, ao excluir os menos favorecidos culturalmente, reforça a cultura dominante além de não dar oportunidades iguais para todos, através de ferramentas pedagógicas que ajudem os alunos menos privilegiados no

conhecimento e desenvolvimento de habilidades e competências capazes de o fazer competir em pé de igualdade com os alunos que advêm da cultura dominante, o que seria seu real papel na sociedade.

Bernstein (1971) afirma que a sociedade reflete sua distribuição do poder e seus princípios de controle social pela forma como seleciona, classifica, distribui e avalia o conhecimento educacional que considera público.

Fontes (s.d., parágrafo 65) relata que a atual sociedade assenta num conjunto de valores que desencorajam o estudo, promovendo o insucesso escolar. Valores como diversão, individualismo e consumismo, essenciais na atualidade, são em tudo opostos ao que a escola significa, ou seja, atitude refletida, procura incessante do saber e de valores duradouros.

2.3. Os alunos

Algumas das possíveis causas dos alunos ficarem reprovados são, provavelmente, falta de vocação, a instabilidade característica na adolescência, dos estilos de vida, além dos atrasos do desenvolvimento cognitivo.

Uma das causas mais frequentes para o desinteresse, desmotivação e indisciplina dos alunos está nas opções de um dado curso. Quando confrontos [*sic*] com o manifesto insucesso escolar no mesmo, muitos são os que insistem em prosseguir na mesma área vocacional pelos mais variados motivos - amigos, fuga a disciplinas consideradas difíceis, etc. (Fontes, s.d., parágrafo 15).

Também existem reclamações advindas dos alunos sobre as disciplinas que terão que estudar, por não se “identificarem” com elas.

No Brasil, os alunos possuem todas as disciplinas inseridas no currículo e, se ficarem reprovados, terão que rever todas elas, mesmo as que obtiveram excelentes notas, sendo mais um dos vários motivos para o desinteresse, desestímulo e, por vezes, indisciplina dos alunos.

Sendo a adolescência uma fase da vida em que há muita instabilidade emocional e social, pode conduzir, muitas vezes, “o aluno a rejeitar a escola, a desinvestir no estudo das matérias, e frequentemente à indisciplina” (Fontes, s.d., parágrafo 17).

Avila (2005, parágrafo 40) afirma que:

A adolescência portanto deve ser compreendida como um processo de transição biopsicossocial da infância para a idade adulta, onde estão presentes influências históricas e culturais na constituição do sujeito. As modificações subjetivas dos adolescentes ocorrem através da reformulação de fatores psicológicos internalizados, mas com uma forte influência dos aspectos culturais e sociais referentes ao "modelo" difundido na sociedade e, principalmente na mídia, além dos papéis atribuídos a cada gênero pela cultura.

De acordo com Avila (2005, parágrafo 5), o fato de o adolescente passar uma grande parte do seu tempo na escola retarda a sua “incorporação ao *status* adulto, formando-se uma nova fase de desenvolvimento com características próprias, tendo como particularidade o adiamento de assumir responsabilidades adultas”.

Os alunos encontram dificuldades em compatibilizar as exigências escolares com vários outros afazeres do seu cotidiano, tais como as saídas noturnas frequentes, os jogos de computador, desportos, etc, que tornam sua vida menos regrada e faz com que as atividades escolares sejam vistas como “pouco estimulantes, trabalhosas e rotineiras” (Fontes, s.d., parágrafo 18).

Fontes (s.d.) também cita que os alunos podem ter sua vida acadêmica comprometida com a reprovação escolar devido aos atrasos no desenvolvimento cognitivo.

Segundo o mesmo autor acima referido, “as escalas psicométricas de inteligência têm sido apontadas como um bom indicador para identificar estas causas individuais de insucesso escolar”, apesar de avaliar que as escalas psicométricas não explicam porque a grande maioria dos alunos que ficam reprovados têm um desenvolvimento normal (Fontes, s.d., parágrafo 16).

2.4. As famílias

Muito se tem discutido acerca da presença da família na escola e sua influência na vida do aluno.

De modo geral, as famílias, especialmente as das camadas menos privilegiadas, têm deixado, única e exclusivamente, à cargo das escolas a tarefa de educar seus filhos.

Para a maioria delas, a escola é importante para seus filhos por ser a única maneira de serem absorvidos no mercado de trabalho, além de os manterem “fora das ruas” ou seja, longe de ficarem à mercê das más companhias, das drogas, violência, etc.

No Brasil também contam com o auxílio do Governo Federal através de um programa social denominado Bolsa Família⁵.

Dentre os pré-requisitos básicos para participarem desse programa, consta a inscrição do aluno numa escola pública, fato que leva os pais a se empenharem em ter seus filhos matriculados numa escola.

Não garante, porém seu acompanhamento durante o ano letivo, pois uma das queixas mais frequentes tem sido a falta de tempo para ir à escola para verificarem o rendimento dos filhos ou, até mesmo, de os ajudarem nas tarefas de casa.

Porém há uma ressalva: nesse programa do Governo Federal, implantado primeiramente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso como Bolsa Escola no ano de 2001 e depois incorporado pelo, então presidente, Luis Inácio Lula da Silva ao Bolsa Família em 2003, o aluno tem de estar matriculado e frequentando escola regularmente (comprovado a cada três meses com um programa paralelo de controle de frequência do aluno na escola).

A escola tem o dever de enviar mensalmente a frequência dos alunos que encontram-se inseridos nesse programa e quando há a comprovação de que esses alunos não estão frequentando as aulas devidamente, o auxílio é suspenso.

⁵ O Programa Bolsa Família é destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

Vale ressaltar que o pagamento mensal da bolsa do Benefício variável do Jovem (uma vez os valores desses benefícios podem variar bastante de acordo com a situação de cada família) é de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) pagos a até 2 jovens inscritos por grupo familiar (Calendário do Bolsa Família, 2016, Janeiro 5).

Nesses casos, alguns pais têm interesse maior em saber se, pelo menos, os seus filhos estão frequentando a escola a fim de que o benefício não seja suspenso. Isso não quer dizer, necessariamente, que acompanhem o aluno nos seus estudos.

Glória e Mafra (2004, p. 245) afirmam que:

De acordo com os professores, o acompanhamento da família que já não era muito bom, piorou, pois os pais não se empenham tanto quanto se empenhavam antes, quando havia reprovação na escola. Eles entendem que o papel da família seria dialogar com esse aluno sobre a importância do estudo para o futuro, participar das reuniões de pais na escola, averiguar os cadernos e cobrar mesmo do filho uma real postura de aluno, ou seja, o que corresponde, no imaginário dos professores, à postura do bom aluno: estudioso, interessado, participativo, respeitoso, etc.

Fontes (s.d., parágrafo 20) ainda ressalta que:

Pais autoritários, conflitos familiares, divórcios litigiosos, fazem parte de um extenso rol de causas que podem levar a que o aluno se sinta rejeitado e comece a desinteressar-se pelo seu percurso escolar, adotando [*sic*] um comportamento indisciplinado.

Com tantas transformações, a nível físico e psíquico, ocorrendo na adolescência, é mister o acompanhamento dos pais no cotidiano dos seus filhos. Seja para auxiliar nos deveres da escola (infelizmente muitos pais não o fazem por não terem concluído nem o ensino fundamental), seja para aconselhar sobre determinados assuntos que são veiculados na mídia ou até mesmo conversar sobre assuntos cotidianos ou determinados tabus.

Dessa forma o jovem poderá se sentir mais seguro de si e ter mais argumentos para tomar algumas decisões que surgirem durante o seu processo de construção social.

2.5. Os professores

Existem muitas escolas brasileiras que não possuem uma infraestrutura adequada ao bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem, que ainda apresentam material didático e salas de aula com carteiras e mesas sucateadas, o que só agrava a situação do professor em ter que desenvolver suas aulas, de maneira a despertar o interesse dos alunos, em ambientes cujas condições são precárias para o aprendizado.

Tendo os recursos pedagógicos necessários para dar prosseguimento ao processo de ensino-aprendizagem, o professor deveria estar capacitado para utilizar determinadas técnicas didáticas a fim de seu propósito seja bem sucedido, ou seja, que haja a apreensão e utilização dos conteúdos programáticos pelo aluno no seu cotidiano.

Isso quer dizer que “métodos de ensino, recursos didáticos, técnicas inadequadas às características da turma ou de cada aluno, fazem parte igualmente de um vasto leque de causas que podem conduzir a uma deficiente relação pedagógica” (Fontes, s.d., parágrafo. 28).

“Em relação ao aspecto docente, de organização do trabalho pedagógico e formação continuada, o planejamento e a organização do trabalho do professor são condição essencial para o sucesso do processo ensino-aprendizagem” (Madalóz, Scalabrin, & Jappe, s.d., parágrafo 31).

Moretto (2010) citado por Santana, Silva, Araújo, & Nascimento(2016) afirma que:

O professor deve possuir habilidades voltadas ao ensinar (saber fazer uma aula), identificar os valores culturais ligados ao ensino, utilizar linguagem pertinente (conhecer e dominar) e administrar as emoções (sentimentos de empolgação, rejeição, medo, indiferença, amor, ira, culpa, etc.).

A gestão da disciplina na sala de aula; a questão da dificuldade em lidar com a transferência, que leva o aluno a projetar o professor como o pai (mãe) que deseja se afastar devido a problemas familiares; a influência dos professores sobre o desempenho escolar ao criar expectativas positivas ou negativas sobre os alunos são apenas alguns dos problemas no âmbito escolar que os professores enfrentam (Fontes, s.d., parágrafo 29).

Gerir toda essa problemática que envolve a sala de aula é condição *sine que non* para o professor ser bem sucedido na sua prática pedagógica.

2.6. O currículo

Muitos conteúdos inseridos no currículo são, de certa forma, “rejeitados” pelos alunos por não corresponderem à sua própria realidade. Eles, por vezes, questionam a finalidade de aprender certos conceitos que “difícilmente, ou nunca, usarão na vida”.

Muitos alunos apresentarão dificuldades de aprendizado e, por conseguinte, muitos ficarão reprovados porque não apreenderam os conteúdos. Parte dessa dificuldade está em associar os conteúdos ao contexto histórico e, principalmente ao seu cotidiano, tornando-o desinteressante.

O problema do fracasso escolar está no distanciamento que há entre a realidade do aluno e os conhecimentos escolares propriamente ditos, não trazendo sentido ou significado ao educando, ele não vê nenhuma perspectiva de utilizar aquele(s) conteúdo(s) em sua vida prática, o educando sente-se deslocado e ao mesmo tempo não encontra razão para se dar bem nos estudos, auxiliando assim, na produção do fracasso (Souza, 1999, citada por Madalóz, Scalabrin, & Jappe, s.d., parágrafo 12).

Zanardi (2013, parágrafo 1) diz que:

O currículo emerge como valioso campo para a apresentação das várias concepções de abordar o conhecimento escolar e, conseqüentemente, apresenta também qual tipo de sociedade se deseja construir, sendo que sua transmissão implica necessariamente na reconstrução do conhecimento.

Young (2007, p. 1297) ressalta que “se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo”.

Os defasamentos no currículo escolar dos alunos, os currículos bastante extensos, a desarticulação dos programas e as elevadas cargas horárias semanais são alavancados por Fontes (s.d., parágrafo 57) para citar a importância do currículo no processo educativo.

Além de extensos, os currículos não privilegiam o conhecimento empírico dos alunos, não traz para a sala de aula o cotidiano dos mesmos, tornando difícil sua compreensão e, dessa forma, contribuindo para o desinteresse e, por vezes, indisciplina durante o processo ensino-aprendizagem.

Young (2010, p. 613) relata que:

Tentativas de incluir as experiências dos alunos em um currículo “mais motivador” obscurecem a distinção currículo/pedagogia e os papéis muito diferentes de formuladores de currículo e professores. Como a maioria dos professores sabe bem, eles têm de levar em conta as experiências e o conhecimento anterior que os alunos levam para a escola e o que os motiva inicialmente. Isso faz parte dos recursos que os professores têm para mobilizar estudantes, e constitui a base para que os estudantes se tornem aprendizes ativos.

Apesar do discurso acima citado, Young (idem) defende um currículo centrado nas disciplinas escolares.

Segundo o mesmo autor, o currículo deve ser distinguido da pedagogia pois se relacionam de modo diferente com o conhecimento escolar e com o conhecimento cotidiano que os alunos levam para a escola.

O currículo deve excluir o conhecimento cotidiano dos estudantes, ao passo que esse conhecimento é um recurso para o trabalho pedagógico dos professores. Os estudantes não vão à escola para aprender o que já sabem (Young, 2010, p. 614).

Refere, também, que “são os professores com sua pedagogia, e não os formuladores de currículos, que se servem do cotidiano dos alunos para ajudá-los a se engajarem com os conceitos definidos no currículo e perceberem sua relevância” (idem, 2010, p. 614).

Para ele, o currículo deve ter finalidade própria – o desenvolvimento intelectual dos estudantes e não apenas tratado como “um meio para motivar estudantes ou para solucionar problemas sociais” (Young, 2010, p. 614).

Young (2010) também ressalta que o currículo deve ser baseado em conceitos que implicam em alguns conteúdos que devem ser levados em conta não como fatos a serem memorizados mas porque, sem eles, os estudantes não desenvolverão a compreensão dos conceitos nem progredirão em seu aprendizado.

Como um dos principais fins das escolas é promover a igualdade social, seu maior desafio é considerar a base do conhecimento do currículo, que deve estar fincado no conhecimento especializado desenvolvido por comunidades de pesquisadores.

De acordo com Young (2007), uma vez que não podem ser totalmente consideradas as experiências do aluno e sim, o conhecimento especializado, tem que se pensar em formas de como o currículo pode incorporar o conhecimento poderoso⁶, mesmo porque não faz sentido construir um currículo levando em conta as questões de um cotidiano pobre em recursos pois, dessa forma, além de legitimá-lo, não fará com que os alunos mudem sua condição de vida.

Ressalta ainda que há algo no conhecimento escolar ou curricular que possibilita, de algum modo, a aquisição de alguns tipos de conhecimentos e, então, a partir desse ponto responde, a sua própria pergunta “Para que servem as escolas”? “é que elas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho” (Young, 2007, p.1294).

Young (citado por Galian et al., p. 1117) afirma que sempre haverá pressão dos governos sobre qual é o conhecimento que deve estar nos currículos mas também tem de haver certas pressões dos profissionais da educação que estão envolvidos no processo de educação dos alunos e professores.

Desse modo, teremos que idealizar um novo currículo, não só a nível nacional, pois o conhecimento curricular é continuamente recontextualizado, então pode ser atualizado até pelos professores na sala de aula, de modo que o assunto vá de encontro aos próprios interesses e valores dos alunos.

⁶ Esse conhecimento poderoso é o que busca a universalidade, de modo a que o aluno venha fazer julgamentos, e é potencialmente adquirido e desenvolvido no âmbito escolar, fator este que leva os pais a determinados sacrifícios para manterem os filhos na escola, já que não pode ser aprendido em casa (Young, 2007, p. 1294).

Ou seja, o currículo não deve ser inalterável e que os participantes nesse processo de educação deveriam estar inseridos no desenvolvimento do currículo, pois ele é um instrumento político para que se possa manter as relações de poder existentes.

2.7. A avaliação e o sistema educativo

A escola, apesar do seu discurso de igualdade para todos e ignorando as diferenças existentes entre os educandos, vem perpetuando desigualdades através de vários fatores intervenientes, dentre eles os métodos avaliativos.

“A avaliação é basicamente considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos” (Zabala, s.d., parágrafo 1).

Leite (1999, p.7) afirma que, apesar da reprovação escolar apresentar consequências tão desastrosas, sua aceitação pode ser explicada devido a escola ter sido, tradicionalmente, uma instituição seletiva, que admite que as classes devem ser homogêneas e que acredita que o castigo e o prêmio sejam formas de provocar ou acelerar a aprendizagem.

Quando a presença da prova e da reprovação são utilizadas como armas para fazer com que o aluno seja induzido ao estudo, é sinal de que o sistema avaliativo está corrompido por idéias retrógradas, conteudistas e meritocráticas, que só visam melhores resultados nos *rankings* educacionais através da pressão, quando deveria ser um momento de aferição dos métodos pedagógicos.

A avaliação serviria como “meio de verificação da aprendizagem, de revisão e redistribuição dos conteúdos curriculares, de reagrupamento e reorganização de classes, mas nunca serão critérios de promoção ou reprovação de alunos” (Viégas, 2009, p. 502).

Por isso, o sistema educativo, como conjunto de meios cuja finalidade é a concretização do direito de todos à uma educação de qualidade, ou seja da efetividade das aprendizagens e dos resultados, deveria dispor de ferramentas pedagógicas que auxiliassem a atingir esses objetivos.

Segundo Fontes (s.d., parágrafo 62) “a elevada centralização do sistema educativo, não apenas torna a capacidade de resposta (adaptação) muito lenta, como fomenta a irresponsabilidade ou a burocracia, ao nível local (as escolas)”.

O presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) de Portugal, David Justino, disse que as elevadas taxas de retenção de alunos (chumbos) são “o problema mais grave do sistema educativo”, o qual quer ver na agenda dos partidos e das políticas públicas (Redação/AM, 2015, Fevereiro 23).

Pedagogicamente falando, a reprovação escolar não é a solução mais viável para a dificuldade de aprendizado, pois além de servir como fator de discriminação e seleção social e, por conseguinte, exclusão, sempre será um custo a mais nas despesas do Estado.

Capítulo 3. Principais consequências da reprovação escolar

Carvalho (2011) afirma que “os fatores intervenientes numa relação de ensino e aprendizagem escolar são múltiplos e complexos. Dificilmente poderíamos isolar um elemento como sendo inequivocamente determinante da não aprendizagem ou de sua insuficiência”. Sendo assim, é errôneo restringir apenas ao aluno o resultado do seu insucesso escolar.

Vários autores e atores da educação criticam a reprovação escolar por não apresentar nenhum benefício ao aluno. Muito pelo contrário: as implicações da reprovação escolar variam desde problemas psicossociais até sócioeconômicos.

3.1. O abandono escolar *versus* distorção idade-série

Diversos autores e atores educacionais afirmam que a literatura é unânime em confirmar a ligação existente entre a reprovação e o abandono escolar.

De acordo com Guerreiro (2015, parágrafo 10)

A reprovação está intimamente ligada à evasão e à distorção idade-série. Diversas pesquisas mostram que a evasão [...] acontece, no geral, quando o aluno recebe seus resultados, mesmo que parciais,

e eles apontam para uma iminente reprovação. Aí ele abandona. Uma das principais causas da evasão é a falta de motivação para ficar na escola e, por outro lado, o interesse em trabalhar e ter o próprio dinheiro.

O aluno que resolve abandonar a escola geralmente o faz por que já não está numa série compatível com sua idade e se sente desestimulado ao ver seus colegas progredirem, por rever conteúdos e ter sua saída da escola adiada. Os que persistem em ficar na escola fazem parte do fenômeno distorção idade-série, que é, geralmente, o resultado de múltiplas repetências (Guerreiro, 2015, parágrafo 12).

A distorção idade-série, ou seja, a defasagem etária em relação à série, segundo Silva (2014, p. 17) “é constituída por aqueles estudantes que não conseguiram acompanhar os objetivos e as diretrizes escolares, representados principalmente pelos que passaram por diversas reprovações”.

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (EduAcademia, s.d. parágrafo 2)

Sens e Bolze (s.d., parágrafo 2) afirmam que:

A distorção idade-série pode trazer para o aluno vários problemas não apenas relacionados à aprendizagem, mas de baixa auto-estima, além da possível consequência mais severa, a médio e longo prazo, a evasão escolar. Essa última pode ser ocasionada, principalmente, pelo choque que a reprovação pode causar em alunos que encontram-se em fase de desenvolvimento, os quais nem sempre conseguem distinguir a realidade escolar da realidade de suas vidas.

Existem também alunos que precisam trabalhar em casa, no cuidado de irmãos mais novos ou até mesmo em afazeres domésticos enquanto os pais saem para trabalhar, além

do problema da gravidez na adolescência que faz com que a aluna acabe por abandonar a escola para cuidar do(s) filho (s).

Muitas alunas grávidas optam por abandonar a escola, mesmo tendo o direito assegurado de poder fazer os trabalhos e atividades avaliativas em casa, enviando depois para a escola a fim de obterem suas “notas” para passar à série seguinte. Os pais adolescentes, às vezes, também abdicam da vida escolar para ajudar na renda familiar.

Alguns alunos trabalham, porque são arrimos de família ou até mesmo em sustento próprio, em regime de *part-time*⁷, outros em *full-time*. Os últimos geralmente elegem os cursos no turno noturno para continuar seus estudos e, quando vem para a escola, chegam cansados depois de uma jornada de trabalho. Isso faz com que as taxas de evasão, distorção idade-série e reprovação sejam quase sempre maiores no turno noturno.

3.2. O comportamento socioemocional

Por ter idade superior à da maioria da turma e também por trazer a alcunha de “reprovado”, o aluno tende a assumir comportamentos (geralmente de indisciplina e superioridade) no intuito de se autoafirmar perante os colegas da turma e pelas autoridades escolares.

De acordo com Conboy et al. (2013, parágrafo 9), “o aluno retido torna-se um fator de perturbação na sua turma pelo defasamento de idades e estágios de desenvolvimento e ainda pela necessidade de afirmação perante uma situação que o estigmatize”.

“A longo prazo, os alunos retidos não adquirem benefícios a nível de desempenho e podem sofrer prejuízos relativamente a variáveis socioafetivas como a autoestima, relações com os pares, atitudes perante a escola” (Hong et al., 2005, citados por Conboy et al., 2013, parágrafo 9).

⁷ São contratos de trabalho em regime de tempo parcial sendo que em muitos casos são apenas trabalhadas metade das horas de trabalho normal, o chamado *full-time*.

3.3. Os custos elevados na educação

A reprovação representa também grandes prejuízos financeiros nos cofres públicos. Todo Estado investe uma determinada quantia por aluno e, se no final do ano ele reprova, perde-se uma parcela significativa no orçamento, que terá que ser reinvestida no próximo ano no mesmo aluno ao invés de servir para dar oportunidades para que outro venha a gozar desse benefício.

Viana (2015, Fevereiro 23) enfatiza que:

Para o CNE, a retenção não só é globalmente ineficaz em termos de recuperação de aprendizagens como também é "extremamente dispendiosa" para as contas públicas, "uma vez que qualquer aluno retido equivale a um novo aluno, quando não supera mesmo o seu valor". Não existem cálculos exactos [*sic*] sobre o custo por aluno em Portugal, mas se este se situar perto dos 4 mil euros, como sugerido pelo Tribunal de Contas, o custo das retenções sobe para os 600 milhões de euros.

Conboy et al (2013, parágrafo 10) corroboram com essa afirmação ao referirem que cada aluno retido um ano “cria, no mínimo, o mesmo efeito econômico que um aluno novo. Fatores como o número de alunos por turma, número de professores a contratar, e despesas para material são influenciados pela taxa de retenção”.

Justino, presidente do CNE, afirmou que:

Com menos de um terço dessa despesa já se conseguiria investimento suficiente para baixar as taxas de retenção por via de professores especialmente formados e vocacionados para trabalhar na recuperação dos alunos. (Viana, 2015, Fevereiro 23).

Capítulo 4. O ensino médio no Brasil

O ensino médio, no Brasil, é a etapa final da educação básica e consolida as aprendizagens do Ensino Fundamental, preparando o jovem para o prosseguimento dos estudos no nível superior, para inserção no mercado de trabalho e para a vida em sociedade

de forma mais autônoma. Tem a duração mínima de 03 anos e pode ser oferecido em estabelecimentos públicos ou privados.

Segundo Pacievitch (s.d.b, parágrafo 1), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96):

Os Estados são responsáveis por, progressivamente tornar o Ensino Médio obrigatório, sendo que para isso devem aumentar o número de vagas disponíveis, de forma a atender a todos os concluintes do Ensino Fundamental, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).

A LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- **Art. 35.** O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades (Pacievitch, s.d.b, parágrafo 3):

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Menezes e Santos (2001, Janeiro 01) relatam que:

De acordo com a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados e o Distrito federal, no ensino fundamental e médio. O governo federal, por sua vez, exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, cabendo-lhe prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Além disso, cabe ao governo federal organizar o sistema de educação superior.

De acordo com Cortelazzo (s.d.), citado por Regina (2016, Abril 11), o ensino médio brasileiro está estruturado da seguinte forma: a Educação Básica, que compreende o Ensino Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e a Educação Superior, onde encontram-se inclusos os cursos de graduação, mestrado, doutorado, entre outros.

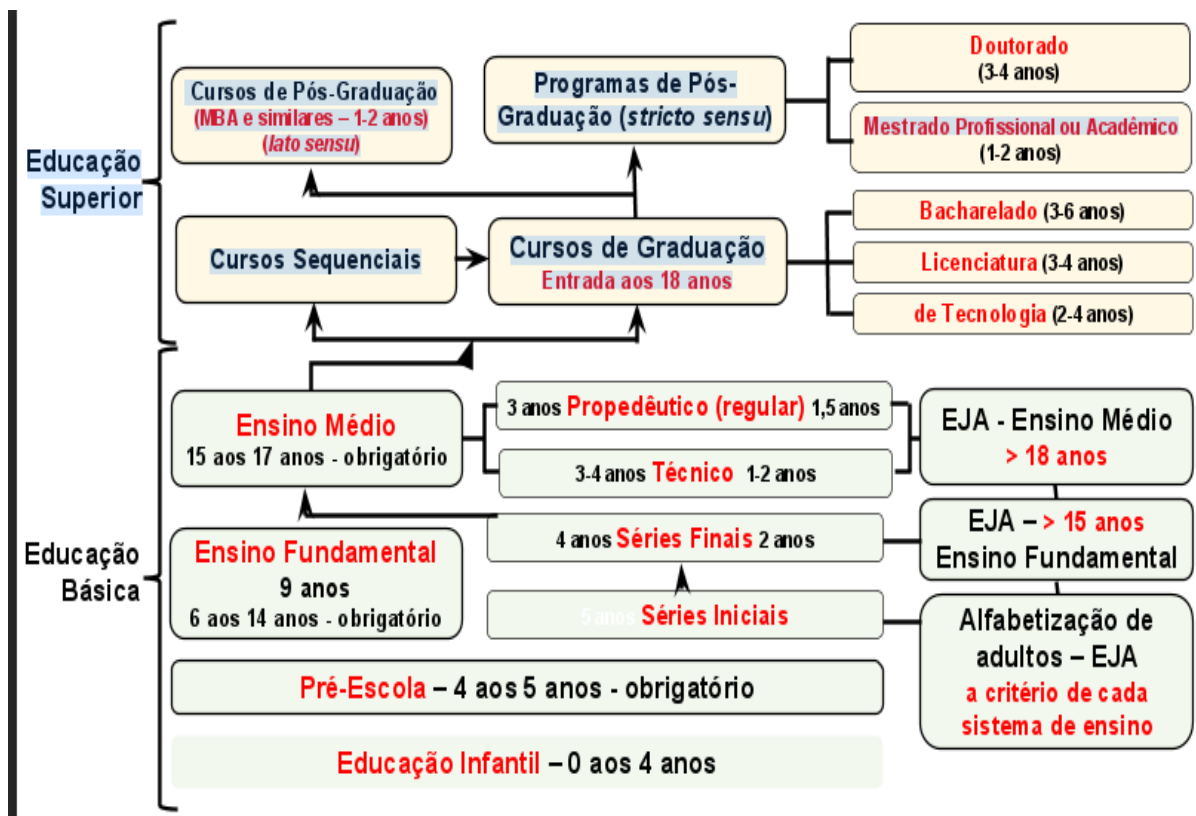


Figura 1 – Estrutura da Educação no Brasil

Fonte: https://www.google.pt/search?q=etapas+da+educa%C3%A7%C3%A3o&rlz=1C1VEAD_en__PT528&espv=2&biw=1440&bih=757&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjnwrXlit3RAhXIWxQKHVMkCtw4ChD8BQgGKAE&dpr=1#imgsrc=E3UbytlRcaqhRM%3A

Por querer ter uma carreira profissional ao mesmo tempo em que estuda, principalmente no intuito de ajudar no orçamento familiar, muitos estudantes optam por cursar o ensino profissionalizante.

Segundo a LDB, a articulação entre o Ensino Médio e a formação técnica profissionalizante pode ocorrer das seguintes formas:

- Integrada, ou seja o aluno estuda o curso técnico na mesma escola em que o cursa o Ensino Médio, sendo apenas uma única matrícula para os dois cursos;

- Concomitante – pode ou não ser ministrada na mesma instituição em que o estudante cursa o Ensino Médio, podendo ser facultativo o convênio entre as distintas instituições;
- Subseqüente – quando é oferecida aos alunos que já tenham concluído o Ensino Médio.

Porém o o diploma de técnico de nível médio só será emitido ao estudante que concluir, também, o Ensino Médio (requisito indispensável), independente da articulação entre o Ensino Médio e o Técnico Profissionalizante (Pacievitch, s.d.b, parágrafo 13).

Recentemente o governo federal propôs uma reestruturação no modelo do Ensino Médio Brasileiro, através de uma Medida Provisória. Nesse novo modelo, a palavra de ordem é flexibilização, como maneira de atrair o alunado para novas formas de aprender competências e habilidades tornando o ensino mais atrativo e, desse modo, diminuindo o número de reprovação e evasão das escolas.

Ritto (2016, Setembro 22) afirma ainda que:

Primeiro e decisivo ponto positivo: a flexibilização. Hoje, 100% dos jovens fazem o mesmíssimo percurso durante os três anos do ciclo médio. São treze disciplinas obrigatórias ensinadas com idêntica profundidade – ou superficialidade – a estudantes de interesses e capacidades distintas. De acordo com a MP⁸, a grade deixa de ser engessada, permitindo ao aluno escolher a metade das matérias que irá cursar. Isso dentro de cinco áreas mestras: linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e formação técnica profissionalizante.

Além do ensino regular, a educação formal também é composta pela Educação Especial (para os portadores de necessidades especiais) e a Educação de Jovens e Adultos (Menezes & Santos, 2001, Janeiro 01).

Por toda a problemática que tem envolvido o sistema do ensino médio brasileiro, a nova proposta do governo federal vêm de encontro aos anseios dos profissionais educacionais por uma educação de qualidade.

⁸ Medida Provisória.

4. 1. O Novo Ensino Médio no Brasil

Uma das mudanças que estão sendo implantadas pela medida provisória é o currículo obrigatório. O objetivo do governo federal é incentivar que as redes de ensino ofereçam ao aluno a chance de dar ênfase em alguma dessas cinco áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional

De acordo com o MEC (2016) “cada Estado organizará o seu currículo considerando a BNCC⁹ e as demandas dos jovens que terão maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida”.

Também haverá o aumento da carga horária, que deve ser ampliada progressivamente até atingir 1,4 mil horas anuais. Atualmente, o total é de 800 (ver figura 2)..

Com a medida, a intenção do Ministério da Educação (MEC) é incentivar o ensino em tempo integral e para isso prevê um programa específico de incentivo às escolas em tempo integral.

Podemos verificar quais as principais mudanças que ocorrerão com a implantação do Novo Ensino Médio nos Artigos da LDB¹⁰ alterados na LDB e na lei do FUNDEB¹¹.

As principais alterações na lei 9394/96, que regulamenta a LDB, de acordo Rodrigues (2016, Setembro 23) em notícia divulgada sobre a apresentação da medida provisória da reforma do ensino médio, estão contidas nos seguintes artigos:

a) Artigo 24 da LDB

Alterado o inciso I:

Como era

"I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;"

⁹ Base Nacional Comum Curricular.

¹⁰ Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

¹¹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Como ficou

"Parágrafo único. A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser progressivamente ampliada, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, observadas as normas do respectivo sistema de ensino e de acordo com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação estabelecidos no Plano Nacional de Educação."

b) Artigo 26 da LDB

Alterado os parágrafos 1º, 2º, 3º e 7º, incluindo ainda um décimo parágrafo no artigo

Como era

"§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)".

Como ficou

"1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil, observado, na educação infantil, o

disposto no art. 31, no ensino fundamental, o disposto no art. 32, e no ensino médio, o disposto no art. 36.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno.

§ 5º No currículo do ensino fundamental, será ofertada a língua inglesa a partir do sexto ano.

§ 7º A Base Nacional Comum Curricular disporá sobre os temas transversais que poderão ser incluídos nos currículos de que trata o caput.

§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro da Educação, ouvidos o Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e a União Nacional de Dirigentes de Educação - Undime”.

c) Artigo 36 da LDB

Como era

"Art. 36 - O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)”.

Como ficou

“Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional:

I - linguagens;

II - matemática;

III - ciências da natureza;

IV - ciências humanas;

V - formação técnica e profissional.

§ 1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do caput.

§ 2º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

§ 3º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais, conforme diretrizes definidas pelo Ministério da Educação.

§ 4º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e duzentas horas da carga horária total do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

§ 5º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar integrada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

§ 6º Os currículos de ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

§ 7º O ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio.

§ 8º Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar, no ano letivo subsequente ao da conclusão, outro itinerário formativo de que trata o caput.

§ 9º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação a que se refere o inciso V do caput considerará:

I - a inclusão de experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; e

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

§ 10. A oferta de formações experimentais em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação.

§ 11. Os conteúdos cursados durante o ensino médio poderão ser convalidados para aproveitamento de créditos no ensino superior, após normatização do Conselho Nacional de Educação e homologação pelo Ministro da Educação.

§ 12. A União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, considerada a Base Nacional Comum Curricular.

§ 13. Ao concluir o ensino médio, as instituições de ensino emitirão diploma com validade nacional que habilitará o diplomado ao prosseguimento dos estudos em nível superior e demais cursos ou formações que pressuponham o ensino médio.

§ 14. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos ou disciplinas com terminalidade específica, observada a Base Nacional Comum Curricular, a fim de estimular o prosseguimento dos estudos.

§ 15. Para efeito de cumprimento de exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer, mediante regulamentação própria, conhecimentos, saberes, habilidades e competências, mediante diferentes formas de comprovação, como:

I - demonstração prática;

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino;

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;

VI - educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.”

d) Artigo 44 da LDB

Um parágrafo foi incluído:

O que foi acrescentado:

“§ 3º O processo seletivo referido no inciso II do caput considerará exclusivamente as competências, as habilidades e as expectativas de aprendizagem das áreas de conhecimento definidas na Base Nacional Comum Curricular, observado o disposto nos incisos I a IV do caput do art. 36.”

e) Artigo 61 da LDB

Um inciso foi alterado e outro foi acrescentado

Como era

“III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)”.

Como ficou

"III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36."

f) Artigo 62 da LDB

Teve um parágrafo incluído:

"§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular."

As alterações ocorridas na lei 11.494, que regulamenta o FUNDEB, segundo Rodrigues (2016, Setembro 09) foram as seguintes:

a) Artigo 10

Como era

"A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica: (...)

XV - educação indígena e quilombola;

XVI - educação de jovens e adultos com avaliação no processo;

XVII - educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo."

Como ficou

"A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica:

XIV - formação técnica e profissional prevista no inciso V do caput do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

XV - segunda opção formativa de ensino médio, nos termos do § 9º do caput do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996;

XVI - educação especial;

XVII - educação indígena e quilombola;

XVIII - educação de jovens e adultos com avaliação no processo;

XIX - educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo."

De acordo com o Ministério da Educação (2016):

A MP 746 prevê uma Política de Fomento de Escolas em Tempo Integral, que deverá ocorrer de forma gradual. Está previsto um investimento do Governo Federal de R\$ 1,5 bilhão até 2018, correspondendo a R\$ 2.000 por aluno/ano e criando 500 mil novas matrículas de tempo integral. O PNE estabelece que, até 2024, o país deva atender, pelo menos, 25% das matrículas. Atualmente, são 386 mil alunos matriculados no ensino médio em tempo integral, o que representa 5% do total. A MP não determina que todas as escolas passem a ter o ensino médio integral.

No Maranhão serão oferecidas vagas para os Centros de Educação Integral, que serão chamados de "Educa Mais", em 11 escolas, sendo 6 escolas na capital e 5 no interior, com 1.960 vagas para o 1º ano do Ensino Médio e 3040 vagas para os 2º e 3º anos (SEDUC – MA¹², 2017, Janeiro 15).

Nos Centros de Educação Integral, o período letivo diário dos estudantes terá duração de 7 horas e 50 minutos, de segunda a sexta-feira, totalizando 37,5 horas/aulas semanais. Os alunos terão uma integração entre as disciplinas do ensino regular (como Português, Matemática, História, dentre outras) com disciplinas eletivas (como Robótica, Protagonismo Juvenil, Iniciação Científica, Futsal, Handebol, Dança, dentre outras), que serão definidas a partir de uma seleção de temas escolhidos por estudantes e professores (SEDUC-MA, 2017, Janeiro 15).

A condição para a matrícula nos Centros de Educação Integral é que o aluno tenha concluído ou estar concluindo 9º ano do ensino fundamental em escolas regulamentadas

¹² Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

das redes federal, estadual, municipal ou privadas, tendo prioridade os alunos que residem próximos aos Centros ou oriundos de uma escola mais próxima.

A rematrícula no 2º ano e 3º anos será automática para os alunos que já pertencem à escola. Os alunos externos preencherão as vagas oferecidas obedecendo ao critério de proximidade da escola (SEDUC – MA, 2017, Janeiro 15).

No caso do aluno que está cursando o ensino médio normal na escola não se interessar em participar do quadro de matriculados do Centro Integral, basta procurar outra escola da rede pública ou privada e efetuar sua matrícula.

Quanto à implantação do Novo Ensino Médio, o MEC (2016) afirma que:

A implantação do Novo Ensino Médio não deverá acontecer até 2018, pelo menos, já que o mesmo depende da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelecerá as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários pra a formação geral do aluno. A previsão é que até meados de 2017 a BNCC para o Ensino Médio seja encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, que terá de aprová-la para depois ser homologada pelo MEC. Só depois disso, o Novo Ensino Médio poderá ser implementado.

O MEC (2016) ressalta ainda que “o Novo Ensino Médio se tornará obrigatório um ano após a publicação da Base Nacional Comum Curricular”.

A BNCC estabelecerá as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação geral do aluno. Metade do ensino médio será comum a todos os estudantes, garantindo os conhecimentos básicos de formação geral; na outra parte, os estudantes poderão optar por diferentes ênfases nas cinco áreas de conhecimento, que são: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências sociais e humanas e formação técnica e profissional. A previsão é que, até meados de 2017, a BNCC para o Ensino Médio seja encaminhada ao Conselho Nacional de Educação que terá de aprová-la para depois ser homologada pelo MEC.

Sendo a renovação do ensino médio uma das prioridades no Brasil nos próximos anos, estamos confiantes de que essa reformulação servirá para reforçar e melhorar a qualidade da educação do País.

Como vimos, não é possível apontar apenas um motivo para o alto índice de reprovação escolar uma vez que ela advém de vários fatores, tanto internos quanto externos à escola.

Esses fatores são discutidos por vários profissionais da educação no sentido de tentar encontrar uma solução à essa problemática, sendo que quase todos são unânimes em referir que eles causam vários danos não só a nível escolar quanto psicológico e social.

Apesar de inúmeros estudos e questionamentos acerca da reprovação escolar, esse tema ainda deve continuar sendo alvo de pesquisas e discussões uma vez que ainda não conseguimos solucionar o alto índice de reprovação nas escolas, que tem sido apenas mascarado através de conselhos de classe para tentar diminuir esses percentuais, e elevar o nível da escola em relação aos *rankings* nacionais.

Espera-se, através desta pesquisa, contribuir com essas discussões e questionamentos, expondo os fatores que levam à reprovação escolar e suas principais causas e consequências a médio e longo prazo a fim de que possam chegar a um consenso para solucionar essa questão.

II PARTE – ESTUDO EMPÍRICO

Introdução

Para uma melhor compreensão da instituição em estudo ¹³, fazemos uma caracterização da mesma, inserida, também, no seu contexto histórico-geográfico.

Sendo uma das 27 unidades federativas do Brasil, o Maranhão localiza-se no extremo oeste da região nordeste. Possui uma área de 331.936,955 km², possuindo 217 municípios, sendo o segundo maior estado da Região Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil. Limita-se com Oceano Atlântico e faz fronteira com os estados do Tocantins e Pará (ao norte) e com o Piauí (a nordeste). Sua população é de 6.954.036 habitantes.

A capital e cidade mais populosa do Maranhão é São Luís, com cerca de 1.082.935 habitantes (estimativa do IBGE 2016).

São Luís foi fundada pelos franceses, no dia 8 de setembro de 1612, sendo posteriormente invadida por holandeses e, em seguida, colonizada pelos portugueses. Localiza-se no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar.

A cidade foi tombada pela UNESCO como Patrimônio cultural da Humanidade, em 1997. Possui um acervo arquitetônico colonial avaliado em cerca de 3500 prédios, distribuídos por mais de 220 hectares de centro histórico, sendo grande parte deles sobradões com mirantes, muitos revestidos com preciosos azulejos portugueses. Vários prédios foram restaurados; a Prefeitura, por exemplo, funciona no Palácio la Ravardière, construção de 1689 (Vipmidia, s.d.).

Os imponentes casarões, com suas belíssimas fachadas cobertas com os coloridos azulejos portugueses hoje abrigam museus, espaços culturais, lojas e restaurantes, principalmente no Centro Histórico de São Luís, situado no bairro da Praia Grande.

¹³ O Centro de Ensino Bandeira Tribuzi é um nome fictício dado à escola onde foi realizada a pesquisa. Bandeira Tribuzi, foi um poeta nascido em São Luís – Maranhão (1927 — 1977), filho de pai português. Viveu em Portugal até 1946, estudando na Universidade de Coimbra e foi um dos precursores do Modernismo no Maranhão. Sua canção "Louvação a São Luís" é considerada como o hino oficial da cidade.

Além da história, a cidade preserva culturas e tradições, dentre as quais destacam-se o Bumba-Meu-Boi, cuja representação folclórica combina teatro, música e dança, sendo a expressão máxima do folclore maranhense e o Tambor de crioula, ambos elevados a Patrimônio Imaterial Brasileiro (Secretaria de Turismo do Maranhão, s.d.).

São Luís possui vários epítetos, dentre eles, a Atenas Brasileira devido “aos filhos dos nobres que eram enviados a Coimbra (Portugal), Londres (Inglaterra) e Paris (França) para estudar e, quando voltavam, a maioria deles se concentravam em São Luís e no Rio de Janeiro”, além da grande efervescência cultural que existia e ainda existe na ilha (Vipmidia, s.d.).

Também é conhecida como Cidade dos Azulejos, herança dos europeus pela arquitetura e decoração dos casarões, principalmente os portugueses; Jamaica Brasileira, pelo ritmo da música jamaicana arraigado na cultura ludovicense, além de Ilha do Amor pela profusão de poetas e escritores que louvaram (e louvam a cidade) e pelo romantismo que a própria arte carrega. (Vipmidia, s.d.).

Dentre os filhos ilustres e poetas da cidade encontra-se Bandeira Tribuzi, que teve seu poema intitulado “Louvação a São Luís” considerado como o hino da cidade.

Capítulo 1. A escola estadual Centro de Ensino Bandeira Tribuzi como *locus* da pesquisa

A escolha da escola Bandeira Tribuzi, onde a pesquisa foi realizada, se fez a partir dos seguintes critérios: incidência elevada do índice de reprovação ocorrido no intervalo de tempo predefinido; clientela predominantemente oriunda das camadas populares, ou seja, menos privilegiadas do ponto de vista socioeconômico e cultural; estar num bairro com infraestruturas regulares porém cercada de áreas circunvizinhas pouco ou nada contempladas pelo poder público.

Nesse estudo, nosso interesse foi voltado pela importância que a escola ocupa perante a comunidade, além da contribuição dada nas últimas décadas a milhares de profissionais que atuam no mercado de trabalho.

A escola é orientada através do seu Projeto Político Pedagógico, cuja última atualização data de julho de 2010, e é um instrumento assegurado pela Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional, Lei Nº. 9394/96. Regida também pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, a de Nº. 3, de 26/06/1998 e a de Nº. 1 de 5/07/2000, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, respectivamente, oferecidas pela escola (PPP, 2010, pp. 14-15).

1.1. Missão, visão e metas

Em relação ao Sistema Estadual de Educação tem como base:

As orientações dos Referenciais Curriculares do Ensino Médio do Estado do Maranhão e da Educação de Jovens e Adultos, além de outros documentos elaborados com o objetivo de orientar o processo educativo das escolas públicas estaduais, visando a construção coletiva de um projeto de educação que responda às nossas reais necessidades e demandas (PPP, 2010, p. 15).

Os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico (PPP, 2010, p. 12) são:

✓ **Missão:**

- Contribuir com a construção de um projeto educativo fundamentado nas concepções de sociedade, educação, escola e práticas escolares apresentadas pelos sujeitos da escola, com base nas necessidades sociais e nas próprias crenças, valores e significados que possuem, objetivar a preparação do educando para aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e a conviver na sociedade;

✓ **Visão:**

- Propiciar de forma sistemática e coletiva o desenvolvimento do educando nas dimensões intelectual, social, afetiva, ética, etc., para atuar de forma autônoma, crítica, criativa e transformadora na sociedade;

- Buscar oferecer condições para organizar e desenvolver uma prática pedagógica coerente com os princípios axiológicos (estética da sensibilidade, política da igualdade e ética da igualdade) e pedagógicos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio que se estendem também,

para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio, de forma que possamos atender aos objetivos legais e às exigências atuais colocadas a estas etapas de ensino, com as quais trabalhamos (PPP, 2010, p.15).

A escola também tem como objetivo geral:

Orientar o desenvolvimento de uma prática educativa de qualidade que assegure o acesso e a permanência do (a) aluno (a) na escola, permitindo-lhe adquirir conhecimentos, atitudes, valores e habilidades necessárias ao exercício da cidadania, à construção da sua identidade e à sua inserção no mundo do trabalho” (PPP, 2010, p. 15).

Dentre os seus objetivos específicos poderemos citar:

- Fortalecer a prática do planejamento coletivo, favorecendo a realização de um processo ensino-aprendizagem mais dinâmico, interdisciplinar, crítico e criativo;
- Desenvolver a formação continuada dos profissionais, garantindo a atualização permanente dos conhecimentos e o desenvolvimento de competências básicas, necessárias à melhoria da qualidade de todos os serviços da escola;
- Promover eventos educativos que possibilitem a integração com a família e a comunidade, tendo em vista, a melhoria do processo de formação educacional e maior participação da família/comunidade;
- Promover um ambiente democrático que fortaleça o processo de discussão e decisão coletiva, os laços afetivos e os valores éticos e estéticos dos diferentes sujeitos da escola;

✓ **Metas:**

- Realizar atividades que contribuam para a melhoria e preservação do espaço físico e conservação dos equipamentos e recursos da escola;
- Intensificar ações de parcerias e organização de grupos de reivindicação junto aos órgãos oficiais;
- Intensificar as relações entre a comunidade escolar e os pais e/ou responsáveis dos alunos, no sentido de desenvolver uma relação de maior cumplicidade a fim de que os objetivos da escola sejam atingidos de maneira satisfatória para ambos,

uma vez que a participação dos mesmos tem sido irrisória nas atividades e eventos programados;

- Avaliar, de forma coletiva, o trabalho institucional, com base nos objetivos propostos no PPP, tendo em vista o redimensionamento de suas ações educativas (PPP, 2010, p. 35).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é oferecida em observância ao disposto LDBEN nº. 9394/96, a alunos que não tiveram acesso aos estudos nos Ensinos Fundamental e Médio. São consideradas características, interesses, condições de vida e de trabalho do cidadão (PPP, 2010, p. 24).

Na escola Bandeira Tribuzi, a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, possui entre alguns dos seus objetivos (PPP, 2010, p.24):

- Proporcionar seu acesso real e social;
- Vivenciar situações pedagógicas que lhe possibilite novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação;
- Desenvolver competências e habilidades facilitadoras do seu acesso ao mercado de trabalho e à cultura;
- Perceber a importância de sua aprendizagem ao longo de sua vida enquanto agente de transformação sócio-cultural e político-econômica;
- Receber formação de cidadania e de sociedade democrática a partir de ensinamentos dos direitos humanos;
- Despertar a consciência crítica em busca de soluções pacíficas de conflitos e de superação de manifestações de preconceitos culturais e de discriminação;
- Apropriar-se dos avanços científicos, tecnológicos e técnicos, no contexto de uma formação de qualidade;
- Estruturar valores solidários e críticos em face do consumismo e do individualismo;
- Estabelecer valores de justiça, solidariedade e tolerância para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral, etc.

Os princípios que norteiam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na escola são:

- Inserção em uma realidade educacional de qualidade, orientada para a formação da consciência cidadã;
- Currículo variado que respeite a diversidade de etnias, de manifestações regionais e da cultura popular;
- Conhecimento concebido como construção histórico-social garantida na interação entre teoria e prática e o processo ensino-aprendizagem enquanto relação de ampliação de saberes;
- Abordagem de conteúdos básicos, disponibilizando os bens socioculturais produzidos e acumulados pelo conjunto da sociedade;
- Acesso às modernas tecnologias de comunicação existentes para a melhoria da atuação docente;
- Formação profissional fundamentada por paradigmas de organização do trabalho;
- Respeito aos conhecimentos prévios dos jovens e adultos em sua vida cotidiana (PPP, 2010, p. 25).

1.2. Caracterização da escola

Criada inicialmente como Escola Normal em abril de 1890, pelo então Governador Dr. José Thomas de Porciúnculo, foi revitalizada anos mais tarde como Instituto de Educação do Maranhão.

A escola passou, ao longo dos anos, por diversas reformas na sua estrutura administrativa, pedagógica e curricular para atender aos dispositivos legais, até chegar à denominação atual de Ensino Médio. Oferece as Modalidades de Ensino Regular em Nível Médio Presencial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Encontra-se localizada nas imediações do Centro da cidade, em um bairro predominantemente residencial, com um comércio diversificado e crescente, com pequenos supermercados, padarias, farmácias e uma agência bancária., apresentando apenas um espaço físico para atividades socioculturais e de lazer (uma praça com uma pequena quadra esportiva, necessitando de reformas).

Devido a isso, a escola também constitui-se de um espaço público disponível para o uso da comunidade para algumas atividades, tais como: aulas de capoeira e jogos de futebol (que geralmente ocorrem à noite, de segunda a sexta-feira), sendo que nos finais de semana, esse espaço é disponibilizado geralmente para as igrejas e alguns eventos comunitários.

Trata-se de um prédio amplo, de áreas livres arborizadas, com 14 salas de aulas que oferece nos três turnos a modalidade de Ensino Médio Regular, além da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio (EJA), no turno noturno, em caráter presencial.

Possui também uma sala para Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos educandos que possuem algum tipo de transtorno global do desenvolvimento e/ou alguma incapacidade física que os impossibilitem parcialmente de exercer, de forma satisfatória, seus estudos (este tipo de atendimento é realizado em horários alternativos nos turnos matutino e vespertino).

No ano de 2016 encontram-se matriculados 12 alunos com necessidades especiais que, além do horário normal de aulas, têm atendimento diferenciado nas salas de AEE.

Embora com a maioria de suas ruas pavimentadas e servido por várias linhas de ônibus, o bairro não conta ainda com 100% de saneamento básico, sendo atendido atualmente por três escolas públicas, sendo duas municipais e uma estadual, uma entidade filantrópica (creche) e pequenas escolas particulares que atendem à educação infantil (0 a 6 anos), além de uma escola militar.

A instituição também possui outras dependências que garantem o funcionamento de diferentes serviços, indispensáveis para a concretização da função socioeducativa a que se propõe, tais como: salas de direção geral, de professores, orientação pedagógica, multifuncional, sala de vídeo, secretaria, biblioteca, laboratório de ciências e de informática, auditório, almoxarifado, cantina e 02 quadras poliesportivas (com e sem cobertura) onde são realizadas as atividades de educação física e de projetos pedagógicos.

As instalações sanitárias totalizam 08 dependências, sendo 02 banheiros de discentes femininos, 02 banheiros de discentes masculinos, 02 para docentes do sexo feminino e masculino, localizado na sala dos professores, 02 na sala de direção.

Reformada recentemente, todas as salas destinadas ao bom funcionamento pedagógico foram climatizadas.

1.3. População escolar

Esta instituição abriga atualmente um total de 1070 alunos, distribuídos nos três turnos, sendo 488 matriculados no turno matutino, 395 no turno vespertino e 187 no turno noturno. Do total de alunos matriculados no turno noturno, 64 cursam o Ensino Médio regular e 123 encontram-se no Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para realização das atividades de ensino e das outras atribuições definidas pelas legislações, possui um corpo docente com um total de 85 professores, sendo 39 do turno matutino, 33 do turno vespertino e 13 do turno noturno, todos devidamente habilitados no nível superior, para o ensino das diferentes disciplinas que compõem as áreas de conhecimentos dos cursos com os quais funciona, além de gestor, vice-gestora e 03 coordenadoras pedagógicas.

A maioria dos professores possuem o cargo efetivo¹⁴ no Estado, outros apresentam Contratos Especiais de Trabalho (CET), que são contratos temporários, popularmente conhecidos como “dobras” de carga horária pois existe uma grande defasagem de professores qualificados para completar o quadro de pessoal docente efetivo da escola.

Completar o quadro de professores para cada ano letivo ainda consiste em um grande desafio por parte dos gestores e, por vezes, ainda ficam faltando professores para completar o quadro, significando um prejuízo também para o aluno.

Segundo Smosinski e Harnick (2013, Maio 8), os professores trabalham em regime de contratos temporários não têm estabilidade no emprego, além de possuírem menos direitos que os professores efetivos. Salientam ainda que alguns especialistas afirmam que o alto índice de professores temporários prejudica o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas e o desempenho dos alunos.

Na estrutura organizacional da escola, existem também os serviços administrativos que compreendem as atividades de secretaria, serviços gerais, entre outros. Cerca de 30 funcionários são responsáveis pela organização e desenvolvimento das atividades

¹⁴ Os professores efetivos são aqueles que possuem um cargo definitivo numa escola da rede pública (estadual ou municipal) – concursados ou estáveis – enquanto que as “dobras” de carga horária são contratos temporários (CET) de cargos que encontram-se à disposição, na própria escola ou em outra, devido à falta de profissionais qualificados na área para preencher as vagas existentes.

burocráticas da instituição e pelas atividades relativas à limpeza e conservação do prédio escolar, sendo os limpeza e vigilância realizados por empresas terceirizadas.

O Serviço de Orientação Pedagógica articulado com o Serviço de Supervisão Escolar é composto por 03 profissionais habilitadas em pedagogia, distribuídas nos três turnos, as quais realizam as funções básicas de assessoramento, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das ações educativas, conforme encontra-se definido no Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino Médio da Rede Oficial do Estado.

No sentido de viabilizar e fortalecer o exercício da gestão democrática, a escola possui o Colegiado Escolar, que é formado por representantes pelos segmentos da comunidade interna e externa da escola, os quais foram eleitos por seus pares (PPP, 2010).

Os professores reúnem-se mensalmente ou quando há alguma necessidade de resolver determinados assuntos pertinentes ao bom desempenho escolar e questões político-administrativas, além de possuírem de duas horas para planejamento e avaliação do trabalho realizado.

As reuniões de professores ocorrem, geralmente, ao final do horário, quando os alunos são dispensados mais cedo, quando então o grupo de professores trabalha junto à coordenação pedagógica do respectivo turno.

Na gestão da escola, à época da coleta de dados, estavam dois professores, Fernando e Lúcia¹⁵, que mostraram-se sempre solícitos em responder às indagações e fornecer os dados solicitados, o mesmo ocorrendo com o grupo de professores da escola e com os funcionários de apoio.

1.4. Sistema avaliativo da escola

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola em questão, “atualmente, é inconcebível a aceitação de práticas avaliativas que focalizam o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos” (PPP, 2010, p. 22).

¹⁵ A escola e os participantes não são identificados por um princípio de ética da investigação.

Reafirma ainda que, ao compreender a avaliação como sendo um conjunto de situações pedagógicas cuja finalidade é orientar, de forma contínua e sistemática a qualidade da evolução do aluno durante seu processo formativo e de “organização interpretativa do conhecimento adquirido no desenvolvimento de seu aprendizado”, coloca em cheque a visão tradicional de avaliação onde são analisadas e validadas apenas notas e conceitos (PPP, 2010, p. 22).

Moretto (2010), citado por Santana et al. (2016, p. 309), critica muitas escolas tradicionais que privilegiam o ensino dos “conteúdos pelos conteúdos” – conhecidas como escolas fortes por darem ênfase ao conteudismo – e outras que priorizam o “fazer” dos alunos, reduzindo quantitativamente os conteúdos – as escolas fracas por não prepararem o aluno devidamente para o vestibular.

Nessa perspectiva a avaliação das aprendizagens só ocorre se forem relacionadas com as condições reais oferecidas, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que lhes surgem. A avaliação emancipatória auxilia o professor para a prática reflexiva de sua intervenção pedagógica; da criação de novos instrumentos de trabalho e de elementos que devem ser revistos, ajustados e adequados no processo de aprendizagem do aluno, individual ou grupalmente (PPP, 2010, p. 22).

Dessa forma, a escola dispõe de várias ferramentas pedagógicas no sentido de avaliar o aluno, dentre as quais destacam-se a avaliação inicial, onde o professor pode analisar as peculiaridades dos alunos e, dessa forma, direcionar sua prática pedagógica. Dentre elas pode-se destacar: “observação sistemática; a análise das produções dos alunos, considerando sua variedade e as atividades específicas para a avaliação, considerando-se o grau de objetividade para a exposição de um tema por parte do aluno” (PPP, 2010, p. 23).

A avaliação contínua permite ao educando e ao educador como referência para os eventuais avanços e/ou retrocessos na processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação contínua, permanente do processo, subsidia a avaliação final. O aluno, ao ser acompanhado sistematicamente, facilita aos envolvidos nas situações de aprendizagem, formalizarem o que é aprendido ou não, quais condições estão

sendo ou não facilitadoras da aprendizagem e como intervir nos momentos necessários (PPP, 2010, p. 23).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico da escola propõe aos docentes a realizarem:

Uma avaliação emancipatória, democrática e participativa dos agentes co-responsáveis”, compreendida como: elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações que vise detectar informações sobre o que, como, por que e para que o aluno aprende; elemento para o professor refletir sua prática; instrumento para ajudar o aluno a ter consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que acontece permanentemente ao processo ensino-aprendizagem e não em momentos estanques e fechados (PPP, 2010, p. 23).

Ao diagnosticar, através dos seus métodos avaliativos, os progressos e/ou retrocessos do aluno, o professor poderá rever suas práticas pedagógicas no sentido de tentar modificar e redirecionar o seu método de ensino-aprendizagem para que o aluno perceba e interaja de maneira satisfatória e positiva de modo que o ensino de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades e competências possam ser concomitantes.

Capítulo 2 . Metodologia

Seguindo uma abordagem mista, procuramos compreender alguns fenômenos sociais a partir de um contato direto com os participantes, através da vivência no próprio ambiente escolar e da realização de entrevistas, embora alguns dados estatísticos fornecidos pela secretaria da escola e pelo SIAEP (Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas) sejam necessários para auxiliar na conclusão da pesquisa.

2.1. Instrumentos e Procedimentos

Como instrumento de investigação foram realizadas entrevistas abertas, a fim de que se possam apreender e compreender as percepções dos atores selecionados sobre a reprovação escolar que seriam obtidas, a priori, através da utilização do *Skype*, telefone celular, gravador e papel para transcrição das entrevistas, porém devido às interferências

externas tais como: queda de conexão da internet, vídeo com interrupções de imagem e voz, má qualidade na recepção de imagens, entre outros, decidiu-se por aplicar a entrevista enviando-a por email aos participantes.

Ressalte-se que, para a formulação da entrevista, foi utilizado como guia o livro Teoria e Prática de Observação de Classes (Estrela, 1994) e como procedimento central realizaremos o cruzamento de dados da análise documental com os dados das entrevistas, correlacionando-os com o estudo de caso.

Os dados quantitativos foram obtidos através da Secretaria da escola e pelo Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas (SIAEP).

O SIAEP é uma ferramenta disponibilizada pela Secretaria de Educação (SEDUC) para dinamizar a gestão escolar nas unidades de ensino da rede pública Estadual.

Com o diário eletrônico, incluso no SIAEP, pode-se lançar notas, faltas, presenças, conteúdos programáticos, enfim, facilitar o trabalho docente. Algumas dessas informações estão disponíveis para os pais e alunos. Esse sistema permite diagnosticar alguns problemas de cunho educativo a fim de que a equipe pedagógica, juntamente com os professores, possa intervir elevando a qualidade dos serviços educacionais.

2.2. Sujeitos e participantes

A investigação utiliza como sujeitos e participantes:

1 - Os alunos da escola objeto da pesquisa, quer através dos dados quantitativos recolhidos no Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas – SIAEP, quer dos dados fornecidos pela própria escola. Não tendo sido diretamente auscultados, os alunos estão presentes neste Estudo através da informação recolhida.

2 - Seis professores efetivos de uma escola da Rede Estadual de Ensino Médio em São Luís – Maranhão, cuja opinião foi obtida através de entrevistas.

Vale ressaltar que todos os professores citados nesta dissertação tiveram suas identidades preservadas devido aos princípios éticos da investigação.

Capítulo 3. Análise das causas da reprovação no *locus* da pesquisa

A preocupação em discutir a reprovação na escola, campo da investigação, surgiu em decorrência da vivência como professora quando, num olhar prévio, se detectou que, durante os anos letivos de 2013, 2014 e 2015 consecutivamente, tivemos números bastante significativos de reprovação de alunos do total de matriculados, principalmente no 1º ano do ensino médio.

Essa questão, ao ser levantada em reuniões pedagógicas, obteve respostas variadas dos professores aos quais tiveram as maiores percentagens de reprovados em sua disciplina (alguns tinham reprovado quase 50% da turma) e, se não fosse pelas reuniões com o conselho de classe, esse número teria levado a escola a ter um rendimento abaixo da média das outras escolas.

3.1. O número de alunos por turma

No ano de 2013 havia 1472 alunos matriculados, sendo 1261 no ensino médio regular (nos turnos diurno e noturno) e 211 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O 1º ano do ensino regular foi dividido em 12 turmas no diurno (6 turmas no matutino e 6 no vespertino), com média de 41 alunos por sala no turno matutino e 42 no vespertino. No turno noturno havia uma turma com 35 alunos (ver tabela 1).

No 2º ano havia 10 turmas (5 turmas no matutino e 5 no vespertino), tendo o turno matutino, em média, 43 alunos por sala e 33 alunos por turma no vespertino. O noturno contava com 1 turma de 41 alunos (ver tabela 2).

Já o 3º ano possuía 3 turmas no matutino, com média de 41 alunos por turma, 3 turmas no vespertino, com média de 41 alunos e 1 turma de 50 alunos matriculados no noturno (ver tabela 3)

A EJA, que é dividida em 1ª e 2ª etapas, possuía 4 turmas com média de 38 alunos por sala na 1ª etapa e 2 turmas de 2ª etapa com 29 alunos cada (ver tabela 4).

Em 2014 foram matriculados 1357 alunos, sendo 1235 matriculados no ensino médio regular e 122 na EJA. Os alunos matriculados foram divididos em 12 turmas do 1º ano no turno diurno, sendo 6 turmas no matutino com média de 36 alunos e 6 no vespertino, tendo em média de 40 alunos. O noturno havia 1 turma com 50 alunos matriculados (ver tabela 5).

O 2º ano possuía 4 turmas no turno matutino com média de 45 alunos por sala de aula, 5 turmas no vespertino com média de 35 alunos por sala e 1 turma com 57 alunos no noturno (ver tabela 6).

O 3º ano era composto por 4 turmas no turno matutino, possuindo, em média, 42 alunos por sala de aula, 3 turmas no vespertino com 35 alunos, em média e 1 turma no noturno com 51 alunos (ver tabela 7).

Na EJA havia 2 turmas de 1ª etapa e 2 turmas de 2ª etapa. Nas turmas Nova 101 EJA e Nova EJA 102, ambas da 1ª etapa, havia 26 e 42 alunos matriculados, respectivamente. As turmas de 2ª etapa eram compostas por 27 alunos, por média, em cada (ver tabela 8)

Houve menor registro de matrículas no ano de 2015: 1137 matrículas distribuídas em 998 no ensino médio regular e 139 na EJA.

Foram oferecidas vagas para 8 turmas do 1º ano, sendo 4 turmas no turno matutino contendo, em média 42 alunos em cada sala e 4 turmas com 43 alunos no turno vespertino. Não houve vagas para o 1º ano no turno noturno (ver tabela 9).

O 2º ano teve 5 turmas no turno matutino, com média de 34 alunos por sala, enquanto que no vespertino havia 4 turmas com 30 alunos, por média, em cada sala de aula. O noturno possuía uma turma com 42 alunos matriculados (ver tabela 10).

Já o 3º ano contou com 5 turmas no turno matutino, com média de 35 alunos por sala, 04 turmas no vespertino tendo, em média, 29 alunos e 1 turma no noturno com 41 alunos (ver tabela 11).

A 1ª etapa da EJA foi dividida em 03 turmas contendo, em média, 24 alunos e a 2ª etapa contou apenas com uma turma de 36 alunos matriculados (ver tabela 12).

Nota-se que, nos anos de 2013 e 2014, além de oferecerem mais vagas na escola, elas transformaram-se num problema de superlotação das salas de aula e, conseqüentemente, trouxeram mais desafios no fazer pedagógico dos docentes.

3.2. A problemática do Conselho Escolar

Nos anos de 2013 e 2014 durante o término do ano letivo e, conseqüentemente, na entrega de notas e boletins, houve algumas acirradas discussões acerca de alguns professores terem de “aprovar” determinados alunos que não “mereciam” passar de ano, ou seja, progredirem para a série seguinte devido os mesmos não terem desenvolvido certas habilidades e competências inerentes ao processo de ensino-aprendizagem na disciplina.

Soma-se a isso o fato de alguns alunos não apresentarem, durante o ano letivo, pouca ou nenhuma disposição em acompanhar as lições e trabalhos das disciplinas, valorizando mais umas em detrimento de outras, por vezes atrapalhando as aulas e, no final, por terem tido um bom desempenho nas disciplinas em que se “identificavam” mais, os professores das outras disciplinas teriam que aprová-los, gerando discussões e mal-estar em determinados docentes.

De acordo com Redação (2016, Agosto 4):

Os estudantes brasileiros lideram o ranking de indisciplina na sala de aula. É o que sinaliza relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pesquisa internacional sobre ensino e aprendizagem, conhecida pela sigla Talis, aponta que o mau comportamento prejudica as instruções dos professores e absorção de conteúdo.

Muitos professores ficam irritados e contrariados, dizendo que não têm autonomia para reprovar “um aluno que passou o ano inteiro sem fazer nada, só ficou brincando durante as aulas” e que sua aprovação desmotiva os alunos que “realmente” estudam para progredir para a série/ano seguinte.

Essa aprovação automática (e compulsória) foi denominada, na escola, como APC (Aprovação Pelo Conselho) e é atribuída a alunos que tivessem sido reprovados em, no máximo, 03 (três) disciplinas, embora houvesse alunos reprovados em mais disciplinas e

também tivessem esse mesmo benefício devido a outros fatores, dentre eles estaria o prejuízo desse aluno no recebimento do Bolsa Família e, no caso dos alunos que estariam terminando o ensino médio, na entrada numa universidade.

Muitos alunos da escola pública fazem provas de conhecimentos gerais em universidades privadas para, se passarem no teste (raramente acontece o contrário) contar com o auxílio do governo federal no Programa Universidade para Todos (Prouni)¹⁶ ou Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)¹⁷.

A reprovação escolar nos anos de 2013, 2014 e 2015 na escola em questão chamou-nos a atenção também devido ao fato de haver elevados percentuais, também em disciplinas que não são muito comuns apresentarem altos índices de reprovação se igualando e, às vezes, ultrapassando, disciplinas como Matemática e Português, consideradas como grandes vilãs no processo ensino-aprendizagem, porém necessárias.

Quando confrontados com os números elevados na reprovação em suas disciplinas, os professores não exitaram em apontar o aluno como “culpado” pelo fracasso escolar, uma vez que o mesmo não se “interessava” em estudar e, por vezes, não queriam que o aluno fosse aprovado nem que tivesse não tivesse tido êxito apenas nessa disciplina, além, é claro, de culpar o sistema escolar como um todo.

Vale ressaltar que esses altos índices de reprovação ocorrem, na maioria das vezes no 1º ano do ensino médio e também é explicado, pelos professores, devido ao despreparo que vêm trazendo desde o ensino fundamental.

As grandes reclamações dos docentes em relação ao sistema de ciclos – que leva em consideração o desenvolvimento biológico e a formação continuada – são a aprovação forçada para o ano seguinte e a falta de autonomia dos professores para avaliar. “Muitas vezes, o estudante não tem condições de passar, mas não tenho como

¹⁶ Programa Universidade para todos (Prouni) é um programa do governo federal que oferece oportunidades de financiamento estudantil a juros baixos e bolsas de estudo, integrais ou parciais, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de ensino superior privadas, que ampliam e popularizam o acesso ao nível superior (Educação, 2015, Janeiro 13).

¹⁷ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Os alunos interessados precisam ter feito o Enem de 2010 ou anos posteriores e estar matriculados em cursos que tenham uma boa avaliação na prova do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), aplicada pelo MEC (Educação, 2015, Janeiro 13).

impedir isso, porque o sistema não permite. É por isso que tantas crianças chegam ao 3º ano do [ensino] fundamental sem saber ler e escrever direito e todo o aprendizado fica deficiente”, frisa a professora Amélia Rodrigues, de Fortaleza (CE) citada por Revista Profissão Mestre (2013, Novembro 6).

Possivelmente, cultivando esse tipo de mentalidade é que muitos educadores ficam reticentes em aprovar o aluno sem ele ter “condições” necessárias para acompanhar o próximo ano letivo apresentando dificuldades no aprendizado da disciplina e ficam de “mãos atadas” por terem que aprovar compulsoriamente pela APC (aprovação pelo conselho de classe).

Pacievitch (s.d.a, parágrafos 6-8) diz que:

A finalidade primeira dos conselhos de classe é diagnosticar problemas e apontar soluções tanto em relação aos alunos e turmas, quanto aos docentes. Na prática acaba por avaliar alguns alunos e/ou turmas e a própria prática pedagógica da escola. Normalmente os conselhos acontecem nos fins de bimestres, trimestres ou semestres, onde são discutidos encaminhamentos pedagógicos, notas e comportamento de alunos.

Ressalta ainda que “se não é bem conduzido, o Conselho acaba se atendo somente a questões dos alunos e suas notas e comportamentos, sem avaliar a própria prática educativa da escola” (Pacievitch, s.d.a, parágrafo 10).

Em alguns casos, o Conselho observa apenas notas insatisfatórias e indisciplina de alunos quando deveria rever algumas práticas pedagógicas a fim de interferir na práxis do processo socioeducativo para obter melhores resultados.

No gráfico 1, vemos a quantidade de alunos aprovados logo após o resultado do 4º bimestre (APV) e os que ainda precisaram fazer a prova final para sua aprovação e, por último, a quantidade de alunos aprovados pelo conselho (APC) no ano de 2013.

Note-se, nesse gráfico que, em 2013, a quantidade de alunos aprovados é significativamente menor que o de reprovados, aprovados na prova final e aprovados pelo conselho (principalmente no 1º ano). Nos três anos de estudo nesta escola, 2013 foi o que apresentou o maior número de alunos reprovados.

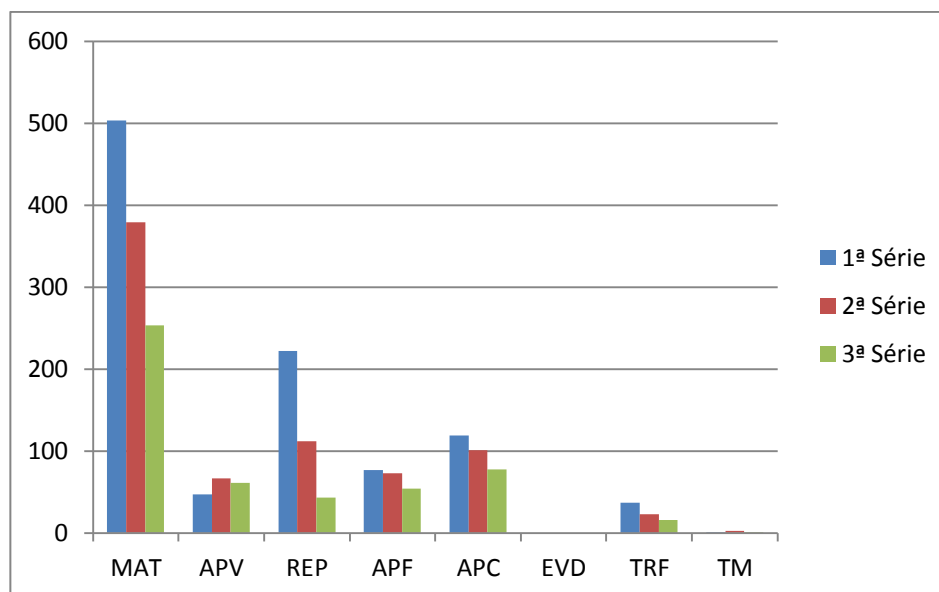


Gráfico 1 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

As legendas que aparecem nos gráficos equivalem a: MAT= matriculados; APV= aprovados; REP= reprovados; APF= aprovados na final; EVD= evadidos; TRF= transferidos; TM= trancou matrícula. Todos os dados utilizados na confecção das tabelas e gráficos foram obtidos através da Secretaria da escola e do SIAEP.

Vale ressaltar que disciplinas como Geografia, Sociologia, Biologia, entre outras, reprovaram tanto ou mais alunos que as disciplinas de Matemática e Português, consideradas essenciais na grade curricular (ver tabelas nºs 13 a 27, que tratam da reprovação por disciplina), principalmente nos anos de 2013 e 2014.

Nas tabelas anexadas também iremos notar a falta de algumas disciplinas em determinadas turmas. É que, apesar do grande esforço dos gestores para oferecer todas as disciplinas nos cursos da escola, infelizmente houve falta de professores qualificados para determinadas disciplinas que, dessa forma, não puderam fazer parte da grade curricular de algumas séries, ocasionando prejuízo para os alunos.

Em relação ao gráfico 2, percebe-se que no turno noturno a quantidade de alunos reprovados é muito superior em relação à de alunos aprovados.

O problema do noturno, mesmo que seja no ensino normal, relaciona-se com vários fatores que também identificamos na EJA e que explanaremos a seguir, porém o ensino normal do noturno não apresenta grandes variações de faixas etárias quanto os alunos que são matriculados na EJA.

Identificamos também que os maiores índices de reprovação estão no 1º ano, tanto no diurno quanto no noturno.

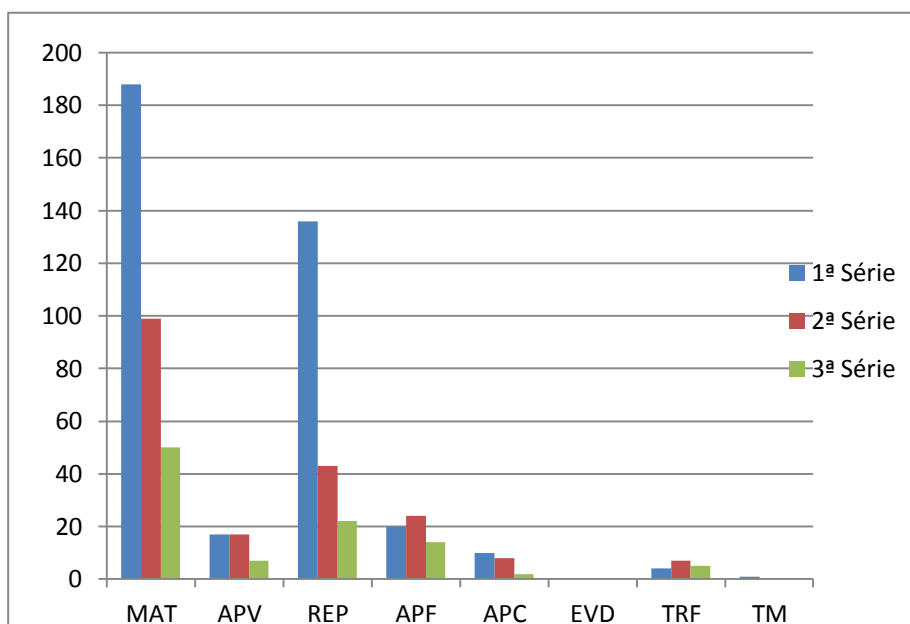


Gráfico 2 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Noturno

Com relação ao EJA, podemos dizer que é uma situação *sui generis* a quantidade de alunos reprovados.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio que oferece a oportunidade a jovens e adultos para iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos, para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade apropriada, talvez por isso a discrepância na faixa etária dos alunos.

Nessa forma de ensino, o aluno completa o ensino médio em apenas 2 anos e não em 3. Por isso o EJA apresenta apenas a 1ª e 2ª etapas.

Diversos fatores contribuem para as altas taxas de reprovação no ensino noturno, em especial ao EJA, dentre eles podemos destacar: desestímulo do aluno aos estudos provavelmente somado ao cansaço depois da jornada de trabalho durante o dia, desinteresse pela disciplina devido à didática do professor e ao próprio currículo, além do abandono e evasão escolar.

No gráfico 3, o número dos alunos aprovados pelo Conselho de Classe (APC) é bastante baixo, uma vez que a reprovação é notoriamente mais elevada que a aprovação no 4º bimestre e final (principalmente na 1ª etapa).

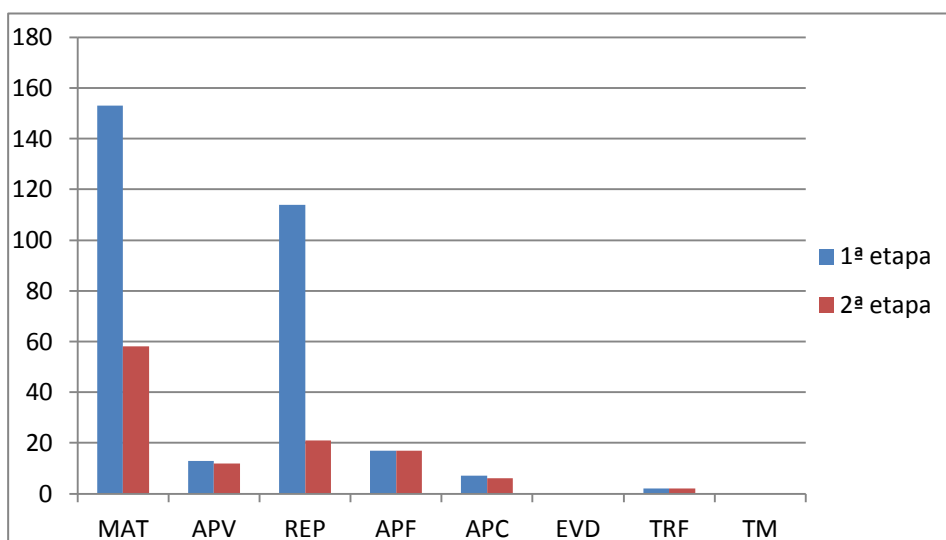


Gráfico 3 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

No ano de 2014 verificamos que a quantidade de matriculados decaiu um pouco em relação ao ano anterior, porém verificamos que não houve mudanças significativas na quantidade de aprovados, reprovados, etc., (como mostra os gráficos 4 e 5).

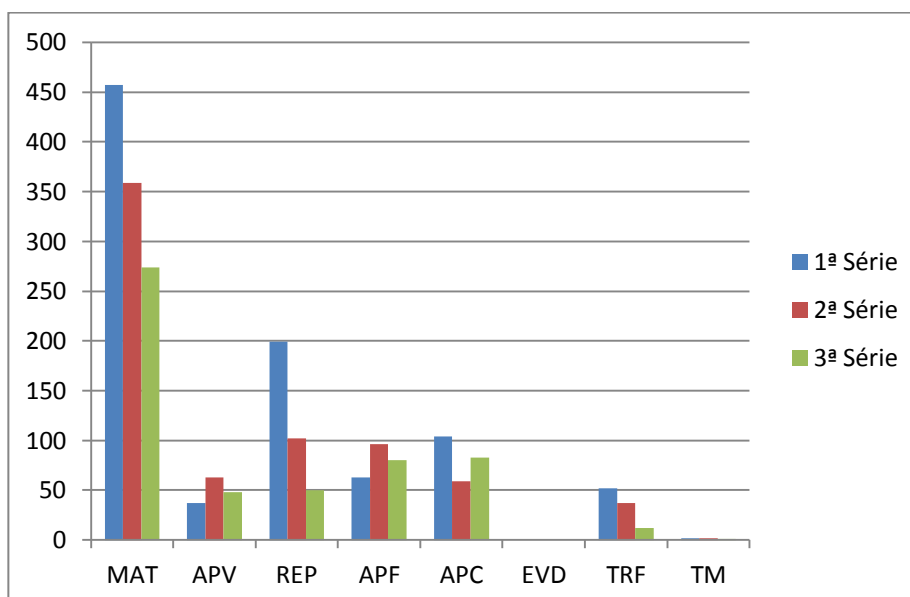


Gráfico 4 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Diurno

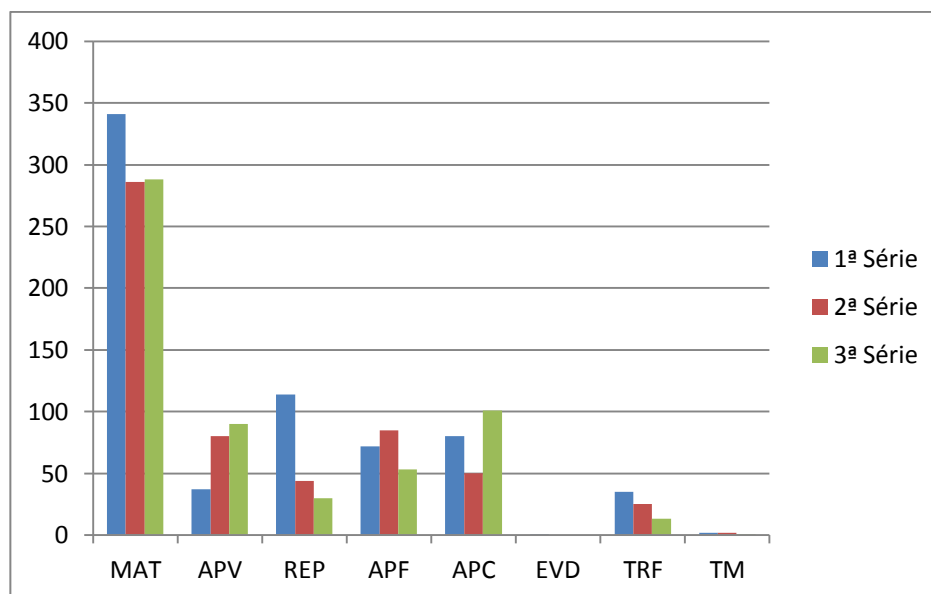


Gráfico 5 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno

Na EJA observou-se que a quantidade de alunos aprovados pelo conselho (APC) foi menor do que os aprovados no 4º bimestre (ver gráfico 6).

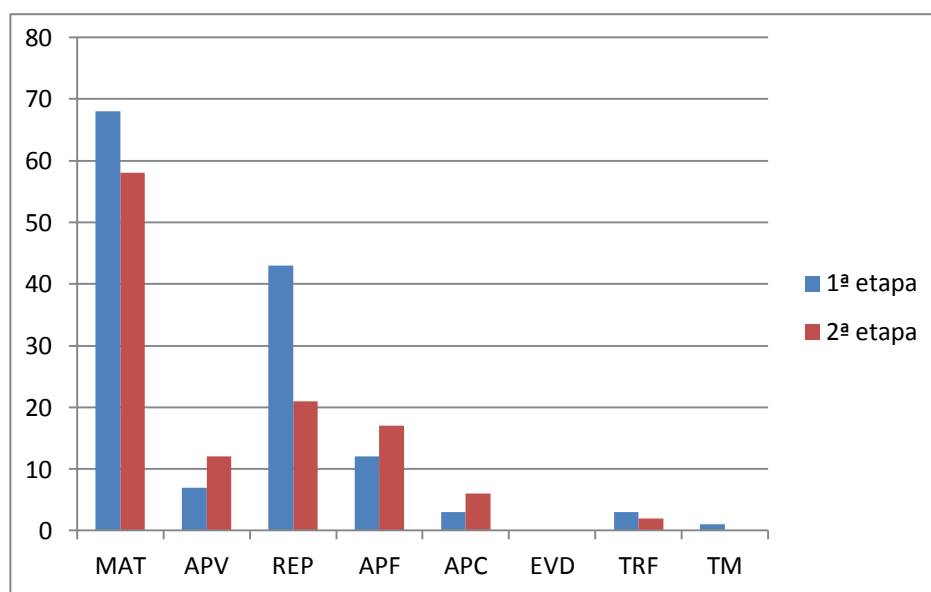


Gráfico 6 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

Alguns resultados relacionados à quantidade de reprovados em algumas disciplinas que apresentaram menor índice, também foram ocasionados pelo fato dessas disciplinas não terem sido oferecidas neste ano letivo, provavelmente devido à de professores qualificados para tal encargo.

Também observou-se que o índice de reprovados deste ano foi menor do que o do ano anterior.

Em 2015, a quantidade de matrículas foi significativamente menor, pois diminuíram o número de turmas no 1º ano e também foram colocados quantidades menores de alunos nas turmas do 2º ano, fato que poderia auxiliar para um melhor desempenho acadêmico.

Verificamos que no turno diurno também houve uma quantidade maior de alunos reprovados do que de aprovados no 1º ano, além de aumentarem também a quantidade de alunos aprovados na final e pelo conselho de classe.

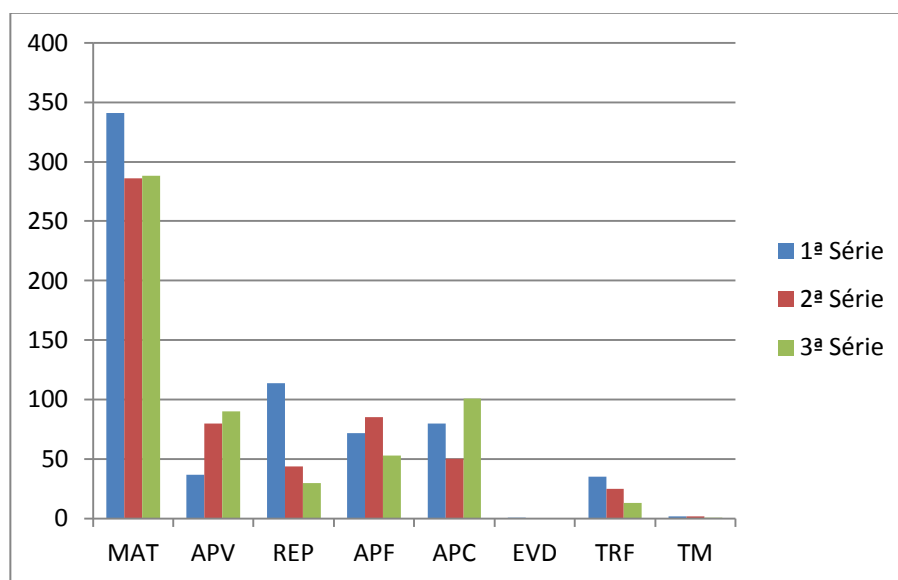


Gráfico 7 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Diurno

No 2º e 3º anos a quantidade de alunos aprovados foi maior que a de reprovados e no 2º ano viu-se uma melhoria nos números de alunos aprovados na final e por APC. O 3º ano viu-se um aumento na quantidade de APC (ver gráfico 7)

No noturno não foi oferecido o 1º ano do ensino médio normal em 2015, de forma que o gráfico 8 apresenta apenas os resultados do 2º e 3º anos, onde se observou que a quantidade de alunos aprovados na final (APF) foi bem maior que os aprovados no 4º bimestre (APV), porém houve poucos alunos aprovados pelo conselho de classe.

Notamos também uma maior aprovação em relação ao ano anterior, embora o número de reprovados prevalecesse. Porém, já discursamos sobre a problemática do ensino noturno e sabemos que, por enquanto, as melhorias são pontuais e não no geral.

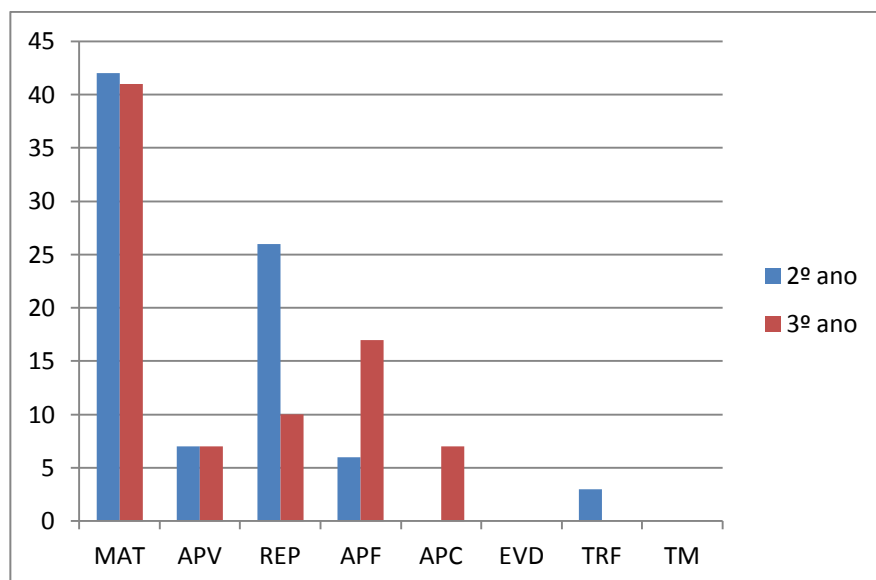


Gráfico 8 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial – Noturno

Na Educação de Jovens e Adultos notou-se que a reprovação foi bem maior que a quantidade de aprovados na 1ª etapa, sendo que ocorreu exatamente o contrário na 2ª etapa onde, apesar da quantidade de aprovados na final ser um pouco maior que os aprovados no 4º bimestre, ainda assim houve menos reprovados nessa etapa (ver gráfico 9).

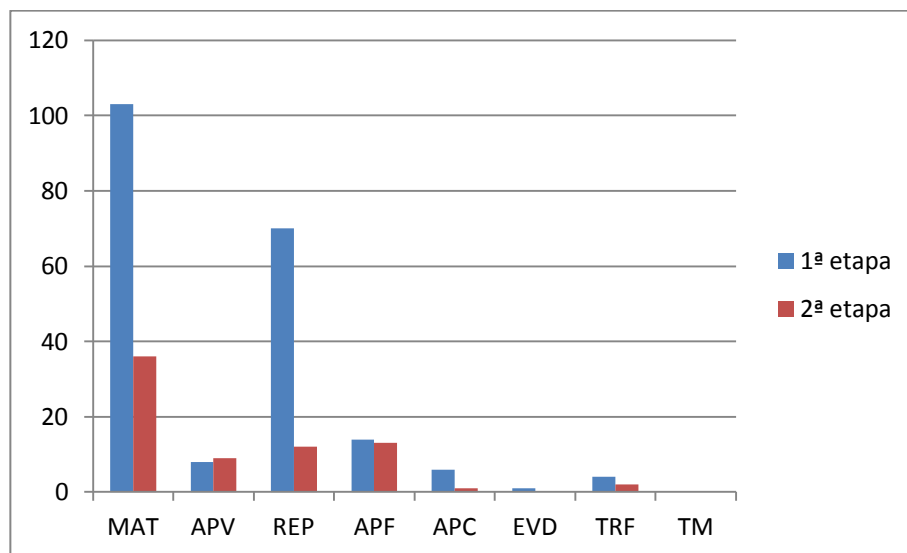


Gráfico 9 - Alunos aprovados por APC - Ano letivo de 2015 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

3.3. A distorção idade-série

A problemática da defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando, a chamada distorção idade-série, também é um fator que pode levar à reprovação por problemas de indisciplina, gerada pela insatisfação do aluno por estar na mesma série, revendo os mesmos conceitos (alguns já apreendidos ou não), com outros alunos mais novos além do fato de conviver com os “amigos” que passaram para a série seguinte e não poder estar junto deles, na mesma turma.

De acordo com Moreira (s.d.), “tais alunos, veem-se desgarrados de seu grupo ou classe e reunidos a crianças bem mais jovens, com interesses bem diferentes dos seus, o que dificulta a organização escolar”.

A maioria dos alunos matriculados no CE Bandeira Tribuzi já vem com o histórico de distorção idade-série por, provavelmente ou por terem iniciado seus estudos atrasados em relação à idade ou também por terem ficado reprovados nas séries anteriores ao ensino médio (ensino fundamental), como podemos visualizar nos gráficos de distorção idade-série (ver gráficos 10 a 21).

Segundo as etapas da educação escolar prevista na legislação nacional, o aluno do ensino médio deveria começar seus estudos com idade mínima de 15 anos, porém com raríssimas exceções, a escola tem alunos começando o ensino médio com 16 ou 17 anos, notadamente com distorção idade-série, como vimos na maioria dos gráficos.

A começar pelo 1º ano de 2013 em que podemos observar que os alunos começaram seus estudos a partir dos 17 anos, tendo uma incidência maior nas idades de 18 e 19 anos, além de um significativo número de alunos com 20 anos, além da quantidade maior de alunos com 21 anos no turno vespertino e de idade superior a 21 anos no noturno (gráfico 10).

Já no 2º ano, os alunos começaram os estudos a partir dos 18 anos no turno diurno, tendo incidência maior na idade de 19 e 20 anos, também relevante número de alunos com 21 anos (maior do que no turno noturno). No noturno, a quantidade de alunos com idade superior a 21 anos foi maior que no diurno (gráfico 11).

No 3º ano iniciaram com idade a partir dos 19 anos, no turno diurno, apresentando uma significativa quantidade de alunos com 20 e 21 anos, além de alunos com idade acima

dos 21 anos. No noturno, desse ano de 2013, houve 9 alunos com idade de 21 anos e 41 alunos com idade superior a 21 anos (gráfico 12).

A EJA, por possuir característica peculiar, apresentou 1 aluno com idade de 19 anos, 6 alunos com 20 anos e 127 com idade superior a 21 anos matriculados na 1ª etapa. A 2ª etapa de 2013 contou com 6 alunos de 21 anos e 52 alunos com idade superior a 21 anos matriculados (gráfico 13).

Em 2014 foram matriculados 9 alunos com 16 anos no 1º ano do turno diurno, tendo uma incidência maior no número de alunos com 17 e 18 anos e números bastante significativos de alunos matriculados com 19 anos, além de apresentar também 9 matrículas de alunos com 20 anos, 02 alunos com 21 anos e 1 com idade acima de 21 anos. O turno noturno matriculou alunos com idades entre 18 a 20 anos (gráfico 14).

No 2º ano de 2014, 5 alunos iniciaram seus estudos com idade de 17 anos, no turno diurno. Nesse turno também podemos observar uma grande quantidade de alunos com idades variando entre 18 a 20 anos, além de 15 alunos com 21 anos de idade e 3 com idade acima de 21. No noturno a quantidade maior de alunos ocorreu com idade de 21 anos (gráfico 15).

O 3º ano apresentou uma maior incidência de alunos matriculados com idade entre 19 a 20 anos, no diurno e superior a 21 anos, no noturno (gráfico 16).

A 1ª etapa da EJA contou com 68 matriculados com idade variando entre 19 a acima de 21 anos, sendo neste último item a quantidade maior de alunos. Em relação à 2ª etapa, também ocorreu uma quantidade maior de alunos com idade acima de 21 anos matriculados (gráfico 17).

Em 2015 o número de matriculados foi menor do que os outros dois anteriores. Também foi o ano que apresentou 5 alunos matriculados com 15 anos no 1º ano (considerado ideal para iniciar os estudos no ensino médio) no turno diurno.

A quantidade maior de alunos neste turno variou entre 16 e 17 anos, porém também teve uma parcela significativa de alunos com idade de 18 anos, além de alunos com idade entre 20 e acima de 21 anos. Não teve oferta de vagas para o 1º ano do ensino médio regular no turno noturno (gráfico 18).

Embora houvesse alunos com 16 anos matriculados no 2º ano, houve maior incidência de alunos com idade entre 17 e 18 anos e significativa quantidade de alunos com 19

anos, além de 10 alunos com 20 anos e 2 acima de 21 anos, no diurno. O noturno apresentou quantidade maior entre alunos de 19 e 20 anos (gráfico 19).

No matutino, a quantidade de alunos matriculados no 3º ano foi maior entre os que possuíam idade entre 18 e 19 anos, embora houvesse uma quantia significativa de 20 anos enquanto que, no vespertino, a incidência maior entre alunos matriculados também variou na idade entre 18 e 19 anos. O noturno contou com 11 alunos de 20 e 21 anos cada e 10 alunos com idade acima de 21 anos (gráfico 20).

Em relação à 1ª etapa da EJA os números maiores estão entre os 19 e 20 anos de idade e acima de 21 anos (40 alunos) e na 2ª etapa entre 21 e acima dos 21 anos de idade (gráfico 21).

Nos gráficos 22 a 26 podemos comparar a quantidade de alunos reprovados durante os anos de 2013, 2015 e 2015 com a quantidade de alunos matriculados e aprovados.

Se percebe claramente que a quantidade maior de alunos reprovados estão no início do ensino médio devido, provavelmente, à ineficiência do ensino fundamental.

Nota-se que em todos os anos quase todos os alunos entraram com idade defasada em relação à série que deveriam cursar, devido a vários fatores já expostos, entre eles estão também a gravidez na adolescência, o abandono e a evasão escolar, o consumo de drogas lícitas e ilícitas e a violência que, infelizmente, faz parte do cotidiano da maioria dos bairros circunvizinhos à escola e da nossa clientela, o que poderá ter acarretado uma série de problemas no âmbito educacional.

Capítulo 4. A opinião dos professores

A entrevista realizada com os professores do CE Bandeira Tribuzi tem, entre seus objetivos, conhecer as concepções que os professores têm sobre a reprovação escolar, além de identificar possíveis fatores que favorecem e/ou dificultam o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, torna-se imprescindível também perceber as expectativas do professor em relação à sua capacidade de colaboração, juntamente com seus colegas de profissão no sentido da resolução da problemática discutida.

Com idades variando entre 41 a 63 anos, todos possuem cursos de pós-graduação, na modalidade de especialização, sendo que mais da metade participou em alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, seminário etc.) nos últimos 2 anos, porém nenhum deles teve algum tipo de capacitação para lidar com alunos que apresentam necessidades especiais (principalmente as de cunho psicológico), embora a escola tenha alunos que possuem essa característica.

Quando questionados sobre o porquê de ter escolhido a profissão de professor, alguns afirmaram que gostavam dessa profissão, alguns foram influenciados por seus professores que tinham como ótimos exemplos, outros foram redirecionando-se por esse caminho devido às circunstâncias e contingências da vida.

O tempo que lecionam em escolas varia entre 14 a 30 anos, sendo que metade dos professores entrevistados trabalham na escola pesquisada há 3 anos e a outra metade entre 13 a 15 anos e todos são professores efetivos.

Ressalte-se que alguns dos professores entrevistados lecionam também em outras escolas, além da utilizada na pesquisa.

Sobre a percepção de diferenças no desenvolvimento das turmas em relação às do ano anterior, quase todos os professores relataram que, a cada ano o desinteresse dos discentes torna-se maior e alavacaram várias causas.

Dentre essas causas destacam-se: os alunos ingressam no ensino médio cada vez mais despreparados e com mais deficiências, alunos oriundos de famílias que não os acompanham, nível de conhecimentos muito aquém do necessário, políticas públicas ineficazes, além de alunos que utilizam substâncias psicoativas.

Em relação à caracterização das turmas em termos de “aproveitamento acadêmico/escolar”, existem algumas controvérsias de alguns professores: uns dizem que o rendimento é muito baixo, outros acham que o aproveitamento é razoável uma vez que metade da turma consegue acompanhar suas aulas de maneira satisfatória.

O Prof. Pedro ressalta:

Os alunos respondem a esse processo da seguinte forma: alguns se esforçam e conseguem, outros se esforçam e não conseguem, outros desistem e se rebelam dentro da sala de aula e os demais abandonam a escola. Aproveitamento mesmo, ou seja, aqueles

alunos que realmente aprenderam e sabem discorrer sobre o aprendizado, concebendo novas idéias em relação à realidade? Considero bem poucos...menos de 10% de todas as minhas turmas.

Os professores relacionam os possíveis problemas de aprendizado dos alunos nas séries que lecionam com a *“falta de base [...] necessárias para o progresso e sucesso nas séries subsequentes, causando desinteresse e indisciplina nas salas de aulas como muita falta de interesse dos alunos e também falta de acompanhamento dos pais”* (Prof. Mauro), além da *“falta de compromisso dos mesmos com a própria formação”* (Prof. Ozéias).

Todo o contexto acima também é citado como principais causas da reprovação escolar, dentre outros, na escola pesquisada.

Ao identificarem o(a) aluno(a) que apresenta dificuldades de aprendizagem, a maioria dos professores relataram que utilizam várias “ferramentas” pedagógicas a fim de solucionar o problema, como aplicação de metodologias diferenciadas e até conhecer as famílias no intuito de aumentar o êxito do processo de ensino-aprendizagem.

Houve também reclamações quanto à superlotação das salas, que dificulta todo esse processo. O prof. Ozéias foi taxativo em afirmar: *“não temos trabalhos diferenciados na mesma turma. Porque temos que atender a todos naquele horário”*.

Os professores também utilizam métodos de avaliação de cunho qualitativo e quantitativo para estabelecerem um diagnóstico da aprendizagem do aluno assim como para redirecionar seu fazer pedagógico.

Quanto à percentagem dos conteúdos previstos a serem dados durante o ano letivo, a maioria dos professores conseguiram obter a margem dos 75% dos conteúdos (alguns até ultrapassando-a), enquanto uma professora, infelizmente, não conseguiu ministrar mais do que 50%, relacionando esse problema devido a uma reforma na estrutura externa da escola.

Na caracterização das turmas em relação à disciplina, também houve depoimentos contraditórios entre alguns professores: enquanto alguns disseram que seus alunos eram pouco disciplinados, outros afirmavam que apenas 10% da turma era indisciplinada enquanto que houve quem dissesse que caracterizaria *“as turmas desse ano como atenciosas e receptivas”* (Prof^a. Catarina).

Indagados sobre como o aluno poderia se tornar alvo de distúrbio na sala, atrapalhando a qualidade da aula, os professores reclamaram sobre as eventuais “conversas paralelas”, ao uso indevido de celulares e resistência em fazer as atividades.

Para os professores, os alunos são considerados indisciplinados quando apresentam o contexto acima citado, quando não “respeitam” o professor e demais funcionários da escola e também “*é aquele que não conhece o seu lugar na turma*” (Prof. Pedro). Todos fazem uso de diversas estratégias de ensino para contornar esse problema de indisciplina.

Os professores foram unânimes em afirmar que muitos alunos apresentarão dificuldades com disciplinas do currículo básico, independentemente da qualidade das aulas, seja por que não têm o domínio da leitura e escrita, principalmente os especiais, como também porque “*cada aluno tem uma realidade e particularidades diferenciadas*” (Prof^a. Catarina).

Os docentes também opinaram sobre os alunos que são “aprovados” sem dominar o conteúdo das disciplinas da série em que se encontram, dizendo que sentem-se impotentes quando é o sistema que os obriga a ter tal atitude, que trata-se de um adiamento de problemas, que a escola aprova mas a sociedade reprova posteriormente, pois já entram em desvantagem no campo de trabalho que é extremamente competitivo.

Afirmaram que o Conselho de Classe é uma ferramenta, na escola, que não funciona e que é apenas uma maneira de não prejudicar o aluno pois “*há uma preocupação em não punir os alunos e discutir com o quadro docente estratégias para nivelamento das turmas*” (Profa. Marina).

Esse mecanismo pedagógico, geralmente não é bem aceito sem produzir uma certa insatisfação por parte dos professores, pela maneira como é imposto pela coordenação pedagógica, que por sua vez é cobrada pela gestão, que deve apresentar números aceitáveis para os *rankings* educacionais.

O prof. Mauro salienta que “*é mais uma ferramenta que o sistema criou para diminuir e esconder o real quantitativo de discentes que não tem capacidade de avançar para as séries seguintes*”.

Na verdade, o Conselho de Classe por período, vem servindo apenas de identificação de alunos com notas baixas e frequência, coisa que, por si só, já dá muito trabalho para uma escola com

UMA coordenadora apenas. Não temos tempo para traçar estratégias coletivas em relação a determinados alunos, porque a seriação baseada no conteúdo, agora respaldada pelo SIAEP, não deixa. O negócio é cumprir carga horária-conteúdo enquanto PL¹⁸ luta bravamente contra a FOLGA, para recuperar seu território escolar (Prof. Pedro).

O prof. Pedro faz ainda faz uma ressalva quanto ao Conselho Final:

O Conselho Final, esse, feroz e sutilmente “obriga” os docentes a manter as estatísticas favoráveis. Se for seguido à risca em relação a condições de aprovação, a escola se esvazia e aluno reprovado é prejuízo, financeiro mesmo. É angustiante promover aluno para a passagem de ano, sendo que o discente não apresentou as mínimas condições de aprovação em três disciplinas.

Quando questionados sobre o que mudariam, se pudessem, em relação à educação, na sua escola hoje e de que forma poderia alterar a situação da reprovação na escola, muitos professores se referiram à inserção cada vez maior da família do aluno, na escola, para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, fazendo o seu acompanhamento acadêmico.

Relataram também que a diminuição da quantidade de alunos por turma facilitaria o acompanhamento das deficiências dos alunos e alguns professores defenderam também a idéia da implantação de uma escola integral, “*com multi profissionais preparados para darem suportes e reverterem a incapacidade dos alunos de se sentirem bem na escola e vencer suas deficiências e progredirem na vida*” (Prof. Mauro).

Com relação aos objetivos traçados, em relação à escola, a curto e longo prazo e como esperam alcançá-los, a maioria fez referência à diminuição do índice de reprovação, aumentar a qualidade do processo de aprendizagem dos alunos, tornar a escola mais atrativa ao alunado, satisfazendo seus anseios, conscientização do desenvolvimento de uma consciência cidadã, promoção de eventos de formação continuada.

¹⁸ PL: Planejamento. Todos os professores têm sua hora de planejamento, na escola, para realização de atividades concernentes às suas aulas.

Para os professores, os maiores desafios enfrentados pela escola atualmente são a ausência da família na escola, ausência do trabalho interdisciplinar, professores enfrentando problemas relacionados à infra-estrutura escolar e de material de apoio.

Ressaltam que a escola não é atrativa aos jovens e que está totalmente sucateada com falta de recursos tecnológicos e principalmente de profissionais que auxiliem o corpo docente nesta árdua missão de educar os alunos e prepará-los para vida, além de que deveria haver uma melhoria nos salários de todas as categorias profissionais da escola.

III PARTE – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A reprovação escolar é um problema bastante significativo já que as suas consequências podem levar à exclusão do aluno e, embora as leis garantam que todos têm direito à educação, ela torna-se um problema social que, se não contornado ou evitado a tempo, pode tomar grandes proporções.

Vimos que são diversos fatores que influenciam na reprovação escolar e que muitos deles perpassam pelas desigualdades sociais que, por sua vez, permeiam as desigualdades escolares, embora esse motivo não deva ser considerado como principal causa da exclusão do discente.

Uma das principais críticas dos educadores está no ensino fundamental, que não prepara o aluno para prosseguir seus estudos no ensino médio, fazendo com que ingressem no mesmo com déficit de aprendizagem, e por consequência, o 1º ano do ensino médio é onde conseguimos observar os mais elevados índices de reprovação.

Sabe-se que muitos alunos da escola pública tiveram seus direitos escolares negligenciados ao longo dos anos, através da ausência de professores, carência de suporte pedagógico e psicológico, e principalmente por uma formação fragmentada em termos de currículo.

Na escola pesquisada, nota-se que mesmo estipulando metas que venham minimizar os índices de evasão escolar e reprovação se percebe que poucos são os alunos que se dedicam aos estudos, que se apropriam dos conhecimentos desenvolvidos através de atividades de pesquisa e práticas, que participam ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

Com o facilitador da busca de informação através da internet, cresceu o desinteresse do aluno do ensino médio pelo livro didático (muitos alunos não levam o livro que recebem gratuitamente) e pelas explicações dos professores.

Enquanto o mundo encontra-se num processo cada vez maior de globalização e a revolução tecnológica torna mais fácil a interação com novos saberes, muitos professores ainda resistem a essas inovações, enquanto os alunos já estão muito além no tocante à tecnologia em relação aos professores, criando novas formas de socialização, através das mídias.

O reconhecimento de que os alunos apresentam muita facilidade para incorporar em sua vida cotidiana os novos recursos tecnológicos, mas não os habilita de que essa apreensão de novos conhecimentos midiáticos seja percebida de maneira crítica e produtiva, torna imperativa a importância da escola em prepará-los para que assumam uma postura crítica diante das informações a que são expostos cotidianamente e em tempo real.

Sabe-se que ainda há professores com a “cultura da reprovação” bastante arraigada, que sentem muita dificuldade em romper com os modelos “tradicionais” com que foram educados e que tendem a transmitir, através do seu pensar e fazer pedagógico, aos seus alunos, tornando bastante complexa a sua transição para uma metodologia mais atualizada.

Essa cisão com os modelos tradicionais também os leva a rejeitar as inovações tecnológicas, que deveriam utilizar em prol da otimização das aulas.

Muitos educadores ainda delegam a outrem a tarefa do preenchimento dos seus diários eletrônicos, porque não dominam a tecnologia incutida no processo, mas também não têm interesse em aprender por achar muita dificuldade em manusear o computador e apreender os preceitos da informática.

Aliada a esses problemas, ainda há uma série de fatores, em especial: o currículo distante dos interesses do alunado que, em geral, buscam um conhecimento a curto prazo (memorização) e não a médio e longo prazo (aprendizagem significativa); aulas não tão atrativas; ausência da participação familiar no processo e a quebra do planejamento escolar por questões alheias à dinâmica da escola (greves, reformas, protestos, etc.).

A superlotação das classes também dificulta o trabalho do professor, por vezes impossibilitando o diagnóstico de alunos com dificuldade de aprendizagem e, desse modo, uma intervenção antes que o aluno crie um desinteresse pela disciplina (pelo fato de não estar apreendendo os conhecimentos transmitidos pelo educador) e comece a agir com indisciplina na sala de aula, prejudicando o processo de ensino-aprendizagem.

Sendo um mecanismo de gestão democrática na escola, deve-se questionar também se o Conselho de Classe está exercendo sua real função que é a de diagnóstico e prevenção de problemas, tanto dos discentes quanto dos docentes, e indicação de possíveis soluções e não apenas de servir como um método para a aprovação e/ou reprovação de alunos, muitas

vezes através da coerção, como vimos na opinião de alguns professores nas entrevistas realizadas.

As aprendizagens precisam ser significativas, precisam ter conexões diretas com a vida. Esse é um ponto importante, contextualizar os saberes. Outro passo é trabalhar com pesquisa científica. Esse tipo de iniciativa aguça a curiosidade dos aprendentes, pois permite que eles criem hipóteses, busquem respostas, vivam a ciência e assim, aprendam de modo a interferir de maneira consciente na sociedade.

O trabalho com pesquisa é democrático, abraça todas as disciplinas. E um dos aspectos mais importantes e que envolve todos os outros é a educação por meio da Arte, pois tem objetivo ampliar o potencial sensível e crítico dos aprendentes, potencializando a relação eu-mundo dos envolvidos.

Muitos educadores apontam como possível solução para a problemática da reprovação escolar a implantação de escolas de tempo integral, um dos atuais projetos do governo federal.

Para que funcione a contento é necessário a reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola, que deve ser contar com a participação maciça da comunidade escolar na elaboração do mesmo, pois além de encontrar-se defasado, a estruturação deve ser modificada devido a escola mudar seu sistema de ensino para um novo modelo educacional.

Diante do exposto também sugere-se estudos posteriores em relação à implementação do novo modelo de ensino médio e verificação se os níveis de reprovação escolar diminuíram com essa nova medida do governo federal.

BIBLIOGRAFIA

Avila, S. F. O. (2005). A adolescência como ideal social. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente. May. 2005. Rio de Janeiro, RJ. Acedido em 24/11/2016. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200008&script=sci_arttext.

Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (s.d.). *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva. 304p. Lisboa: Vega.

Bernstein, B. (1971). *On the classification and framing of educational knowledge*. In: Knowledge and control, edited by Michael Young. London: Collier MacMillan. pp. 47-76.

Calendário do Bolsa Família (2016). *Calendário Bolsa Família 2016: tudo sobre o Bolsa Família 2016*. Acedido em 25/11/2016. Disponível em: calendariobolsafamilia2016.org/bolsa-familia-valor/.

Carvalho, J. S. F. (2011). *Reprovação: quando o plausível impede de ver o óbvio. Contraponto*. Acedido em 15/12/2016. Disponível em <http://revistaeducacao.uol.com.br/Textos/163/artigo234876-1.asp>.

Conboy, J., Santos, I., Moreira, I., Fonseca, J. (2013). Práticas e Consequências da Retenção Escolar: Alguns Dados do PISA. In L. Veloso & P. Abrantes (Org.), *Sucesso escolar: Da compreensão do fenómeno às estratégias para o alcançar*. Lisboa: Mundos Sociais. Acedido em: 07/07/2016. Disponível em: <http://www.ie.ulisboa.pt/pls/portal/docs/1430852.pdf>.

Conceito.de (2012). *Conceito de reprovação*. Maio, 16. Acedido em: 27/06/2016. Disponível em: [conceito.de/reprovação](http://conceito.de/reprova%C3%A7%C3%A3o).

Dubet, F., Duru-Bellat, M. & Vérétoout, A. (2012). As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. *Sociologias*. Porto Alegre, 29. pp. 22-70. Acedido em 19/12/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000100003>.

EduAcademia (s.d.). *Distorção idade-série*. Acedido em 19/01/2017. Disponível em: <http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/distorcao-idade-serie/>.

Educação (2015, Janeiro 13). *Diversas universidades, públicas e privadas, espalhadas pelo país oferecem programas de financiamento estudantil. Conheça alguns*. Acedido em 29/11/2016. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/educacao/conheca-dez-programas-para-ajudar-a-pagar-a-faculdade,c1338e70f7fda410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

Estrela, A. (1994). *Teoria e prática de observação de classes: uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora. 4ª ed. pp. 342-348.

Ferrari, M. (2008). Pierre Bourdieu, o investigador da desigualdade. *Revista Nova Escola*. Acedido em: 13/04/2016. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/pierre-bourdieu-428147.shtml>.

Fontes, C. (s.d.). *Insucesso Escolar - Navegando na Educação*. Acedido em 27/11/2015. Disponível em: <http://educar.no.sapo.pt/Insucesso.htm>.

Galian, A.,Valentina, C. & Louzano B. J. P. (2014). Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”. *Educação e Pesquisa*, 40(4), outubro-diciembre, 2014, pp. 1109-1124 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil. Acedido em 12/10/2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n4/16.pdf>.

Glória, D. M. A. (2002). “*A escola dos que passam sem saber*”: a prática da não-retenção escolar na narrativa de professores, alunos e familiares. Belo Horizonte, MG. 237f. Acedido em 12/07/2016. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_GloriaDM_1.pdf)

Educacao_GloriaDM_1.pdf.

Glória, D. M. A. & Mafra, L. A. (2004). A prática da não-retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar. *Educação e Pesquisa*. (30) 2. São Paulo. Acedido em: 20/02/2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200003>

Guerreiro, C. (2015). Ensino médio reprovado. *Revista Escola Pública*. Ed. 47. Acedido em 22/12/2015. Disponível em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016). Acedido em 27/11/2016. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2111300.

Jacomini, M. A. (2009). Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 35(3), set./dez. pp. 557-572. Acedido em 08/07/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/10.pdf>.

Leite, D. M. (1999). Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno. *Estudos em avaliação educacional*. São Paulo (19), pp. 5-24. Acedido em 08/12/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a03.pdf>.

Madalóz, R. J., Scalabrin, I. S. & Jappe, M. (s.d.). *O fracasso escolar sob o olhar docente: alguns apontamentos*. Acedido em 15/12/2015. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/945/527>.

Martins, C. P. M. (2006). *Factores e análise do insucesso escolar: um estudo feito a partir da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos no 3º ciclo, ano lectivo 2005/2006*, p. 13. Acedido em: 13/12/2015. In: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/>

10961/1841/1/CARLA%20PATRICIA%20MOREIRA.pdf.

Menezes & Santos (2001). Verbete sistema educacional brasileiro. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil*. São Paulo: Midiamix. Acedido em 25/01/2017. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>>.

Moreira, C. (s.d.). *Distorção idade-série na educação básica*. Acedido em 19/01/2017. Disponível em: <https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica>.

Moura, R. M. (s.d.). *A organização escolar: desigualdades de Inovação*. Acedido em 22/12/2015. Disponível em: <http://moura.tripod.com/socedu.htm>.

Ministério da Educação (2016). *Novo Ensino Médio- Dúvidas*. Acedido em 20/01/2017.

Disponível em: portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#barra-brasil.

Neme, A. D. (2013). *Retenção não deve ser mecanismo punitivo ou de exclusão, diz Secretaria*. Acedido em 12/07/2016. Disponível em: <http://maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/retencao-nao-deve-ser-mecanismo-punitivo-ou-de-exclusao-diz-secretaria/>.

Pacievitch, T. (s.d.a). *Conselho de classe*. Infoescola: navegando e aprendendo. Acedido em 11/10/2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/conselho-de-classe/>.

Pacievitch, T. (s.d.b). *Ensino médio*. Acedido em 25/11/2016 Disponível em: www.infoescola.com/educacao/ensino-medio.

Pereira, L. L. (2011). Reprovação escolar: uma questão, muitas facetas. *Revista Direcional Educador*. ed. 80. Acedido em 08/12/2015. Disponível em: <http://www.direcionaleducador.com.br/educacao-80-set/11/reprovacao-escolar-uma-questao-muitas-facetas>.

Prefeitura de São Paulo (2013). *Retenção não deve ser mecanismo punitivo ou de exclusão – diz Secretaria*. Acedido em 12/07/2016. Disponível em: <http://maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/retencao-nao-deve-ser-mecanismo-punitivo-ou-de-exclusao-diz-secretaria/>.

Projeto Político Pedagógico (2010). Secretaria de Estado da Educação - Secretaria Adjunta para a Educação - Unidade Gestora Metropolitana – Centro de Ensino Bandeira Tribuzi.

Ramal, A. (2014). *Reprovar não é solução, mas aprovar quem não aprendeu é pior*. Acedido em 06/01/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/reprovar-nao-e-solucao-mas-aprovar-quem-nao-aprendeu-e-pior.html>.

Redação/AM (2015). *Conselho de educação quer chumbos na agenda politica*. TVi24. Acedido em 22/12/2015. Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/conselho-nacional-de-educacao/conselho-de-educacao-quer-chumbos-na-agenda-politica>.

Redação (2016). *Brasil é número um em mau comportamento em sala de aula*. Acedido em 08/09/2016. Disponível em: <http://pensadoranonimo.com.br/brasil-e-numero-um-em-mau-comportamento-em-sala-de-aula/>.

Regina, K. (2016). Portifólio de Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática. *Legislação do Ensino*. Acedido em 25/02/2017. Disponível em: univesp-katia-regina.blogspot.pt/2016.03/legislacao-do-ensino.html.

Revista Profissão Mestre (2013). *Reter ou aprovar? Relatório divulgado pela Unesco, mostrou que, no Brasil, 18,7% dos alunos são reprovados no Ensino Fundamental*. Novembro/2013. Acedido em 07/07/2016. Disponível em: <http://www.apeesp.org.br/noticias/noticias/reter-ou-aprovar/>.

Ritto, C. (2016). *Brasil terá novo ensino médio – medida provisória do governo coloca do avesso um modelo feito para dar errado*. Acedido em 27/11/2016. Disponível em: veja.abril.com.br/educacao/brasil-tera-novo-ensino-medio/.

Rodrigues, A. T. (2007). Bourdieu e a educação. *Educação, Sociologia*. Pedagogia ao Pé da Letra. Acedido em: 19/04/2016. Disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/bourdieu-educacao/>.

Rodrigues, M. (2016). Governo lança reformas do ensino médio; veja destaques. Acedido em: 02/10/2016: Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-apresenta-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio-veja-destaques.ghtml>.

Santana, J. S. S., Silva, L. M., Araújo, J. X. S., Nascimento, M. B. (2016). Resenha. *Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas*. Ciências Humanas. 03(02). pp.307-312. Acedido em 03/09/2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article.view.2421>.

Santos, J. A. & Sant`Ana, R.B. (2013). Significações da reprovação escolar por alunos adolescentes de uma escola pública. *Educação. Revista do Centro de Educação*. v. 38, n. 03, set.- dez. pp. 691-702. Acedido em 01/09/2017. Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=117128364018.

Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, problemas e práticas*. n.º 59, 2009, pp. 75-106. Acedido em 02/04/2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n59/n59a05.pdf>.

Secretaria de Turismo do Maranhão - SECTUR (s.d.). Turismo cultural. Acedido em 27/11/2016. Disponível em: <http://www.sectur.ma.gov.br/turismo-cultural>.

Secretaria de Educação do Estado do Maranhão – SEDUC – MA (2017). *Matrículas para escolas de tempo integral começam nesta segunda-feira (16)*. Acedido em 15/01/2017. Disponível em: www.educacao.ma.gov.br/matriculas-para-escolas-de-tempo-integral-comecam-nesta-segunda-feira-16/.

Sens, B. E. & Bolze, S. D. A. (s.d.). *Fatores que influenciam na reprovação escolar: uma revisão bibliográfica de publicações científicas brasileiras*. Acedido em 09/01/2017. Disponível em: www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Bruna-Emanuelli-Sena.pdf.

Silva, V. D. M. (s.d.). Os processos de violência simbólica e a orientação educacional. *Brasil Escola*. Acedido em 13/04/2016. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/os-processos-violencia-simbolica-orientacao-educacional.htm>.

Silva, L. R. B. (2014). *O currículo e a distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental*. Brasília, DF. Acedido em 20/12/2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16776/1/2014_LedaReginaBitencourtdaSilva.pdf.

Smosinski, S. & Harnick, S. (2013). *Em 7 estados, mais da metade dos contratos de professores são temporários*. São Paulo: SP. Acedido em 23/11/2016. Disponível em: educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/08/em-7-estados-mais-da-metade-dos-contratos-de-professores-sao-temporarios.html.

Stival, M. C. E. E. & Fortunato, S. A. O. (s.d.). *Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu*. Acedido em 14/04/2016. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/676_924.pdf.

Viana, C. (2015). *CNE defende substituição progressiva dos chumbos por medidas anti-insucesso*. Acedido em 23/12/2015. Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/retencoes-1687065>.

Viégas, L. S. (2009). Progressão continuada em uma perspectiva histórica. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília (90), n. 225, pp.489-510. Acedido em 20/12/2015. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/ViewFile/1309/1254>.

Vipmidia (s.d.). São Luís – MA. Acedido em 27/11/2016. Disponível em: www.vipmidia.net/sao-luis.

Young, M.(2007). Para que servem as escolas?. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 101, pp. 1287-1302. Acedido em 05/11/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>.

Young, M. F. D. (2010) traduzido por Coimbra, L.B. Á. (2011). O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento:o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16 n. 48 set.-dez. 2011. Acedido em 07/06/2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a05.pdf>.

Zabala, A. (2015). Por que se deve avaliar? *Revista Pátio*. Novembro 2015, 76 . Acedido em 20/12/2015. Disponível em: <https://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/5937/por-que-se-deve-avaliar.aspx>.

Zanardi, T. A. C. (2013) . *Conhecimento poderoso e conhecimento contextualizado: o currículo entre Young e Freire*. Acedido em 03/01/2017. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt12_3206_texto.pdf.

ANEXOS

Anexo 1 - Entrevista aos professores do Centro de Ensino Bandeira Tribuzi

Objetivos:

1. Conhecer as concepções que os professores têm sobre a reprovação escolar;
2. Identificar os fatores que favorecem e/ou dificultam o processo de ensino-aprendizagem;
3. Perceber as expectativas do professor em relação à sua capacidade de colaboração, juntamente com seus colegas de profissão no sentido da resolução da problemática discutida;
4. Conhecer as ferramentas pedagógicas pertinentes para traçar o desenvolvimento de habilidades e competências nos alunos;
5. Saber se existem aspectos pertinentes que não foram referidos na entrevista e que o professor gostaria que tivessem sido abordados.

Bloco A – LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA E MOTIVAÇÃO

1. Informar o entrevistado acerca da investigação bem como os objetivos e contexto da entrevista;
2. Motivar o entrevistado;
3. Garantir a confidencialidade das informações prestadas;
4. Solicitar a ajuda do professor afirmando que a sua colaboração é imprescindível para o êxito da dissertação.

Bloco B – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Qual a sua idade?

2. Qual a modalidade de cursos de pós-graduação de mais alta titulação você possui? (Atualização ou aperfeiçoamento – mínimo de 180 h; Especialização – mínimo 360 h; Mestrado; Doutorado; Não fez ou completou cursos de pós-graduação).
3. Participou em alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, seminário etc) nos últimos 2 anos?
4. Teve algum tipo de capacitação para lidar com alunos que apresentam necessidades especiais (principalmente as de cunho psicológico)?
5. O que o(a) motivou a entrar na profissão docente?
6. Há quanto tempo você leciona?
7. Há quanto tempo você leciona nesta escola?
8. Você é professor(a) efetivo(a) ou contratado(a)?

Bloco C – A CLASSE, EM GERAL

1. Com quantas turmas você está trabalhando este ano?
2. Com quantas trabalhou no ano passado?
3. Quais as séries com as quais trabalhou?
4. Você tem percebido alguma diferença, este ano, no desenvolvimento das turmas em relação às do ano anterior? Se houver, qual?
5. Nas suas turmas existe algum aluno(a) portador(a) de necessidades especiais? Especifique qual o tipo de necessidade.

Bloco D – O ENSINO E A APRENDIZAGEM

1. Como estamos fazendo um trabalho sobre reprovação escolar, como você caracterizaria as turmas em termos de “aproveitamento acadêmico/escolar”?

2. A que você relaciona os possíveis problemas de aprendizado dos alunos nas séries que leciona?
3. Quais as “ferramentas” pedagógicas você utiliza quando identifica o(a) aluno(a) que apresenta dificuldades de aprendizagem?
4. Se, com essa intervenção, ainda assim o(a) aluno(a) apresentar dificuldades de aprendizagem, qual sua reação (uma outra abordagem, aulas extras, atividades extracurriculares, etc.)?
5. Qual a importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem?
6. Quais os sistemas de avaliação você utiliza?
7. Qual a porcentagem dos conteúdos previstos você conseguiu desenvolver com os alunos das suas turmas, no ano passado?

Bloco E – ASPECTOS RELACIONAIS E DE INDISCIPLINA

1. Como você caracterizaria as turmas em relação à disciplina, na sua aula?
2. Existem alunos que atrapalhariam, de algum modo, o bom andamento da aula? De que forma?
3. Para você, o que significa o aluno ser “indisciplinado”?
4. Descreva estratégias de ensino que você utiliza para alunos “indisciplinados” e estudantes com necessidades especiais.

Bloco F – OS CASOS DE ALUNOS

1. Você diria que alguns alunos apresentarão dificuldades com disciplinas do currículo básico, independentemente da qualidade das aulas? Explique.
2. Qual a sua opinião sobre os alunos que são “aprovados” sem dominar o conteúdo das disciplinas da série em que se encontram?

Bloco G – PARA A DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA CENTRAL DO PROFESSOR

1. A que você atribuiria a reprovação escolar?
2. Quais as principais causas da reprovação escolar na escola pesquisada?
2. Qual a sua opinião sobre o Conselho de Classe em relação à problemática da reprovação dos alunos?
3. Se você pudesse, o que mudaria, em relação à educação, na sua escola hoje? De que forma poderia alterar a situação da reprovação na escola?
4. Quais são os seus objetivos, em relação à escola, a curto e longo prazo e como espera alcançá-los?
5. Quais são os maiores desafios enfrentados pela escola atualmente?
6. Poderia indicar algum problema, aspecto, situação ou casos que poderiam ser observados, posteriormente, para análise (que expressem as preocupações e/ou expectativas em relação à aula)?

Nota: As questões estão formuladas em português do Brasil, em função do público-alvo a entrevistar.

Anexo 2 - Transcrição das respostas das entrevistas aos professores do Centro de Ensino Bandeira Tribuzi

1. Qual a sua idade?

- ✓ Prof^a. Cláudia: 55 anos
- ✓ Prof. Mauro: 45 anos
- ✓ Prof. Marina: 63 anos
- ✓ Prof. Ozéias: 45 anos
- ✓ Prof^a. Catarina: 41 anos
- ✓ Prof. Pedro: 50 anos completos.

2. Qual a modalidade de cursos de pós-graduação de mais alta titulação você possui? (Atualização ou aperfeiçoamento – mínimo de 180 h; Especialização – mínimo 360 h; Mestrado; Doutorado; Não fez ou completou cursos de pós-graduação).

- ✓ Prof^a. Cláudia: Especialização.
- ✓ Prof. Mauro: Especialização.
- ✓ Prof^a. Marina: Posuo duas Especializações: Educação Especial e Gerontologia.
- ✓ Prof. Ozéias: Especialista no ensino de Biologia.
- ✓ Prof^a. Catarina: Tenho duas especializações: Especialização Lato Sensu em Metodologias de Ensino da Biologia e Especialização em Formação Continuada Mídias na Educação.
- ✓ Prof. Pedro: Especialização em Docência do Ensino Superior pela Laboro.

3. Participou em alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação, seminário etc) nos últimos 2 anos?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Sim.
- ✓ Prof. Prof. Mauro: Não.
- ✓ Prof^a. Marina: Sim, capacitação sobre a metodologia de Trabalho do Ensino Médio.
- ✓ Prof. Ozéias: Não.
- ✓ Prof^a. Catarina: Sim.

- ✓ Prof. Pedro: Palestrante em Seminário de “Caracterização Profissional e Mercado de Trabalho para Educadores Físicos”, promovido pela Faculdade Pitágoras em junho de 2016; Coordenador do grupo revisor do texto da Base Nacional Comum Curricular em Educação Física Ensino Medio – Seminário Estadual em agosto de 2016; Supervisor Escolar do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID/UFMA/CAPES, no Centro de Ensino Margarida Pires Leal de setembro de 2012 a janeiro de 2017.

4. Teve algum tipo de capacitação para lidar com alunos que apresentam necessidades especiais (principalmente as de cunho psicológico)?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Não.
- ✓ Prof. Mauro: Não.
- ✓ Prof^a. Marina: Sim, na minha especialização.
- ✓ Prof. Ozéias: Não.
- ✓ Prof^a. Catarina: Não.
- ✓ Prof. Pedro: Não! Mas trabalhei de 2009-2015 com aulas de Educação Física para turmas de alunos surdos na UEB Antonio Vieira. Tenho curso de Extensão em Educação Física Adaptada para Pessoas com Deficiência Física em 2008, promovido pela Universidade de Juiz de Fora. Esse curso foi oferecido via EAD/Semed São Luis.

5. O que o(a) motivou a entrar na profissão docente?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Gostar da disciplina.
- ✓ Prof. Mauro: No início para custear o meu curso de Engenharia Elétrica, depois identificação com a profissão.
- ✓ Prof^a. Marina: A certeza de poder contribuir na formação de pessoas e por acreditar no poder da transformação social.
- ✓ Prof. Ozéias: Gosto da profissão.
- ✓ Prof^a. Catarina: Eu admirava e respeitava os meus professores e sentia gratidão pela grande contribuição deles para a minha formação. E como consequência disso, eu comecei a dar aulas particulares e depois nas escolas e gostar cada vez

mais de ser professora, pois a vivência com os alunos proporcionou-me a confirmação do que eu realmente queria.

- ✓ Prof. Pedro: O fato de ter sido atleta de Basquetebol e ainda nessa fase de competições, já orientava aulas para os colegas de equipe em treinos extras. Depois me envolvi com as questões inerentes à Escola Pública, mais especificamente em relação a Educação Física e suas problemáticas e daí ressignifiquei minha prática para a Educação Física Escolar.

6. Há quanto tempo você leciona?

- ✓ Prof^a. Cláudia: 35 anos.
- ✓ Prof. Mauro: 20 anos.
- ✓ Prof^a. Marina: Há 28 (vinte e oito).
- ✓ Prof. Ozéias: 14 anos.
- ✓ Prof^a. Catarina: 17 anos.
- ✓ Prof. Pedro: Leciono desde 1986.

7. Há quanto tempo você leciona nesta escola?

- ✓ Prof^a. Cláudia: 15 anos.
- ✓ Prof. Mauro: 03 anos.
- ✓ Prof^a. Marina: Há três anos.
- ✓ Prof. Ozéias: 14 anos.
- ✓ Prof^a. Catarina: 13 anos.
- ✓ Prof. Pedro: Desde 2012.

8. Você é professor(a) efectivo(a) ou contratado(a)?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Efetivo.
- ✓ Prof. Mauro: Efetivo.
- ✓ Prof^a. Marina: Efetiva.
- ✓ Prof. Ozéias: Efetivo.
- ✓ Prof^a. Catarina: Efetiva.
- ✓ Prof. Pedro: Efetivo.

Bloco C – A CLASSE, EM GERAL

1. Com quantas turmas você está trabalhando este ano?

- ✓ Prof^ª. Cláudia: 08.
- ✓ Prof. Mauro: 06.
- ✓ Prof^ª. Marina: 15 turmas, pois estou nos dois turnos (matutino e vespertino).
- ✓ Prof. Ozéias: 11 turmas.
- ✓ Prof^ª. Catarina: 09 turmas.
- ✓ Prof. Pedro: Seis turmas.

2. Com quantas trabalhou no ano passado?

- ✓ Prof^ª. Cláudia: 08.
- ✓ Prof. Mauro: 07.
- ✓ Prof^ª. Marina: Igual a resposta anterior.
- ✓ Prof. Ozéias: 11 turmas.
- ✓ Prof^ª. Catarina: 09 turmas.
- ✓ Prof. Pedro: Seis turmas.

3. Quais as séries com as quais trabalhou?

- ✓ Prof^ª. Cláudia: 1^a, 2^a e 3^a séries.
- ✓ Prof. Mauro: 1^a e 2^a séries.
- ✓ Prof^ª. Marina: Primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio.
- ✓ Prof. Ozéias: 1^o, 2^o, 3^o ano do ensino médio.
- ✓ Prof^ª. Catarina: 2^o e 3^o ano.
- ✓ Prof. Pedro: Na atual escola do Ensino Médio? Primeiro e segundo anos vespertino e em 2016 estou com uma turma do terceiro ano noturno.

4. Você tem percebido alguma diferença, este ano, no desenvolvimento das turmas em relação às do ano anterior? Se houver, qual?

- ✓ Prof^ª. Cláudia: Sim, a cada ano que passa os alunos ingressam no ensino médio cada vez mais despreparados e com mais deficiências, mas devo ressaltar que aqui

em São Luís/MA houve várias greves prolongadas dos professores municipais, ou seja, do ensino fundamental.

- ✓ Prof. Mauro: Sim, infelizmente percebo cada vez mais o desinteresse dos discentes com a aprendizagem formativa oferecida na escola por vários motivos que de uma forma ou de outra prejudica o aspecto cognitivo dos mesmos.
- ✓ Prof^a. Marina: Não, nós encontramos as mesmas variáveis: alunos oriundos de famílias que não os acompanham, nível de conhecimentos muito aquém do necessário, políticas públicas ineficazes, descompromisso com a mudança social e melhorias de vidas e jovens vivenciando desestruturação familiar, uso de substâncias psicoativas.
- ✓ Prof. Ozéias: Não.
- ✓ Prof^a. Catarina: Sim, o interesse, a participação em sala de aula e o aprendizado.
- ✓ Prof. Pedro: Eu acho que os alunos têm dificuldades em relacionar idéias, fazer conexões com as pistas dadas e, com isso, “descobrir” respostas e soluções. Quando eu direciono o processo em sala de aula, grande parte dos alunos percebe que conhecem, mas sinto que eles tipo, não “sabem” que conhecem e aprenderam. Outra dificuldade que dificulta muito é o amadurecimento da leitura e da escrita. Isso dificulta muito o processo de “aprender a aprender”.

5. Nas suas turmas existe algum aluno(a) portador(a) de necessidades especiais? Especifique qual o tipo de necessidade.

- ✓ Prof^a. Cláudia: Sim: surdos/mudos.
- ✓ Prof. Mauro: Não.
- ✓ Prof^a. Marina: Sim, deficiência auditiva e mental.
- ✓ Prof. Ozéias: Sim: surdo e mudo.
- ✓ Prof^a. Catarina: Sim. TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e DDA (Distúrbio de Déficit de Atenção).
- ✓ Prof. Pedro: No ensino médio, em 2016 tem uma aluna com problemas de aprendizagem, um retardo mental, mas ela foi colocada em uma turma muito “cruel”, os alunos não fazem questão de compreender a dificuldade dela e a isolam e a tratam mal. Ela não se intimida e responde à altura. O problema não é a turma, mas o preparo. Ninguém (digo, a escola como um todo) foi previamente preparado

para recebê-la. Até tento inseri-la em trabalhos de grupo, mas é muito difícil sem apoio pedagógico, que a escola não tem.

Bloco D – O ENSINO E A APRENDIZAGEM

1. Como estamos fazendo um trabalho sobre reprovação escolar, como você caracterizaria as turmas em termos de “aproveitamento acadêmico/escolar”?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Muito baixo devido os fatores relatados acima e muita falta de interesse dos alunos, e também falta de acompanhamento dos pais.
- ✓ Prof. Mauro: Numa turma de 40 alunos, apenas 03 são numeratizados, ou seja, dominam as operações básicas da matemática e conseguem progredir com os estudos mais elaborados. Os demais, vão no bojo aproveitando as facilidades que o sistema oferece para aprovação.
- ✓ Prof^a. Marina: Nível razoável, pois há um aproveitamento superior a oitenta por cento.
- ✓ Prof. Ozéias: Em torno da metade da turma tem um bom desempenho.
- ✓ Prof^a. Catarina: As minhas turmas, nesse ano, principalmente do 3º ano são compostas por alunos interessados e que, nas aulas de Biologia, fazem perguntas e participam muito. Notamos também que as aulas práticas em laboratório são de essencial importância para o entendimento do conteúdo abordado em sala de aula.
- ✓ Prof. Pedro: Eu acho que um dos problemas está na organização curricular e no formato da avaliação que geralmente ainda é pontual. Não temos unidade em sistemática de avaliação que a enxergue como um “momento de aprendizagem” e sim uma instância classificatória. Aí, vira uma bola de neve.

Os alunos respondem a esse processo da seguinte forma: alguns se esforçam e conseguem, outros se esforçam e não conseguem, outros desistem e se rebelam dentro da sala de aula e os demais abandonam a escola. Aproveitamento mesmo, ou seja, aqueles alunos que realmente aprenderam e sabem discorrer sobre o aprendido, concebendo novas idéias em relação à realidade? Considero bem poucos...menos de 10% de todas as minhas turmas.

De maneira geral existe aí também um danoso vício, quando os alunos sugerem aos professores os “ajudarem” a “tirar” uma boa nota. Esse “ajudar”, em suma,

significa jogar pelo ralo, em muitos casos, todo o processo do ano letivo em questão. Esse vício é tão forte e difícil de quebrar porque apela para o lado emocional do professor, que precisa estar muito centrado em seu trabalho para julgar o que é certo no decorrer do processo letivo.

Outra coisa é o diagnóstico. Não fazemos diagnóstico (quando o fazemos, geralmente ele não se movimenta como parâmetro em forma de devolutivas para o corpo docente, permanecendo apenas em pontual ação avaliativa) para sabermos o nível geral dos alunos que entram na escola e então conceber uma organização curricular que esteja adequada à realidade.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico da escola, coletivamente esse não conhecemos e não sabemos, como consequência, a respeito do perfil de alunos que queremos formar. Cada um faz seu trabalho na ordem “dei meu conteúdo todinho”. Se o aluno aprendeu ou não é problema dele.

2. A que você relaciona os possíveis problemas de aprendizado dos alunos nas séries que leciona?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Muito baixo devido os fatores relatados acima e muita falta de interesse dos alunos, e também falta de acompanhamento dos pais.
- ✓ Prof. Mauro: Falta de base, não dominam a tabuada, com suas operações necessárias para o progresso e sucesso nas séries subsequentes, causando desinteresse e indisciplina nas salas de aulas; o advento de celulares cada vez mais interativos que tiram a atenção dos alunos; a participação efetiva da família que não existe a contento, a não ser quando está perto do fim do ano letivo e o filho está numa situação desesperadora e apelam aos professores para ajudá-lo.
- ✓ Prof^a. Marina: Falta de acompanhamento familiar e o descompromisso com a educação.
- ✓ Prof. Ozéias: Falta de compromisso dos mesmos com a própria formação.
- ✓ Prof^a. Catarina: Os principais problemas são, a falta de conteúdos adquiridos pelos alunos nas séries anteriores, a condição financeira das famílias dos discentes e por isso, muitos trabalham ou tem que cuidar dos irmãos pequenos, etc.

- ✓ Prof. Pedro: Muitas problemáticas acima apresentadas, nós já recebemos do Ensino Fundamental, principalmente na questão desenvolvimento da lógica do raciocínio. Nossos alunos ainda estão estudando somente para tirar “nota boa” na prova, ou seja, utilizando o recurso da memorização e da “pesca” e essas, sabemos são de curta duração.

A outra questão está localizada na capacidade de saber ler, escrever, entender e explicar com clareza o que está escrito. Se os alunos não entendem aquilo que se pergunta, temos aí grandes chances de eles serem mal avaliados.

Outra questão diz respeito às políticas educacionais de estado e mudança de governo. No início dos anos 2000, a Secretaria Municipal de Educação de São Luis, lançou um programa muito legal denominado “São Luis Te Quero Lendo e Escrevendo”. Tal programa teve muitas falhas e sofreu muitos ajustes, coisa normal nessa área, mas foi uma época de muita efervescência (e vaidades escolares também), porque o princípio era o das Escolas em Rede, ou seja, a questão de momentos a serem destinados para troca de Experiências Escolares, aliadas a um permanente sistema de formação continuada.

A rede também tentou emplacar o sistema de ciclos de aprendizagem, coisa que acho muito legal. O problema foi que a rede municipal mudou a forma, mas o tempo escolar continuou conteudista e também não tivemos uma política salarial à contento, já que os professores com certeza trabalhariam bem mais, principalmente na questão do avaliação em forma de registro, portfólio dos alunos e coisas do gênero.

O que eu sei é que já era para os alunos chegarem ao Ensino Médio em São Luis bem mais desenvolvidos, coisa que não acontece, pelos fatos anteriormente citados e também porque na sucessão dos governantes, nem se fala mais em “São Luis Te Quero Lendo e Escrevendo”. Se tivéssemos uma política de estado séria e comprometida com a população, esse programa já deveria estar bem mais amadurecido e gerando bons frutos.

Na questão estadual os problemas são os mesmos. Tivemos, dos anos 1990 para cá, três publicações de matrizes curriculares para o ensino médio, cada uma bem mais

diferente do que a outra. Outro fato que complica é a não adoção de um sistema de formação continuada de professores, encontros estaduais em educação, fóruns que discutam essas iniciativas curriculares. Elas acabam sendo “citadas” nas jornadas pedagógicas ou lançadas em apenas UM encontro e não se faz mais acompanhamento nenhum. Em decorrência disso, nós professores não desenvolvemos uma consciência que estimula a frequentar os cursos promovidos quando os mesmos aparecem. Aqui a questão envolve horários (Sábado? À noite? Turno contrário? Feriados? No horário de PL? Os cursos influenciam no plano de cargo, carreiras e salários em tempo claramente decidido e cumprido no contracheque?).

Aliado a isso, as redes municipal e estadual em educação não dialogam. O resultado disso se revela na aprendizagem dos alunos, que a meu ver, deixa muito a desejar naquilo que seria bom para desenvolver nosso estado.

3. Quais as “ferramentas” pedagógicas você utiliza quando identifica o(a) aluno(a) que apresenta dificuldades de aprendizagem?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Levando em conta que com turmas de 40 alunos é muito difícil fazer alguma coisa, mas tentamos estimular os alunos a buscarem em sala de junto aos professores suas carências.
- ✓ Prof. Mauro: Aplicação de metodologias diferenciadas, onde eles se sintam protagonistas na aquisição dos conhecimentos; com atividades individualizadas ou em grupo; estudos dirigidos; seminários; projetos.
- ✓ Prof^a. Marina: Conhecer as famílias, incrementar a realização de atividades coletivas, implementar monitoria.
- ✓ Prof. Ozéias: Não temos trabalhos diferenciados na mesma turma. Porque temos que atender a todos naquele horário.
- ✓ Prof^a. Catarina: Eu utilizo diversas mídias, como o computador e data show nas minhas aulas para mostrar vídeos, aulas em slides, músicas, documentários, animações, além de levá-los ao laboratório para vivenciar a prática do que é mostrado em sala de aula. Isso tudo, melhora significadamente a atenção e interesse de todos os alunos e consequentemente a aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades.

- ✓ Prof. Pedro: A primeira coisa é deixar claro em que pano de fundo pedagógico estou situado. Em minhas primeiras aulas digo de imediato que todo o curso do ano letivo estará pautado no binômio Cultura-Sociedade e não somente na questão desportiva ou fisiológica

Outra ferramenta que acompanha o ano letivo é o esforço em fazer com que os alunos desenvolvam sua capacidade de discernimento ético no mundo através daquilo que chamamos de: atitude diagnóstica (saber “ler” a realidade), judicativa (saber julgar em parâmetros para além do senso-comum) e ruptura/ressignificação (adotando outras posturas, outras movimentações).

Utilizo também uma ferramenta que denomino de “quebra do discurso adjetivado no indefinido”. Nas rodas de discussão, quando apresento uma situação problema ou reflexiva, geralmente os alunos recorrem ao: “foi muito bom por que todos estiveram bem”. Aí começo ao processo de esmiuçar aquilo que foi dito, tentando estimular os alunos a discorrerem com mais elementos, mais texto e concordâncias mais elaboradas à respeito daquilo que chamam de “muito bom” e “estiveram bem”. Os alunos geralmente querem falar algo mais à respeito daquilo que percebem ou detectam, mas em muitos casos, a falta da prática da contextualização aliada à uma amplitude de vocabulário minimiza as possibilidades de respostas mais consistentes.

A Educação Física permite por excelência, a prática. Primeira coisa é “simplificar” os conteúdos em essências em princípio, para depois ampliar de nível de complexidade, inclusive aí, desenvolvendo o gosto pela leitura, ou seja, que através dela podemos descobrir muitas coisas.

Exemplo: não gosto de superlotar a cabeça dos alunos com medidas oficiais, históricos e afins no conteúdo JOGOS. Primeiramente eu simplifico os jogos em 4 características: regulamentado, delimitado, competitivo e flexível ou institucional (no caso dos esportes). A prática mostra isso com muita clareza e durante ela, sempre paro para fazermos reflexões à respeito e como podemos ressignificar esses jogos, já que eles são flexíveis. Aliado a isso vem as complexidades como: questão de gênero, justiça social, diálogo e tolerância na resolução de conflitos,

conquista de território e por aí vai. A contextualização nesse caso é imprescindível, porque faz o aluno reconhecer o conteúdo dentro de sua realidade, como a questão de espaços de lazer em meu bairro. Tem? Não tem? Por que?

Na questão da avaliação, além da prova teórica, também faço o registro da evolução dos alunos em cada aula na própria frequência. Quando faço chamada, eu coloco “mais”, “mais ou menos” ou “menos”. Se o aluno faltou é “F”. No final do período eu faço uma tabulação e tenho um panorama da evolução daquele aluno durante aquele tempo e isso se reflete em uma nota. Para isso é necessário fazer a chamada dos alunos pelo nome e filmá-los com identificação de cada um para eu saber quem é quem, quando tenho dúvidas durante o julgamento avaliativo.

Minhas provas teóricas não são muito normais, porque faço em forma de jogos de dominó, palavras cruzadas, caça-palavras, análise de texto e mapa conceitual. Mas, para isso, a experiência vem me provando que, antes de aplicar qualquer um desses formatos de avaliação, eu devo treiná-los para, em muitos casos, eles aprenderem ao jogo e, na hora da avaliação, os mesmos otimizarem a qualidade das questões respondidas. Também é comum fazer avaliação teórica em dupla, já que considero avaliação um momento também de aprendizagem. Na questão da avaliação em dupla, eu coloco na prova dois quadrinhos ao lado dos nomes, denominados DESEMPENHO, para evitar que um aluno se escore no outro e tire uma nota sem merecer.

Ressalto aqui algo anteriormente observado, que esse é o MEU trabalho com Educação Física em minha escola. Não sei como os colegas das demais disciplinas trabalham, ou seja, não temos unidade, um PPP que nos una em uma causa formativa comum.

Sempre digo aos alunos do primeiro ano do ensino médio que a escola é um centro de formação e não um lugar que se vai para não ficar em casa. Digo isso porque detecto muitos alunos que querem ir para a escola, mas não querem ficar na sala de aula. Digo também que não tem sentido ficar mandando, ordenando jovens adultos a ir para a sala de aula...ficar vigiando alunos jovens adultos e eles

se escondendo dentro do centro de formação que existe para ELES. Olha...é um negócio estranho, tratar o Ensino Médio como creche de jovens adultos.

Quanto ao acima ressaltado, não posso esquecer-me das famílias. Muitas delas acham que a obrigação deles é a matrícula, o dinheiro para a passagem e o vestuário. O resto...é com a escola. Muitos pais só aparecem no final do ano letivo, quando a situação está bem crítica. Tem cada coisa!

Sempre procuro minimizar a fronteira que aprendemos a implantar entre a teoria e a prática.

4. Se, com essa intervenção, ainda assim o(a) aluno(a) apresentar dificuldades de aprendizagem, qual sua reação (uma outra abordagem, aulas extras, atividades extracurriculares, etc.)?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Encaminhar à orientação e supervisão em busca de ajuda.
- ✓ Prof. Mauro: Existe uma conversa franca e conscientizadora que o aluno, e somente ele, pode mudar a situação em que se encontra. E para isso deve mudar de postura para vencer suas próprias dificuldades. E a partir daí, elaboro uma nova atividade de acordo com cada situação.
- ✓ Prof^a. Marina: Sim, recuperação paralela.
- ✓ Prof. Ozéias: Falta e interesse do aluno e da própria família.
- ✓ Prof^a. Catarina: Sim, eu faço revisões dos conteúdos, muitas atividades e projetos.
- ✓ Prof. Pedro: Aula extra é muito difícil. O tempo escolar seriado não permite isso. Atividades extracurriculares não gosto muito daquelas do tipo pesquisa de internet devido aos vícios dos controls “C” e “V”. Quando as harmonias escolares estão legais, o projeto didático é bem interessante. Gosto de trabalhar com projetos didáticos. O maior problema do projeto é saber individualmente, quem aprendeu o quê.

5. Quais os sistemas de avaliação você utiliza?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Participação, provas, redações, seminários e leitura, interpretação e contextualização de textos.

- ✓ Prof. Mauro: Quantitativa: atividades em sala individuais e em grupo; resolução de questões do livro; avaliações escritas subjetivas e objetivas; trabalhos de pesquisas; seminários e projetos. Qualitativa (Postural): participação efetiva nas aulas; atividades e demais processo de sala de aula; assiduidade; comportamento; interatividade nas aulas expositivas e dialogadas.
- ✓ Prof^a. Marina: Vários, como provas, seminários, debates.
- ✓ Prof. Ozéias: Prova, trabalhos e seminários e auto avaliação.
- ✓ Prof^a. Catarina: Provas objetivas e subjetivas, trabalhos, projetos, atividades, participação nas aulas, interesse, assiduidade, dentre outros.
- ✓ Prof. Pedro: Citei acima.

6. Qual a percentagem dos conteúdos previstos você conseguiu desenvolver com os alunos das suas turmas, no ano passado?

- ✓ Prof^a. Cláudia: 75%, mas o final do ano letivo foi antecipado devido a reforma no prédio da escola.
- ✓ Prof. Mauro: Cerca de 75 %.
- ✓ Prof^a. Marina: Infelizmente menos de 50% devido a reforma da escola que comprometeu todo o processo.
- ✓ Prof. Ozéias: 90% dos conteúdos.
- ✓ Prof^a. Catarina: 92%.
- ✓ Prof. Pedro: Meus conteúdos obedecem a dois critérios. Ele deve ser progressivo e cíclico, ou seja, eu sempre trago, mesmo no quarto período, dados do conteúdo ministrado no primeiro período traçando pontes de interrelação entre uma coisa e outra. Geralmente fica em 80%, mas eu não me baseio muito no cumulativo não. Existem conteúdos que são pilares do processo e outros, como eu diria, do resultado do saber pensar porque eles sempre estão fazendo parte do geral. Eu me baseio naquilo que o aluno aprende e em sua capacidade de sistematizar idéias e conceitos. Esse é o meu foco.

Na especialização eu tive um professor muito legal que me ensinou que, com o advento da internet, da tv à cabo e dos smartphones, nós professores perdemos nossa função de TRANSMISSORES de conhecimentos. O que somos agora? A partir das ideias de Pedro Demo, ele me fez perceber que devemos estimular os alunos a saber

procurar, sistematizar, saber aquilo que não querem, procurar agulha no palheiro...enfim APRENDER A APRENDER. Isso, nenhuma mídia ensina, nem EAD, mas no corpo-a-corpo da sala de aula. Ressignificar a noção de sermos referenciais para nossos alunos, porque ainda TEMOS ALGO A ENSINAR para eles.

Bloco E – ASPECTOS RELACIONAIS E DE INDISCIPLINA

1. Como você caracterizaria as turmas em relação à disciplina, na sua aula?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Pouco disciplinados.
- ✓ Prof. Mauro: De modo geral, são desatentos, tem pouco interesse, mas não são agressivos ou respondões, mas vai muito do professor. No meu caso tenho uma relação de diálogo franco e honesto com os alunos e não admito bagunça na minha sala de aula.
- ✓ Prof^a. Marina: Há uma preocupação em garantir a otimização do tempo e qualidade na efetivação do trabalho pedagógico.
- ✓ Prof. Ozéias: Alguns são indisciplinados. Na média em torno de 10%.
- ✓ Prof^a. Catarina: São turmas que aceitam o conteúdo da disciplina de maneira natural e com interesse em aprender, e dessa forma, eu caracterizo as turmas desse ano como atenciosas e receptivas.
- ✓ Prof. Pedro: Uma vez eu li uma coisa interessante de Eleonor Kunz, “teórico” da Educação Física. Ele diz mais ou menos o seguinte: existem professores que se dizem pedagogia libertária e logo de cara perdem o controle de uma turma porque não estabelecem fronteiras na questão da autoridade e se diluem no corpo do alunado. Como faremos uma aula dialogada se os alunos não aprenderam ainda a escutarem uns aos outros? Primeiro temos que ensinar os alunos a se comportarem para o debate, porque nossa sociedade não é assim “educada para o diálogo”. Não somos acostumados a ouvir a opinião dos outros. Corajosamente ele diz que o professor de uma pedagogia libertária não pode abrir mão, metodologicamente no início de seu trabalho, da pedagogia tradicional. Os alunos têm que saber que professor não é O AMIGO. Primeiro pedimos silêncio. Depois vamos conversando, sorrindo, trocando idéias, harmonizando o ambiente, sempre na perspectiva de “cada qual no seu cada qual”. As coisas não podem ser confusas, os

alunos não gostam disso. Os alunos ainda gostam de ter seus professores como referenciais de conhecimento e de vida.

2. Existem alunos que atrapalhariam, de algum modo, o bom andamento da aula? De que forma?

- ✓ Prof^ª. Cláudia: Sim, com atrasos, conversas em voz alta, uso indevido de celulares e resistência às atividades.
- ✓ Prof. Mauro: Principalmente o celular, grande concorrente com a atenção dos alunos seja por causa das redes sociais, músicas ou porque a aula é enjoada ou de cálculo.
- ✓ Prof^ª. Marina: Uma minoria, mas conseguimos contornar.
- ✓ Prof. Ozéias: Sim, conversando com outros alunos no momento da aula.
- ✓ Prof^ª. Catarina: Sim, com conversas paralelas.
- ✓ Prof. Pedro: Minha aula tem três “nãos”: NÃO VIOLÊNCIA; NÃO BAGUNÇAR E NÃO SUJAR. Como disse Tim Maia, “o resto pode”. Um jogo com bagunça, sujeira e violência, não presta. Eu paro a aula na hora.

3. Para você, o que significa o aluno ser “indisciplinado”?

- ✓ Prof^ª. Cláudia: O contexto acima relatado.
- ✓ Prof. Mauro: Aquele que atrapalha o bom andamento da aula.
- ✓ Prof^ª. Marina: Aquele aluno que apresenta um comportamento de rebeldia e desrespeito às normas escolares.
- ✓ Prof. Ozéias: Que não respeita o seu professor.
- ✓ Prof^ª. Catarina: Um aluno indisciplinado é aquele que não respeita o professor e os demais funcionários da escola.
- ✓ Prof. Pedro: Aluno indisciplinado é aquele que não conhece o seu lugar na turma. Não é aquele que questiona. Eu tenho muita admiração pelos alunos que sabem questionar. Acho legal e alimento isso, porque geralmente eu aplico a metodologia do “vamos resolver juntos”.

Acho legal o aluno me pedir para sair porque vai atender o celular estando o pai ou a mãe ligando. Acho legal o aluno me comunicar que vai ao banheiro ou beber água. Pedir licença para entrar.

Em contrapartida, não gosto de ironias ou brincadeiras sem noção do alunado. Nesses casos geralmente eu utilizo o “parar para acertar” porque detecto pessoas que perderam a noção da boa convivência na turma.

4. Descreva estratégias de ensino que você utiliza para alunos “indisciplinados” e estudantes com necessidades especiais.

- ✓ Prof^ª. Cláudia: Primeiro, conversar tentando conscientizar sobre a importância da educação na vida das pessoas, depois tentar uma mudança de comportamento e trazê-los para a prática eficiente das atividades e por último encaminhamento para a supervisão e orientação escolar.
- ✓ Prof. Mauro: Normalmente o diálogo franco e honesto, onde coloco as regras de convivência já no primeiro dia de aula. Com seus direitos e deveres.
- ✓ Prof^ª. Marina: Inserção dos mesmos em atividades coletivas: debates, seminários e uma escuta individual com os alunos e familiares.
- ✓ Prof. Ozéias: Com relação com os portadores de necessidades temos uma intérprete de Libras. Tento tornar amigos deles e com isso adquirir o respeito deles.
- ✓ Prof^ª. Catarina: Já citei em questões anteriores, com a utilização de mídias e aulas diversificadas.
- ✓ Prof. Pedro: Geralmente no início de um trabalho, meus alunos não me suportam porque eu não faço nenhuma questão de ser aquele professor bonzinho, principalmente porque em EF, muitos alunos vêm de outras escolas em que seus colegas enrolaram os alunos com o famoso rola-bola “queimado e pelada”.

No início de meu trabalho eu deixo bem claro as regras e uma delas diz logo que não existe a possibilidade do aluno chegar na quadra e ficar sentado e que minha aula não é lugar de pelada, mas de estudar o futebol.

Geralmente o primeiro período é crítico, mas os alunos vão percebendo que o mundo não tem somente uma cor, que ele é diverso e que, se as coisas são diversas e permanecem é porque são legais, como demais esportes, as danças, as lutas, as ginásticas, o circo... Aí os alunos vão vendo que essas “outras” aulas também são legais e vão conhecendo e desvendando um outro professor, ou seja, um cara

carinhoso, afetuoso, firme (como uma vez uma turma me disse que gostava de minha firmeza) e acima de tudo, que, se eu “pago geral” para eles de vez em quando é porque eu me preocupo com eles e não tenho vergonha de dizer que os amo. E também digo que, no dia em que eu não estiver nem aí para eles, os mesmos podem ter a certeza que eu desisti da turma. Nenhum aluno quer isso! O trabalho é muito legal no final do ano em relação ao respeito mútuo que sentimos entre nós mesmos, porque é mediado pelo afeto. É muito legal sentir isso deles.

Bloco F – OS CASOS DE ALUNOS

1. Você diria que alguns alunos apresentarão dificuldades com disciplinas do currículo básico, independentemente da qualidade das aulas? Explique.

- ✓ Prof^a. Cláudia: Com certeza.
- ✓ Prof. Mauro: Sim. Muitas vezes preparo aulas que achamos que irá agradar e chamar mais atenção dos alunos, mas aí percebo que o interesse deles são outros.
- ✓ Prof^a. Marina: Sim , já foram identificados alunos que não têm o domínio da leitura e escrita e principalmente os especiais.
- ✓ Prof. Ozéias: Sim, alguns tem muitas dificuldades em entender alguns conceitos biológicos.
- ✓ Prof^a. Catarina: Sim, pois cada aluno tem uma realidade e particularidades diferenciadas.
- ✓ Prof. Pedro: Olhe...esse iceberg é muito grande...gigantesco. Para citar dois exemplos:

1 Ensino Médio: recentemente fiz um trabalho de pesquisa familiar, tipo saber histórico de pressão alta, colesterol coisas afins na família em três gerações dos alunos (a deles, dos pais e dos avós). Fiz em forma de única ficha que eles deveriam preencher e me entregar com conclusões finais sobre tendências relativas à saúde dos mesmos para daqui a 20 anos. A surpresa que tive: uma média de 30 a 40% dos alunos não tinham contatos com pais (homens) e suas respectivas famílias. Outros eram adotados, criados com avós, tios e correlatos.

2 Ensino Fundamental séries iniciais: faço um diagnóstico também perguntando pessoalmente para cada aluninho, coisas tipo, mora com quem? Mais de 50%

respondem que moram com mãe, avós, tios, irmãos e primos. Isso quer dizer que, geralmente as mães daqueles alunos engravidaram muito novas, os pais sumiram ou não estão presentes e quem cria os mesmos são os avós.

Cito ainda, aqui, alunos pequeninos que passam o dia fora de casa, presenciam frequentes brigas conjugais e separações dos pais.

Às vezes os alunos já sofrem lesões em suas motivações, dentro da própria casa. É muito ruim para uma criança passar a decidir sua vida desde tenra idade. Desta forma ela cresce tensa e sabemos que para determinados aprendizados, mais especificamente o escolar, os alunos precisam estar relaxados, tranquilos, centrados, confortáveis e felizes. Como o aluno vai aprender se ele não consegue se concentrar? Vive tenso? Vive preocupado? A realidade social de muitos alunos de escola pública não é nada fácil. Chegam na escola sem determinada base familiar consolidada. Aí os “tios” tentam dar um jeito, sozinhos em turmas de 25 a 30 alunos.

2. Qual a sua opinião sobre os alunos que são “aprovados” sem dominar o conteúdo das disciplinas da série em que se encontram?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Infelizmente um adiamento de problemas.
- ✓ Prof. Mauro: Sinto-me impotente com tal situação, pois muitas vezes o sistema nos obriga a ter essa atitude.
- ✓ Prof^a. Marina: Não opinou.
- ✓ Prof. Ozéias: A escola aprova mas a sociedade reprova.
- ✓ Prof^a. Catarina: São alunos que apresentarão grandes dificuldades nas séries seguintes, e com grande chance de reprovação.
- ✓ Prof. Pedro: Esses alunos já entram em desvantagem no campo de trabalho que é extremamente competitivo porque poucas vagas estão disponíveis. Costumo dizer que, quando o esse aluno termina o Ensino Médio, no dia seguinte ele já engrossa a estatística do desemprego, porque não está preparado para Enem, concurso, entrevista de trabalho e afins. Para esses, o ócio, o vício e a ilegalidade estão de braços abertos.

Bloco G – PARA A DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA CENTRAL DO PROFESSOR

1. A que você atribuiria a reprovação escolar?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Todo o contexto acima citado.
- ✓ Prof. Mauro: Todos os fatores acima citados.
- ✓ Prof^a. Marina: A vários fatores, como: má condução da política educacional, entre outros fatores.
- ✓ Prof. Ozéias: Falta de família para participar do processo.
- ✓ Prof^a. Catarina: Eu atribuiria muitos fatores, como por exemplo: a falta de interesse, a falta de acompanhamento da família, falta de conteúdo nas séries iniciais, dentre outros.
- ✓ Prof. Pedro: Já respondi.

2. Quais as principais causas da reprovação escolar na escola pesquisada?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Todo o contexto acima citado.
- ✓ Prof. Mauro: Todos os fatores acima citados.
- ✓ Prof^a. Marina: Falta de embasamento e acompanhamento destes.
- ✓ Prof. Ozéias: Infrequência, falta de compromisso dos mesmos, interesse, etc.
- ✓ Prof^a. Catarina: A falta de base dos conteúdos das séries iniciais, situação econômica da família e desinteresse.
- ✓ Prof. Pedro: Já respondi.

2. Qual a sua opinião sobre o Conselho de Classe em relação à problemática da reprovação dos alunos?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Realmente não funciona.
- ✓ Prof. Mauro: É mais uma ferramenta que o sistema criou para diminuir e esconder o real quantitativo de discentes que não tem capacidade de avançar para as séries seguintes.
- ✓ Prof^a. Marina: Há uma preocupação em não punir os alunos e discutir com o quadro docente estratégias para nivelamento das turmas.
- ✓ Prof. Ozéias: É uma maneira de não prejudicar o aluno.

- ✓ Prof^a. Catarina: Entendo que o conselho de Classe precisa treinar o bom senso pois precisamos ouvir o professor e entender qual foi a competência e habilidade passada no bimestre e o que foi feito para o aluno. Se o professor fez tudo que deveria e tem registro disso, penso que a reprovação faz-se necessária, mas para isso, o conselho precisa de conhecimento para votar. É necessário que a escola mostre no planejamento sua visão naquele ano e que queira um caminho traçado por todos. Assim, fazendo o mesmo caminho, acredito que o índice de reprovação diminuirá.
- ✓ Prof. Pedro: Na verdade, o Conselho de Classe por período, vem servindo apenas de identificação de alunos com notas baixas e frequência, coisa que, por si só, já dá muito trabalho para uma escola com UMA coordenadora apenas. Não temos tempo para traçar estratégias coletivas em relação a determinados alunos, porque a seriação baseada no conteúdo, agora respaldada pelo SIAEP, não deixa. O negócio é cumprir carga horária-conteúdo enquanto PL luta bravamente contra a FOLGA, para recuperar seu território escolar.

Já o Conselho Final, esse, feroz e sutilmente “obriga” os docentes a manter as estatísticas favoráveis. Se for seguido à risca em relação a condições de aprovação, a escola se esvazia e aluno reprovado é prejuízo, financeiro mesmo. É angustiante promover aluno para a passagem de ano, sendo que o discente não apresentou as mínimas condições de aprovação em três disciplinas.

Em relação aos alunos estamos dando um perigoso recado: “deixo a vida me levar e no final dou um jeitinho de passar”. Só que o campo de trabalho não é assim. Não é o conselho que decide se a pessoa está qualificada ou não para ocupar um posto de trabalho. Em algum momento a realidade vai dizer para esse aluno: “Tô aqui! O negócio aqui agora é outro”!

3. Se você pudesse, o que mudaria, em relação à educação, na sua escola hoje? De que forma poderia alterar a situação da reprovação na escola?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Diminuir o número de aluno por sala para facilitar o melhor acompanhamento das carências, conscientizar os pais da importância do acompanhamento do estudo dos filhos e agilidade nos processos.

- ✓ Prof. Mauro: A escola tem que ser de tempo integral, com multi profissionais preparados para darem suportes e reverterem a incapacidade dos alunos de se sentirem bem na escola e vencer suas deficiências e progredirem na vida.
- ✓ Prof^a. Marina: Atuar de forma coordenada com outros agentes, tais como: famílias, Colegiado escolar, Promotoria de Educação...
- ✓ Prof. Ozéias: O compromisso da família com a formação dos filhos. Os pais que acompanham os estudo dos filhos, os mesmos tem um melhor desempenho.
- ✓ Prof^a. Catarina: Uma boa estrutura da escola é necessária para se ter um ambiente mais atrativo e digno para os alunos, e como professora acho que a cobrança junto ao governo de todos os funcionários da escola deveria ser constante. E em relação a parte pedagógica, eu procuro diversificar as aulas de maneira a tornar o aprendizado mais fácil e prazeroso. O planejamento no início do ano letivo poderia ser voltado para essa questão.
- ✓ Prof. Pedro: Eu começaria abrindo espaço para a criação de um fórum escolar permanente em que o tema central é o Projeto Político Pedagógico da Escola. Também estimularia abertura de espaços para a realização de seminários vislumbrando a troca de experiências, ou seja, que os colegas compartilhem aquilo que estão fazendo em sala de aula. Tem gente trabalhando bacana nas escolas, mas estão “invisíveis” para a comunidade escolar daquele prédio

Estimularia espaços para o desenvolvimento de Projetos Didáticos envolvendo TODAS as disciplinas em que o foco da temática precisa englobar diversos aspectos da realidade dos alunos, como a MOBILIDADE URBANA, a pesquisa, a sistematização de conhecimentos, a operacionalização na produção das tarefas e o fazer bem feito, com qualidade e mínima produção de lixo.

Estimularia a ação de festivais artísticos. A arte engloba TODAS as necessidades estruturais de uma boa aprendizagem, principalmente a sensibilidade e a motivação.

4. Quais são os seus objetivos, em relação à escola, a curto e longo prazo e como espera alcançá-los?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Diminuir o número de reprovações e aumentar a qualidade da processo de aprendizagem dos alunos.
- ✓ Prof. Mauro: Continuar a conscientizar os jovens da importância de adquirirem suas bagagens culturais e de conhecimentos e para isso espero ter uma escola com uma infra-estrutura melhor com recursos humanos e didáticos apropriados.
- ✓ Prof^a. Marina: A curto prazo seria melhorar os índices de aprovação, buscando reduzir a zero o nível de reprovação, promover eventos de capacitação continuada.
- ✓ Prof. Ozéias: Que a escola seja um local mais atraente para os jovens e possa saciar os seus anseios.
- ✓ Prof^a. Catarina: A nossa escola vai ser de tempo integral a partir desse ano, e nesse sentido, os meus objetivos mudaram, pois da maneira que está sendo implantado o ensino de tempo integral, eu não vou ficar.
- ✓ Prof. Pedro: Em primazia eu tento fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência cidadã, ou seja, não tem essa história de que “fulano me deu rua asfaltada, emprego e etc. É trabalho dele(a). É obrigação dele(a). Se não cumprir, nas próximas eleições eu vou lembrar de tudo”. Isso também implica em desenvolver a consciência coletiva. A vida de meu colega também é de meu interesse. Podemos fazer coisas juntas e sistematizadas.

Em relação ao aspecto individual, sempre falo aos meus alunos do Ensino Médio: “Não adianta, galera! Não tem vaga para todo mundo no ensino superior. Mas, existem janelas na formação técnica. Existem serviços que pagam muito bem, como marceneiro, pintor, eletrônica... Vocês não podem esquecer de uma coisa: toda atividade trabalhista está sempre em evolução. Todo dia descobrem técnicas e materiais novos que otimizam e melhoram a qualidade de um produto profissional. Mas, vocês têm que saber e querer aprender essas “coisas” novas. Procurem ser os “melhores” naquilo que vão fazer, seja médico, professor, padeiro, pintor, restaurador ou serralheiro... sempre aprendendo... pesquisando... APRENDER A APRENDER.

5. Quais são os maiores desafios enfrentados pela escola atualmente?

- ✓ Prof^a. Cláudia: Os relatos acima.

- ✓ Prof. Mauro: Não ser atrativa aos jovens. Está totalmente sucateada com falta de recursos tecnológicos e principalmente de profissionais que auxiliem o corpo docente nesta árdua missão de educar os alunos e prepará-los para vida.
- ✓ Prof^a. Marina: Melhoria dos salários de todas as categorias profissionais da escola, implementar a escola de tempo integral.
- ✓ Prof. Ozéias: Tornar a escola um espaço de tempo integral.
- ✓ Prof^a. Catarina: Além das dificuldades apresentadas pelos alunos, os professores enfrentam aqueles relacionados à infra-estrutura e de material de apoio.
- ✓ Prof. Pedro: A ausência do trabalho interdisciplinar é meu maior obstáculo. Sozinho não fazemos nem cócegas no dragão.

6. Poderia indicar algum problema, aspecto, situação ou casos que poderiam ser observados, posteriormente, para análise (que expressem as preocupações e/ou expectativas em relação à aula)?

- ✓ Prof^a. Cláudia: A deficiência no ensino fundamental é impactante para o desempenho do aluno no ensino médio.
- ✓ Prof. Mauro: A perda do elo entre família e escola que dificultam todas as ações de ajustes na aprendizagem dos alunos.
- ✓ Prof^a. Marina: Não opinou.
- ✓ Prof. Ozéias: Os indicadores avaliativos da escola.
- ✓ Prof^a. Catarina: O planejamento na semana pedagógica deve ter a preocupação da criação de um ambiente escolar que esteja adequado nas possibilidades e nas condições favoráveis para que alunos e professores pudessem refletir sobre sua prática e passaram a atuar num clima mais condizente com a realidade de uma escola, pois quando mais instrumentalizados se sentirem, melhor acontecerá o desenvolvimento das ações realizadas por esses sujeitos. Pensamos que é sempre imprescindível rever alguns aspectos da realidade atual da escola, no sentido de propiciar condições favoráveis, que possibilitem o interesse de professores e alunos, para que constantemente pensem sobre essa realidade. Só dessa forma poderão conquistar o reconhecimento e a valorização de suas ações, por parte de toda a comunidade escolar. Com todas essas preocupações, acredito que a aula das diversas disciplinas serão bem mais aproveitadas por nossos alunos e o prazer em ministrar e assistir será muito maior e mais significativo.

- ✓ Prof. Pedro: Seria em relação ao aspecto físico da sala de aula. As salas de aula não são multifuncionais. Poderiam ser mais dinâmicas. Os alunos poderiam assistir aula sentados no chão, deitados, interpretar peças teatrais...Mais confortáveis...prazerosas... Mas, com o chão sujo, mal dá para sonhar.

Figura 2:

ANTES	DEPOIS
CARGA HORÁRIA <p>A LDB prevê que, nos três anos do ensino médio, os alunos tenham no mínimo 800 horas de aula, e que cada ano tenha pelo menos 200 dias letivos.</p>	CARGA HORÁRIA <p>A medida provisória do governo federal amplia "progressivamente" a carga horária para 1.400 horas, sem especificar um número mínimo de dias letivos por ano nem um prazo para a ampliação.</p>
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS <p>O ensino de artes e de educação física era obrigatório na educação básica, incluindo no ensino médio. Desde 2008, aulas de filosofia e sociologia também eram obrigatórias nos três anos.</p>	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS <p>A partir de agora, a decisão de incluir artes, educação física, filosofia e sociologia nas aulas do ensino médio dependerá do que será estipulado pela Base Nacional Comum Curricular.</p>
ENSINO TÉCNICO <p>A lei já previa a possibilidade de as escolas integrarem o ensino técnico e profissionalizante ao ensino médio em diversos modelos.</p>	ENSINO TÉCNICO <p>A formação técnica e profissional passa a ter peso semelhante às quatro áreas do conhecimento. A mudança também inclui a possibilidade de "experiência prática de trabalho no setor produtivo" ao aluno.</p>
LÍNGUA ESTRANGEIRA <p>As escolas eram obrigadas oferecer, a partir do sexto ano, aula de pelo menos uma língua estrangeira, mas tinham a liberdade de escolher qual língua.</p>	LÍNGUA ESTRANGEIRA <p>O inglês passa a ser a língua estrangeira obrigatória em todas as escolas. As escolas podem oferecer uma segunda língua, que deve ser, preferencialmente, o espanhol.</p>
PROFESSORES <p>A lei exigia que os professores fossem trabalhadores de educação com diploma técnico ou superior "em área pedagógica ou afim".</p>	PROFESSORES <p>Fica permitido que as redes de ensino e escolas contratem "profissionais de notório saber" para dar aulas "afins a sua formação".</p>
VESTIBULARES <p>As universidades são livres para definir que conteúdos que exigem das provas para selecionar os calouros, levando em consideração o impacto da exigência no ensino médio.</p>	VESTIBULARES <p>A lei determina que o conteúdo dos vestibulares seja apenas "as competências, as habilidades e as expectativas de aprendizagem das áreas de conhecimento definidas na BNCC".</p>

Figura 1 - Reforma do Ensino Médio: o que muda na LDB com a medida provisória do MEC

Fonte: <http://paginabrazil.com/reforma-aumenta-carga-horaria-do-ensino-medio-e-reduz-conteudo-obrigatorio/>

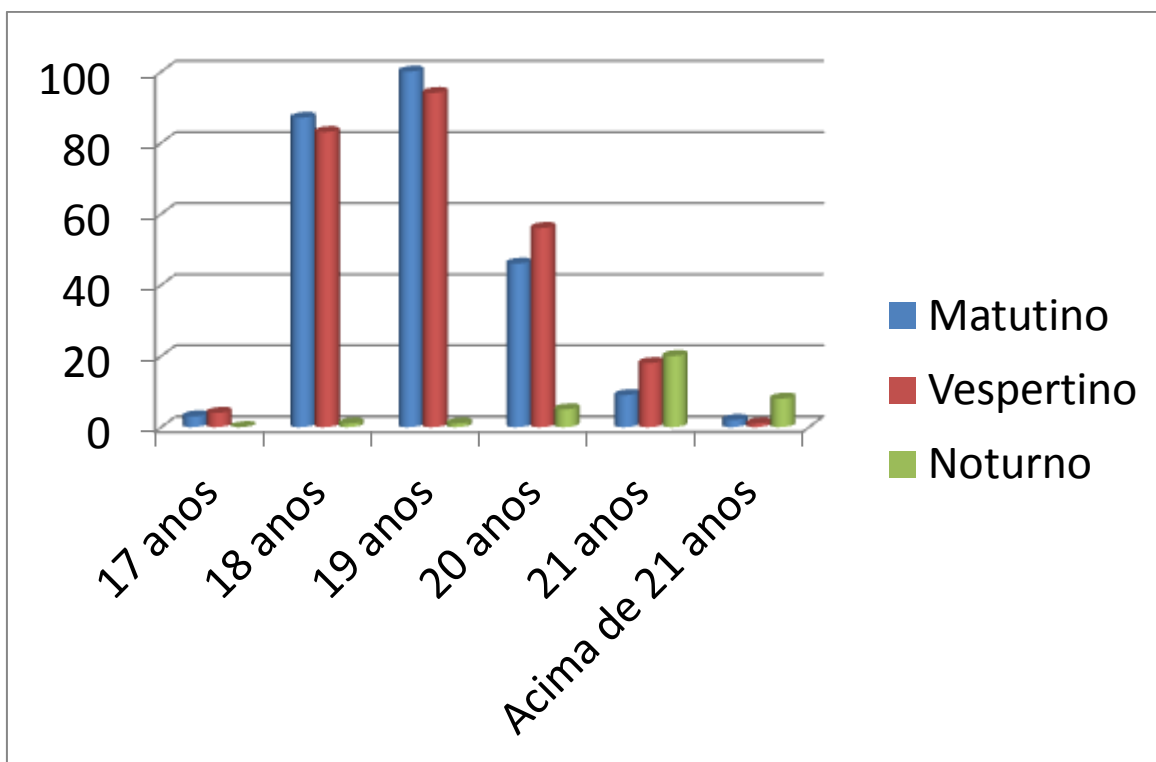


Gráfico 10 - Distorção idade-série - 1º ano - Ano letivo de 2013 - Turnos Diurno e Noturno

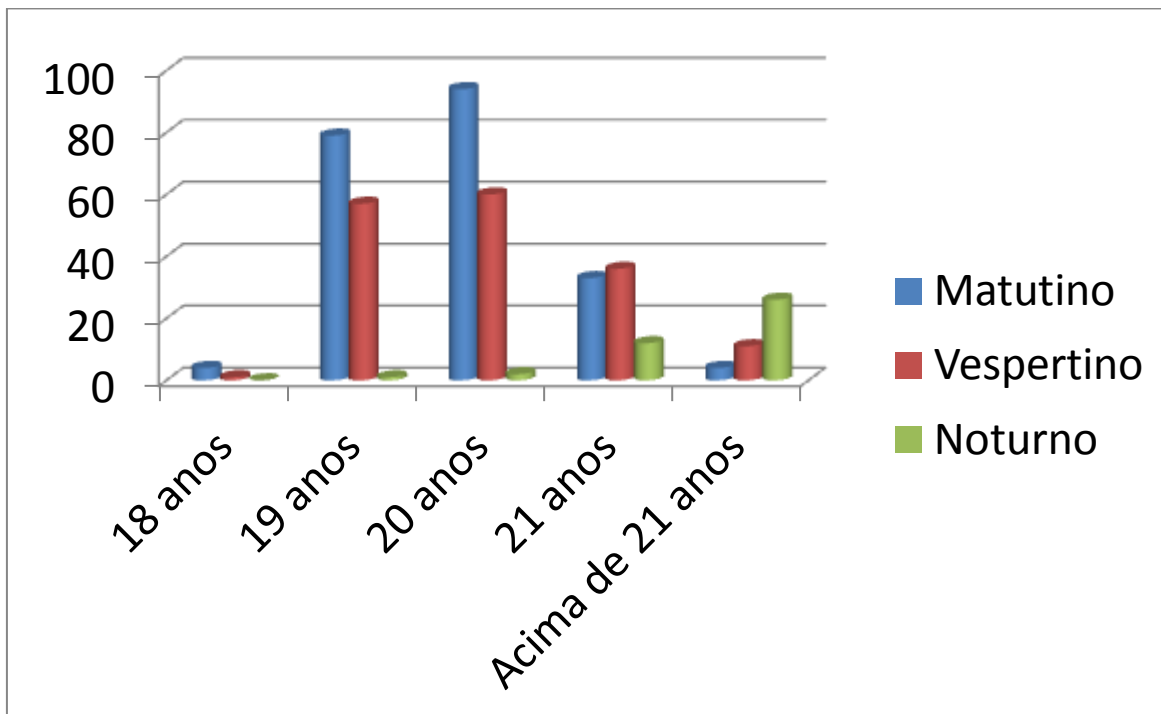


Gráfico 11 - Distorção idade-série - 2º ano - Ano letivo de 2013 - Turnos Diurno e Noturno

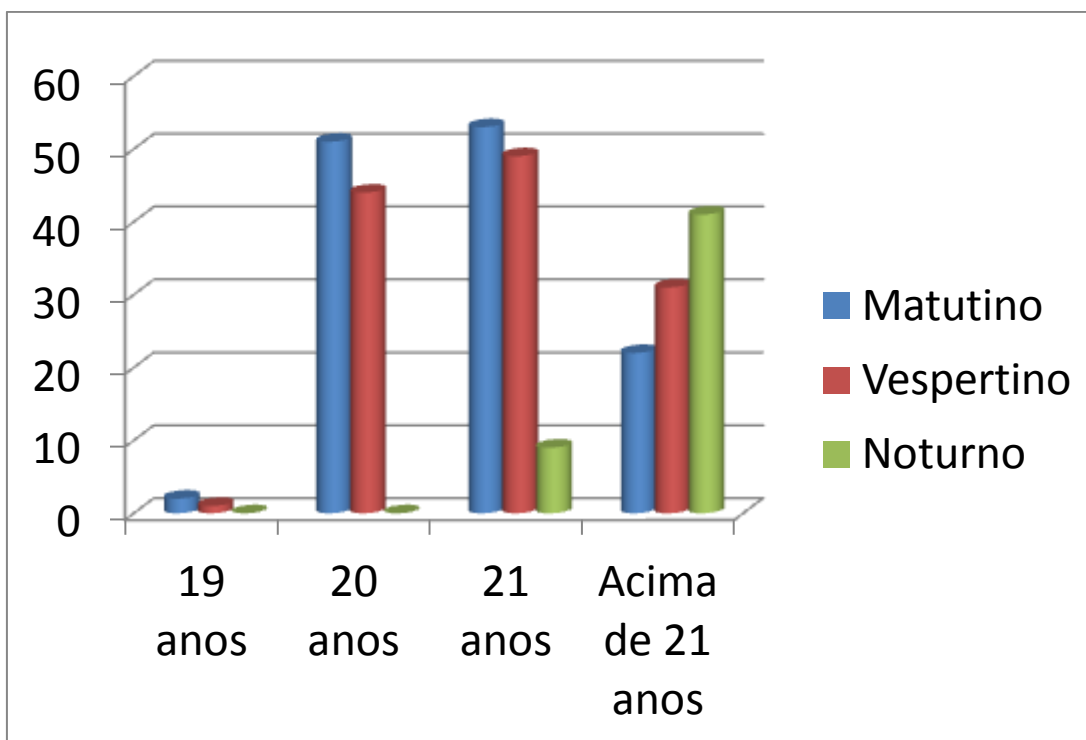


Gráfico 12 - Distorção idade-série - 3º ano - Ano letivo de 2013 - Turnos Diurno e Noturno

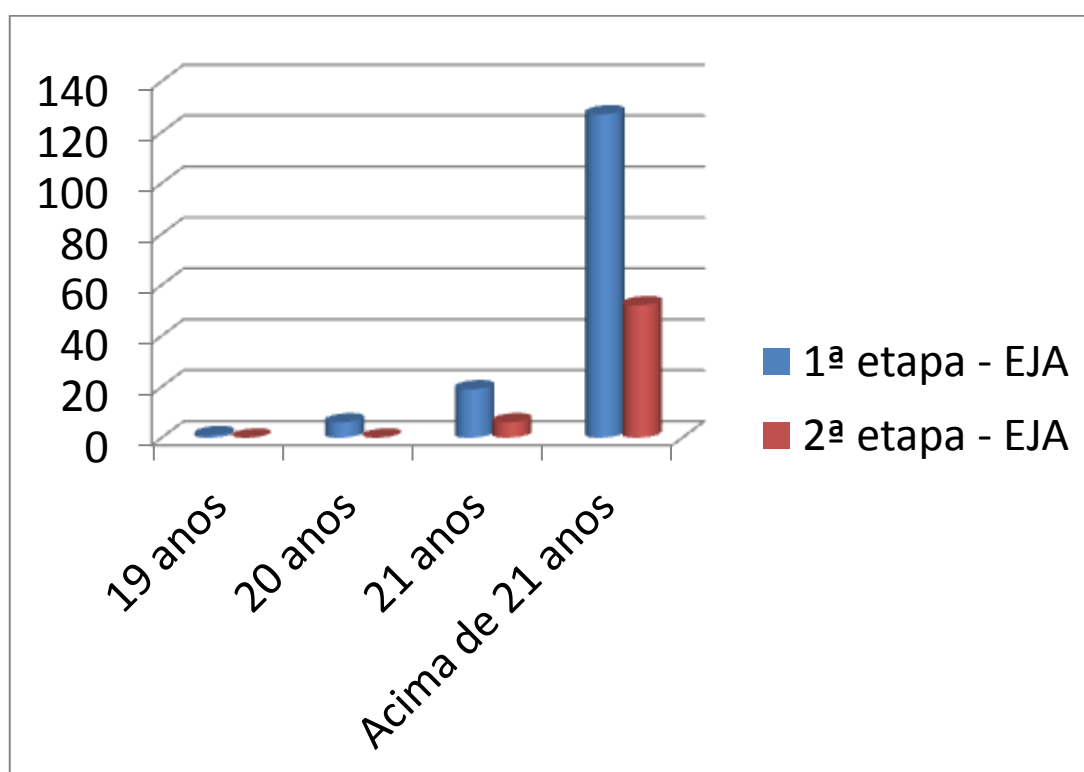


Gráfico 13 - Distorção idade-série - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

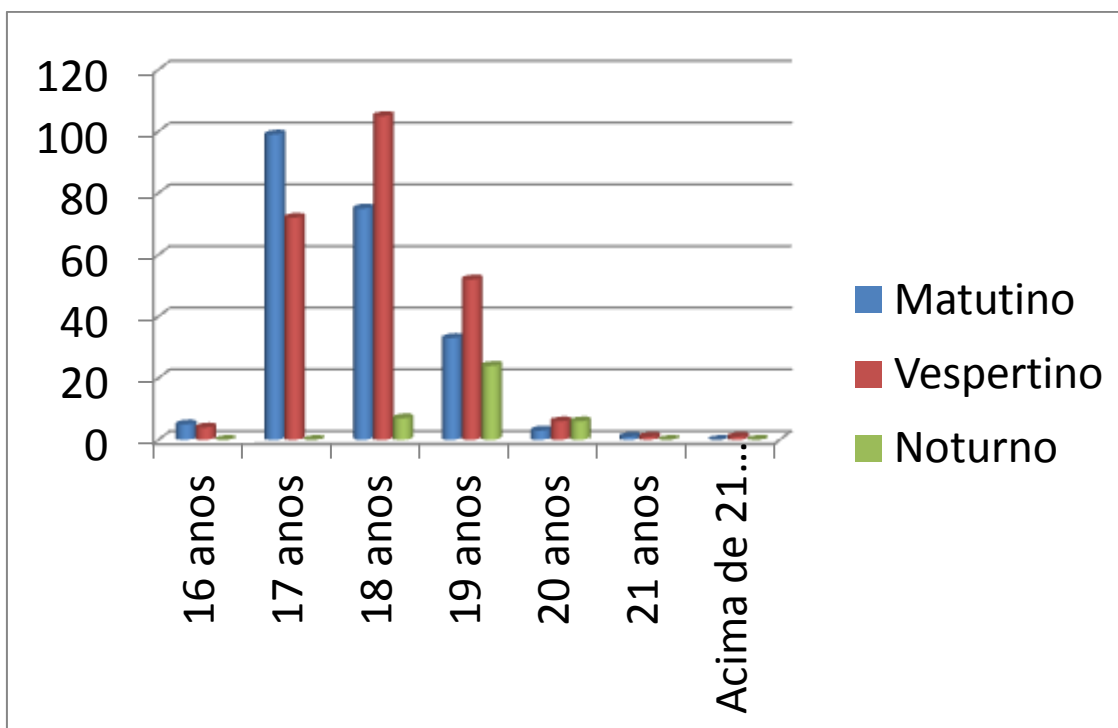


Gráfico 14 - Distorção idade-série -1º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno

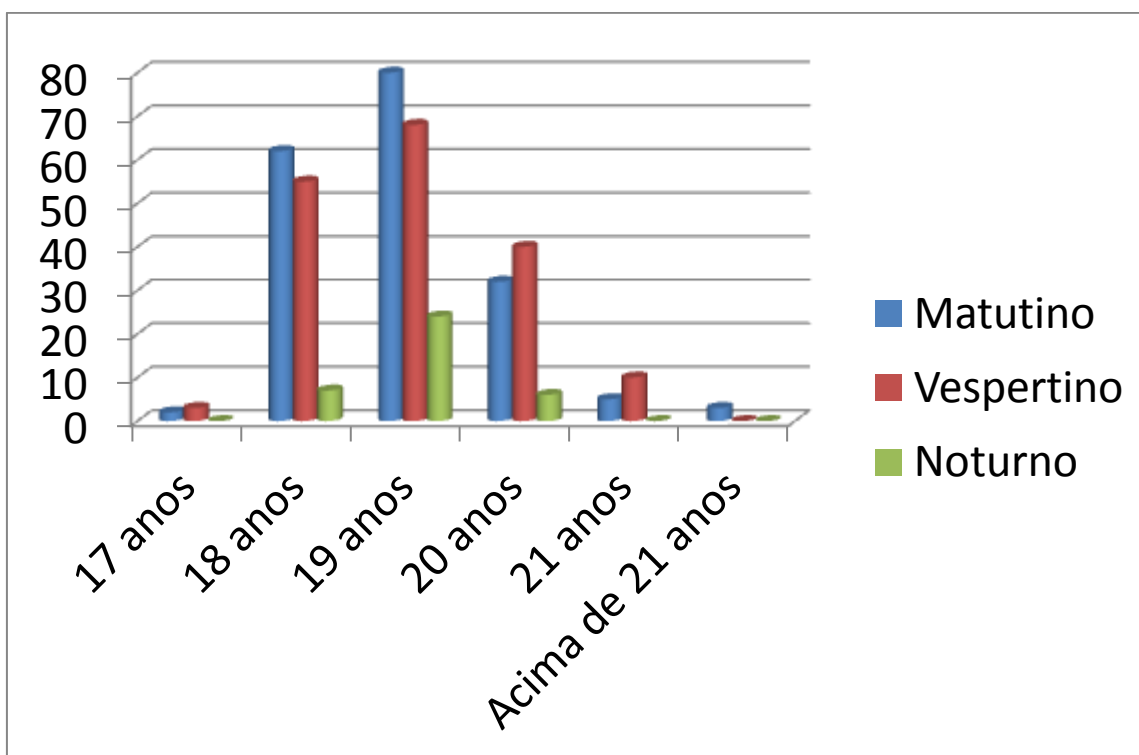


Gráfico 15 - Distorção idade-série - 2º ano - Ano letivo de 2014 – Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno

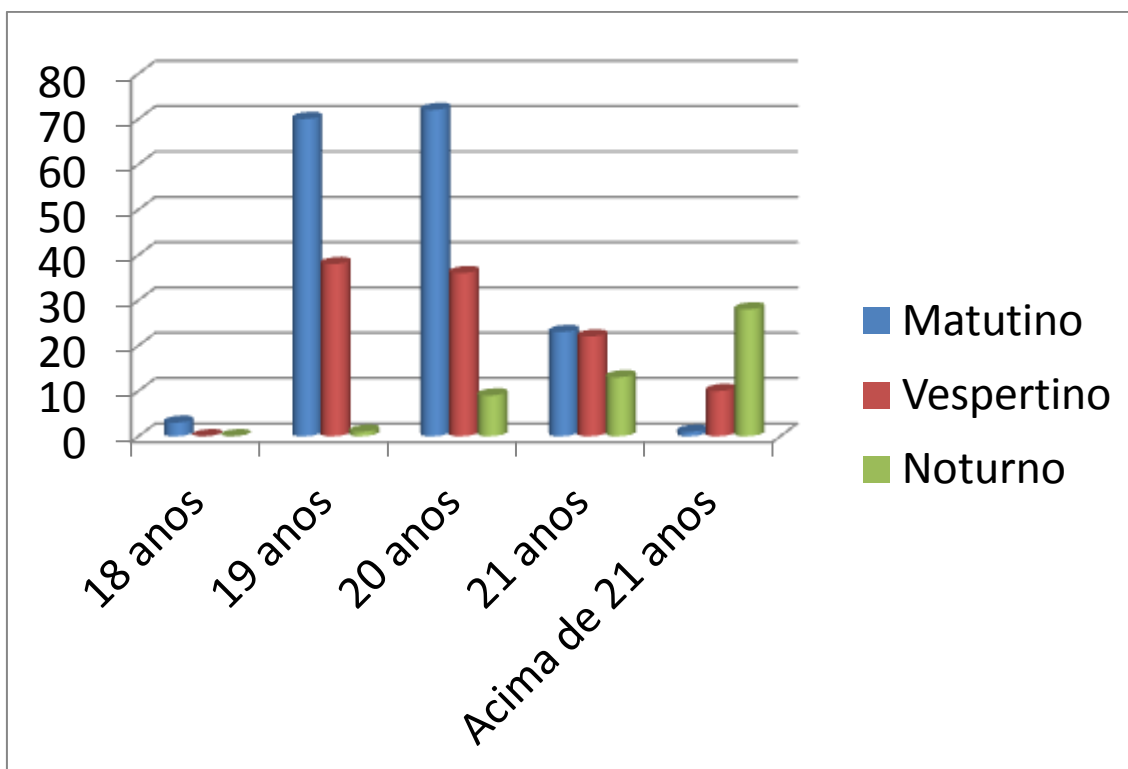


Gráfico 16 - Distorção idade-série - 3º ano - Ano letivo de 2014 – Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno

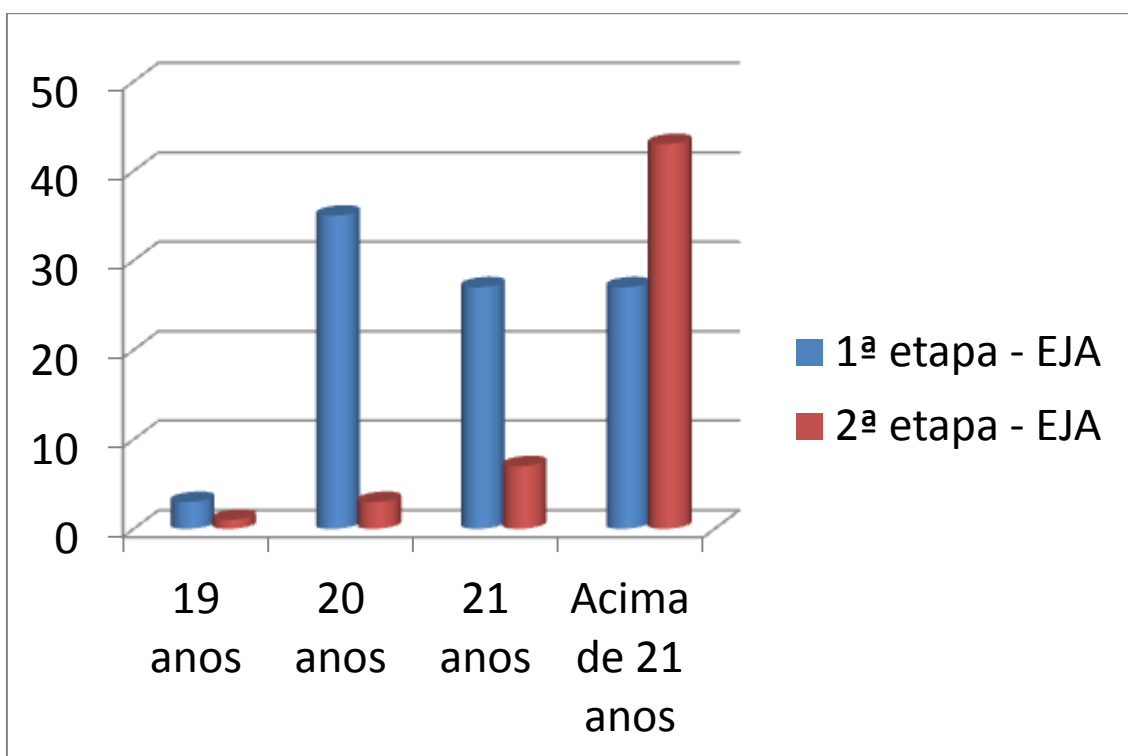


Gráfico 17 - Distorção idade-série - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

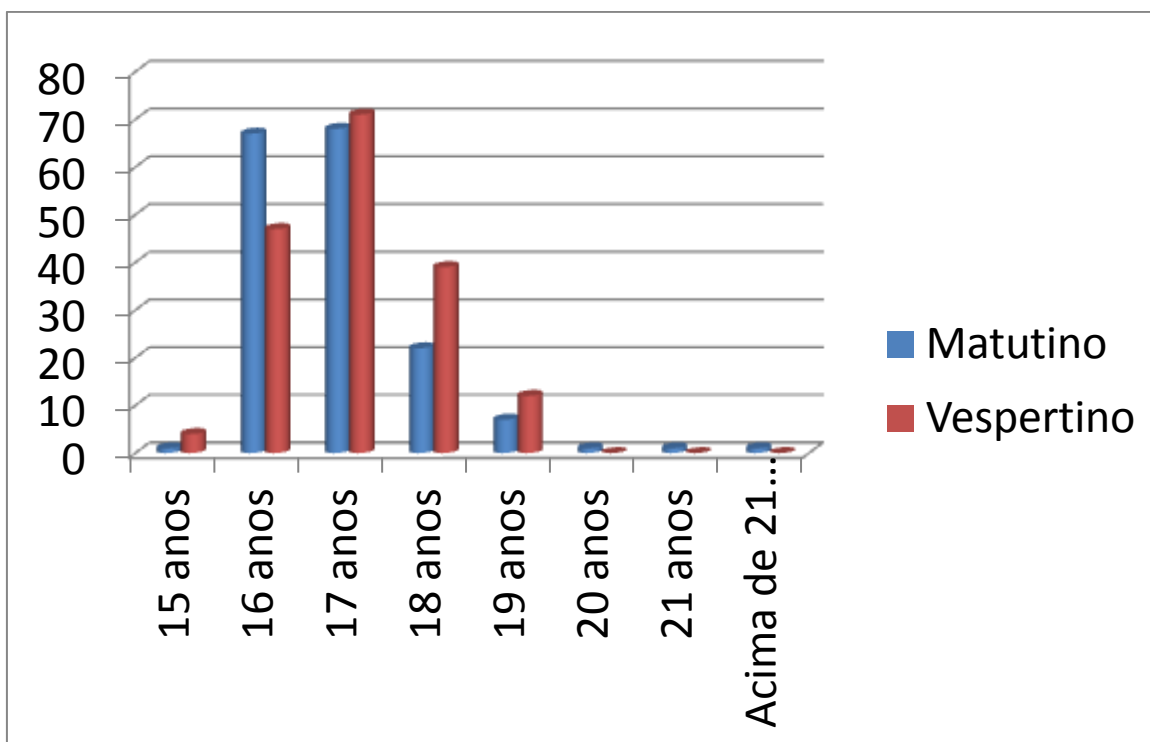


Gráfico 18 - Distorção idade-série – 1º ano - Ano letivo de 2015– Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turno Diurno

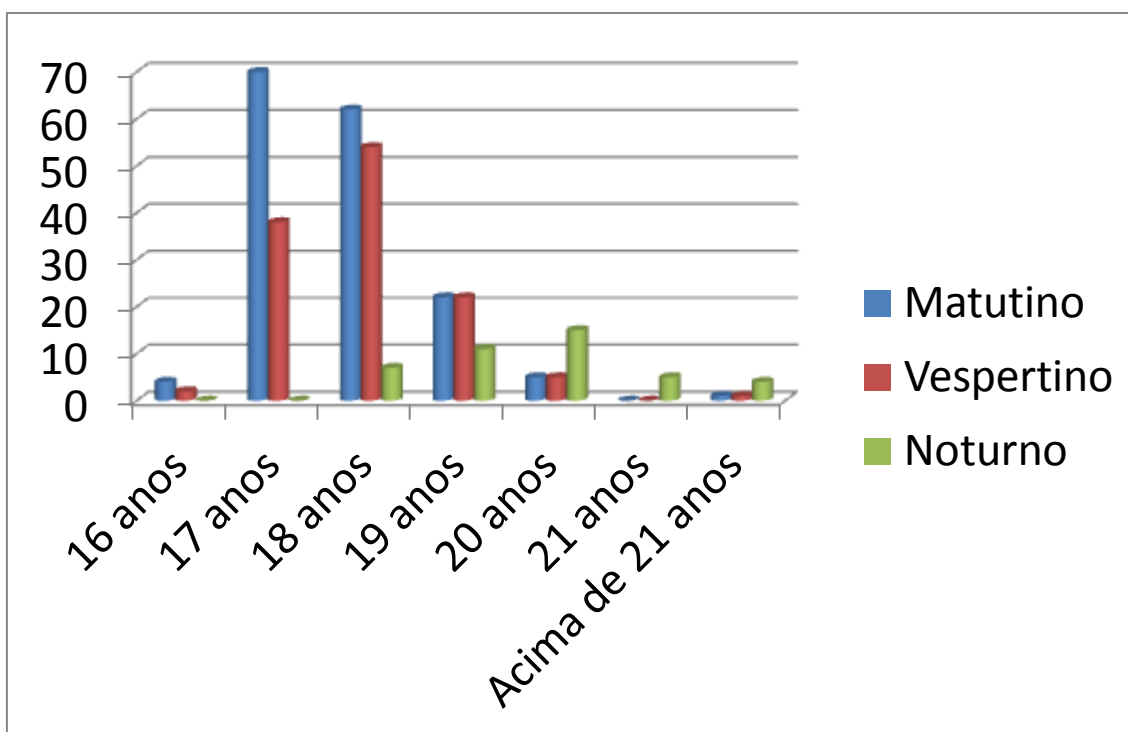


Gráfico 19 - Distorção idade-série - 2º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial - Turnos Diurno e Noturno

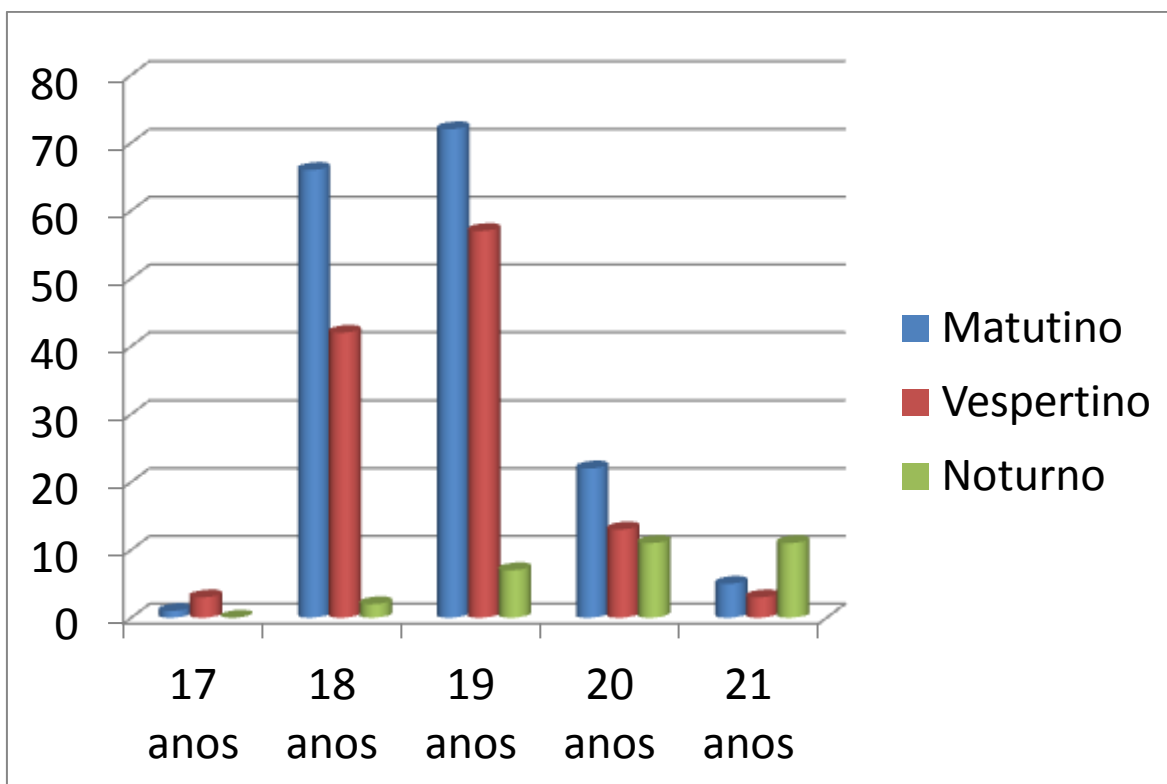


Gráfico 20 - Distorção idade-série - 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular – Nível: Médio Presencial Turnos Diurno e Noturno

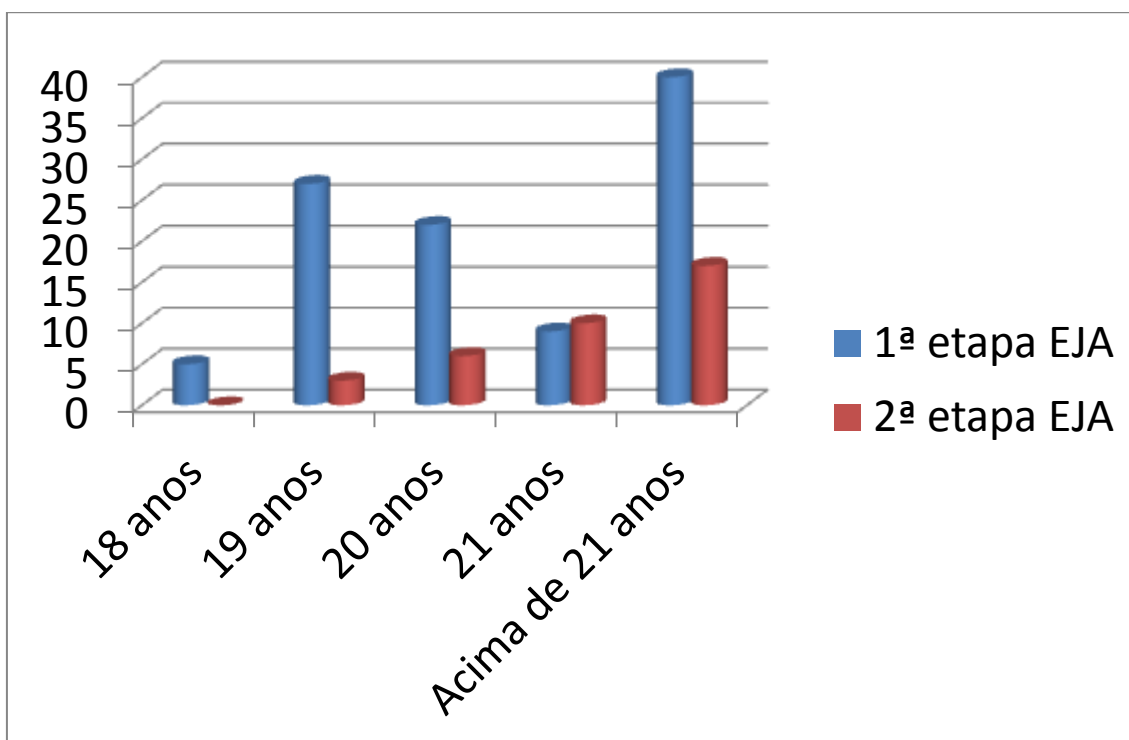


Gráfico 21 - Distorção idade-série - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2015 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

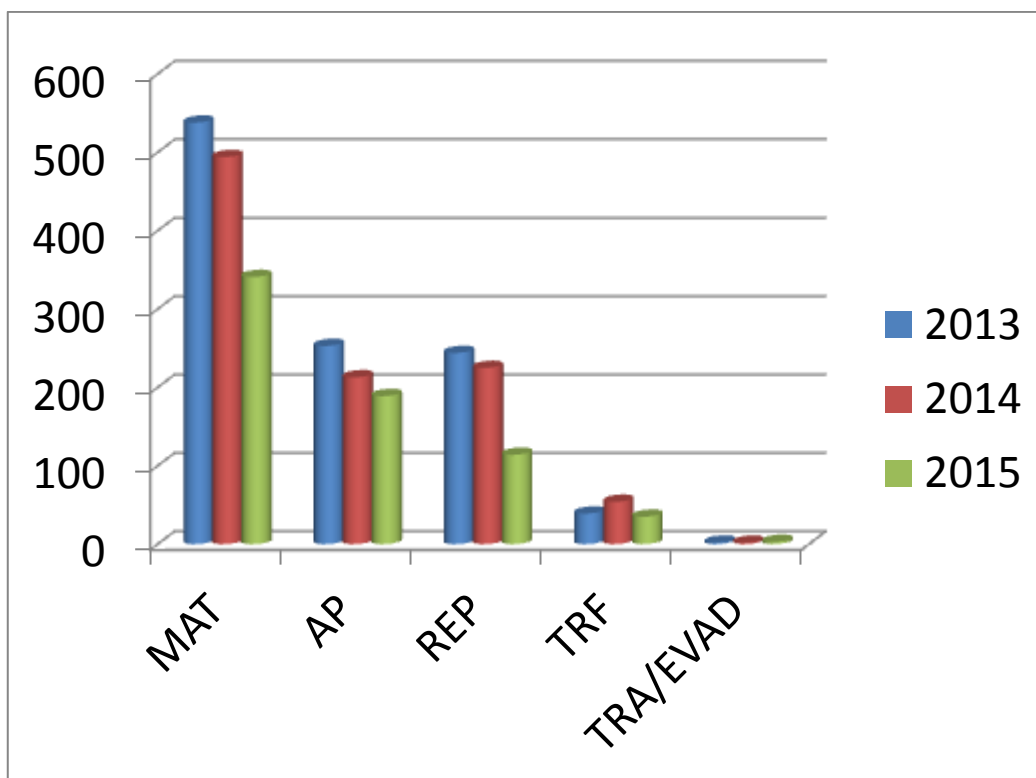


Gráfico 22 - Alunos reprovados na 1ª série nos anos de 2013, 2014 e 2015

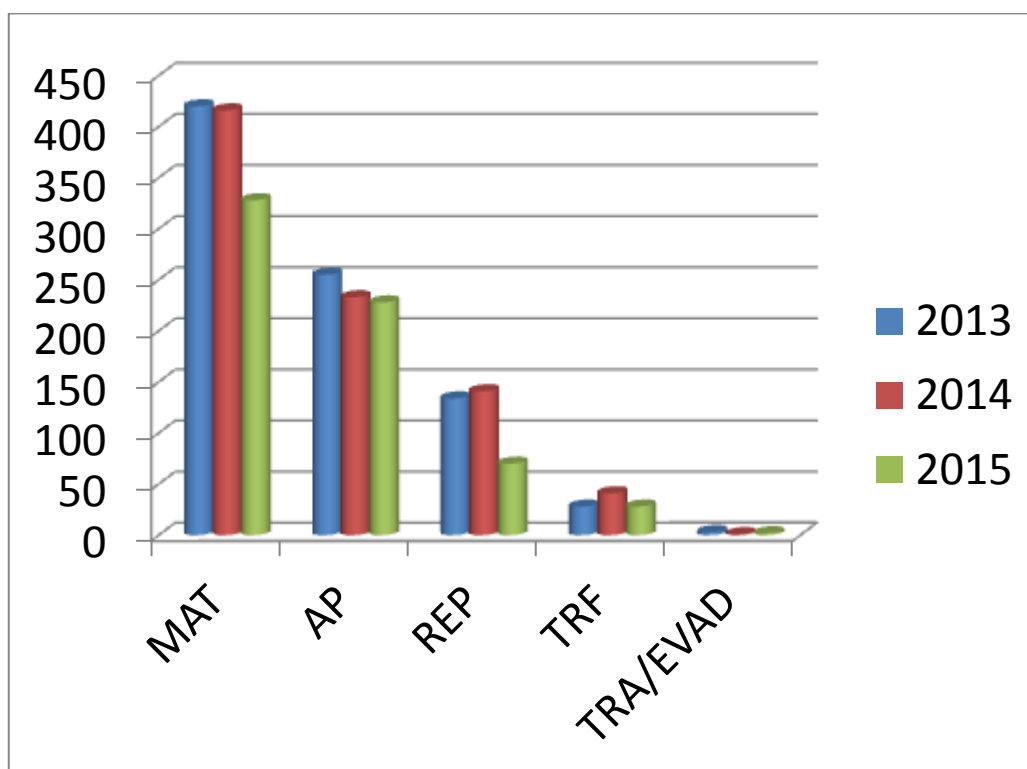


Gráfico 23 - Alunos reprovados na 2ª série nos anos de 2013, 2014 e 2015

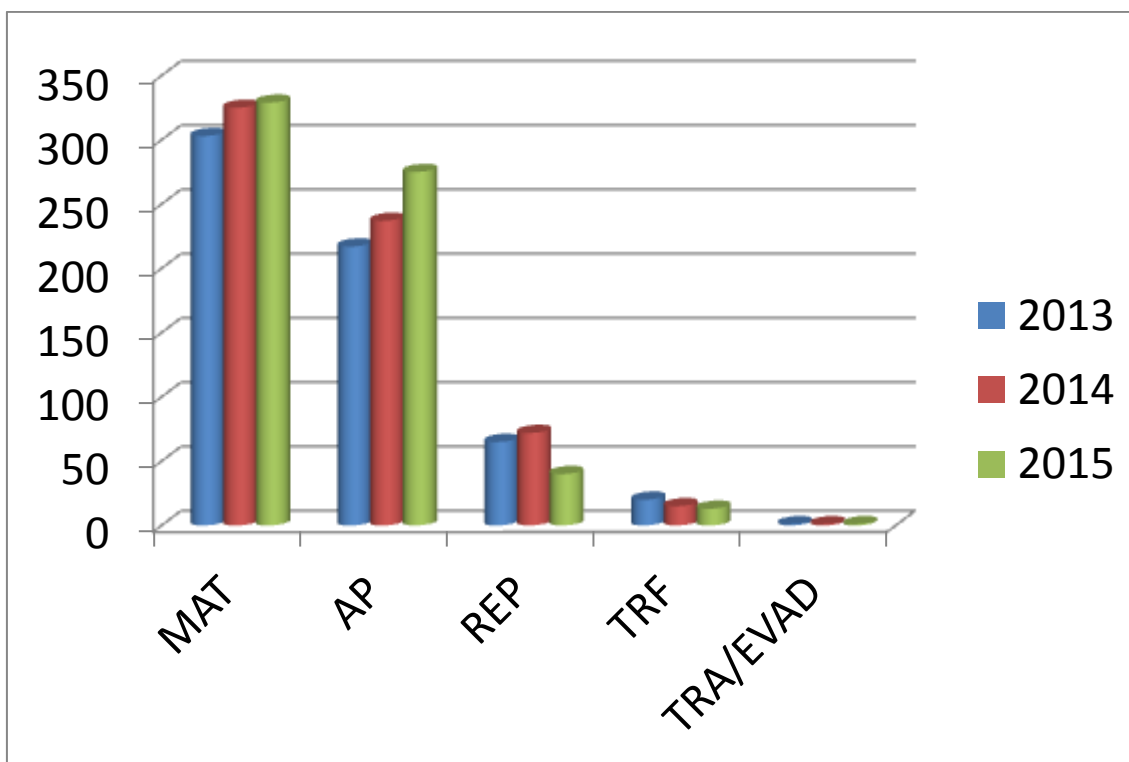


Gráfico 24 - Alunos reprovados na 3ª série nos anos de 2013, 2014 e 2015

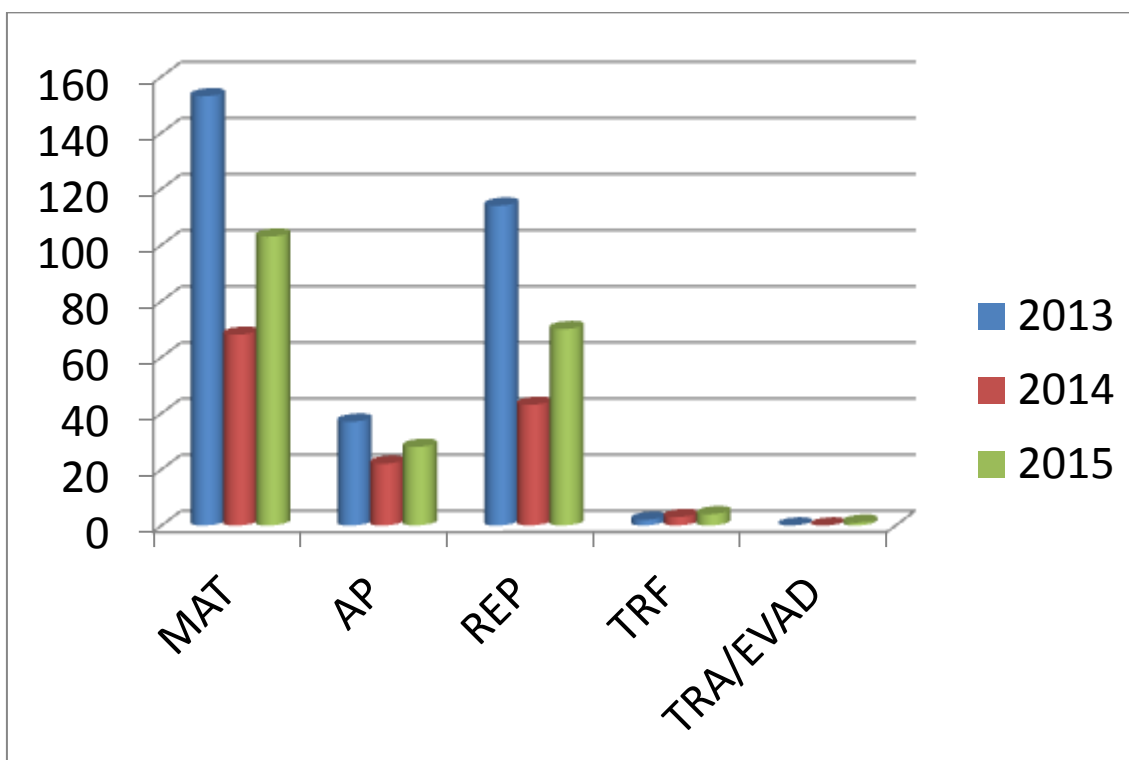


Gráfico 25 - Alunos reprovados na 1ª etapa da EJA nos anos de 2013, 2014 e 2015

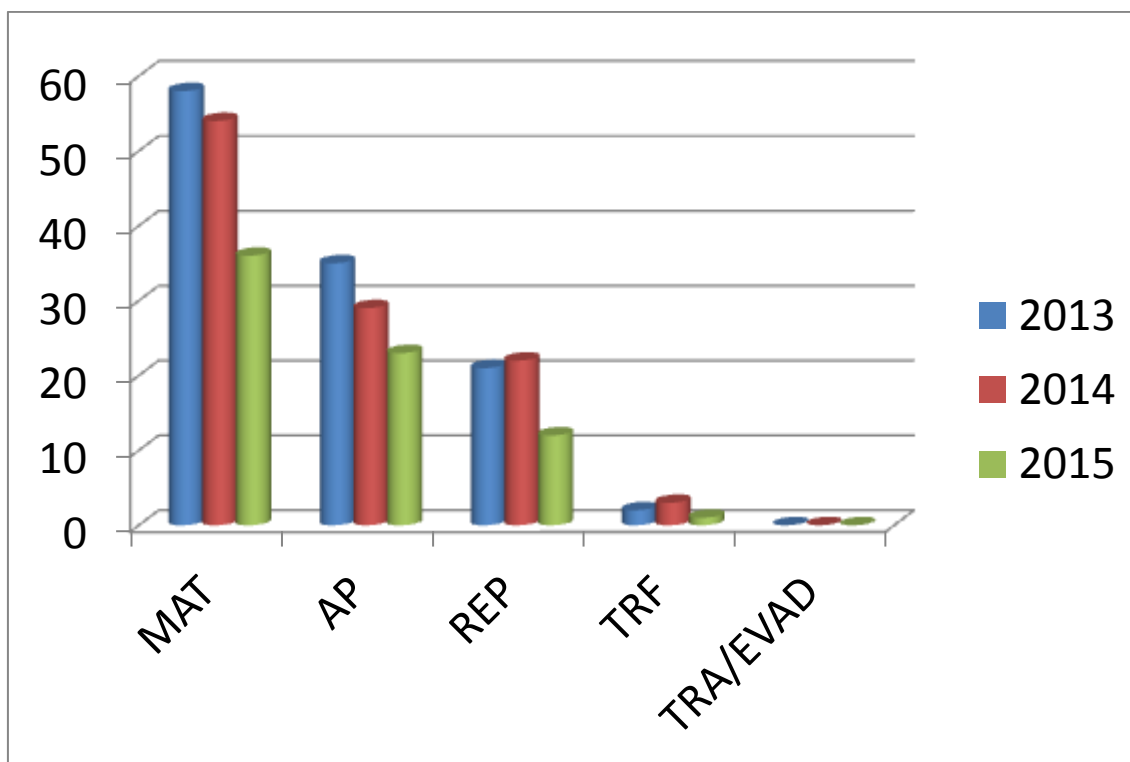


Gráfico 26 - Alunos reprovados na 2ª etapa da EJA nos anos de 2013, 2014 e 2015.

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
100	44	31	13	00	00	45	22	16	07	00	-	-	-	-	-
101	44	20	21	03	00	44	12	26	06	00	-	-	-	-	-
102	43	28	11	03	01	44	20	20	04	00	-	-	-	-	-
103	37	18	19	00	00	40	21	17	02	00	35	10	22	02	01
104	37	22	12	03	00	38	14	20	04	00	-	-	-	-	-
105	42	13	27	02	00	45	22	20	03	00	-	-	-	-	-
TOTAL	247	132	103	11	01	256	111	119	26	00	35	10	22	02	01

Tabela 1 - Alunos matriculados no 1º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 247+256+35 = 538
TOTAL DE APROVADOS: 132+111+10 = 253
TOTAL DE REPROVADOS : 103+119+22 = 244
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 11+26+02 = 39
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 01+00+01 = 02

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
200	42	36	04	02	00	41	22	15	04	00					
201	42	28	14	00	00	43	21	18	04	00					
202	43	32	11	00	00	40	25	07	06	02	41	14	22	05	00
203	44	26	17	01	00	41	26	10	04	01					
204	43	25	16	02	00	-	-	-	-	-					
TOTAL	214	147	62	05	00	165	94	50	18	03	41	14	22	05	00

Tabela 2 - Alunos matriculados no 2º ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 214+165+41 = 420
TOTAL DE APROVADOS: 147+94+14 = 255
TOTAL DE REPROVADOS : 62+50+22 = 134
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 05+18+05 = 28
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 00+03+00 = 03

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
300	46	37	04	05	00	41	38	03	00	00	50	23	22	05	00
301	41	24	15	02	00	42	27	12	03	00	-	-	-	-	-
302	41	32	07	01	01	42	36	02	04	00	-	-	-	-	-
TOTAL	128	93	26	08	01	125	101	17	07	00	50	23	22	05	00

Tabela 3 - Alunos matriculados no 3º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular -Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 128+125+50 = 303
TOTAL DE APROVADOS: 93+101+23 = 217
TOTAL DE REPROVADOS : 26+17+22 = 65
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 08+07+05 = 20
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 01+00+00 = 01

1ª ETAPA					
TURMAS	NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA
100 EJA	39	08	31	00	00
101 EJA	40	12	26	02	00
102 EJA	40	08	32	00	00
104 EJA	34	09	25	00	00
TOTAL	153	37	114	02	00
2ª ETAPA					
TURMAS	NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA
200 EJA	32	17	13	02	00
201 EJA	26	18	08	00	00
TOTAL	58	35	21	02	00

Tabela 4 - Alunos matriculados na 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 153+58= 211
TOTAL DE APROVADOS: 37+35= 72
TOTAL DE REPROVADOS : 114+21= 135
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 02+02= 04
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 00+00= 00

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
100	37	21	14	02	00	43	22	14	07	00	37	09	26	02	00
101	32	22	05	03	02	32	16	12	04	00	-	-	-	-	-
102	33	16	13	04	00	32	07	20	05	00	-	-	-	-	-
103	39	28	09	02	00	45	15	23	07	00	-	-	-	-	-
104	37	10	25	02	00	44	11	26	07	00	-	-	-	-	-
105	38	20	15	03	00	45	16	23	06	00	-	-	-	-	-
TOTAL	216	117	81	16	02	241	87	118	36	00	37	09	26	02	00

Tabela 5 - Alunos matriculados no 1º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 216+241+37= 494
TOTAL DE APROVADOS: 117+87+09= 213
TOTAL DE REPROVADOS : 81+118+26= 225
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 16+36+02=54
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS:02

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
200	46	35	06	04	01	35	16	15	04	00	57	15	39	03	00
201	45	28	14	03	00	33	25	07	01	00					
202	47	15	30	02	00	35	21	08	06	00					
203	45	39	03	03	00	38	22	06	10	00					
204	-	-	-	-	-	35	17	13	05	00					
TOTAL	183	117	53	12	01	176	101	49	26	00	57	15	39	03	00

Tabela 6 - Alunos matriculados no 2º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 183+176+57=416
TOTAL DE APROVADOS: 117+101+15= 233
TOTAL DE REPROVADOS : 53+49+39= 141
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 12+26+03= 41
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 01+00+00= 01

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
300	42	36	06	00	00	35	27	04	04	00	51	26	22	03	00
301	42	28	13	00	01	36	16	17	03	00	-	-	-	-	-
302	43	37	04	02	00	35	28	05	02	00	-	-	-	-	-
303	41	39	01	01	00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	168	140	24	03	01	106	71	26	09	00	51	26	22	03	00

Tabela 7 - Alunos matriculados no 3º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 168+106+51= 325
TOTAL DE APROVADOS: 140+71+26= 237
TOTAL DE REPROVADOS :24+26+22= 72
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 03+09+03= 15
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 01+00+00= 01

1ª ETAPA					
TURMAS	NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA
NOVA 101 EJA	26	14	12	00	00
NOVA 102 EJA	42	08	31	03	00
TOTAL	68	22	43	03	00
2ª ETAPA					
TURMAS	NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA
201 EJA	26	12	11	03	00
202 EJA	28	17	11	00	00
TOTAL	54	29	22	03	00

Tabela 8 - Alunos matriculados nas 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 68+54= 122
TOTAL DE APROVADOS: 22+29= 51
TOTAL DE REPROVADOS : 43+22= 65
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 03+03= 06
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 00+00=00

TURMAS	MATUTINO						VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	EVAD	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
100	43	22	16	05	00	-	42	23	15	04	00	-	-	-	-	-
101	40	17	19	02	01	01	41	22	15	04	00	-	-	-	-	-
102	44	32	12	00	00	00	44	24	10	09	01	-	-	-	-	-
103	41	22	16	03	00	00	46	27	11	08	00	-	-	-	-	-
TOTAL	168	93	63	10	01	01	173	96	51	25	01					

Tabela 9- Alunos matriculados no 1º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível : Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA
EVAD= EVADIDO

TOTAL DE MATRICULADOS: 168+173= 341
TOTAL DE APROVADOS: 93+96= 189
TOTAL DE REPROVADOS : 63+51= 114
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 10+25= 35
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS:01+01= 02
TOTAL DE EVADIDOS: 01

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
200	34	24	07	03	-	31	22	03	06	-	42	13	26	03	-
201	33	26	04	02	01	30	29	00	01	-	-	-	-	-	-
202	32	27	02	03	-	31	18	05	08	-	-	-	-	-	-
203	33	25	07	01	-	30	21	08	-	01	-	-	-	-	-
204	32	23	08	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	164	125	28	10	01	122	90	16	15	01	42	13	26	03	-

Tabela 10 - Alunos matriculados no 2º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 164+122+42= 328
TOTAL DE APROVADOS: 125+90+13= 228
TOTAL DE REPROVADOS : 28+16+26= 70
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 10+15+03= 28
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 01+01+00= 02

TURMAS	MATUTINO					VESPERTINO					NOTURNO				
	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA	MAT	AP	REP	TRF	TRA
300	34	29	04	01	-	30	26	01	02	01	41	31	10	-	-
301	32	27	05	-	-	30	19	06	05	-	-	-	-	-	-
302	37	32	02	03	-	29	24	03	02	-	-	-	-	-	-
303	37	36	01	-	-	30	26	04	-	-	-	-	-	-	-
304	29	25	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	169	149	16	04	-	119	95	14	09	01	41	31	10	-	-

Tabela 11 - Alunos matriculados no 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA

TOTAL DE MATRICULADOS: 169+119+41= 329
TOTAL DE APROVADOS: 149+95+31= 275
TOTAL DE REPROVADOS : 16+14+10= 40
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 04+09+00= 13
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 00+01+00= 01

1ª ETAPA						
TURMAS	NOTURNO					
	MAT	AP	REP	TRF	EVAD	TRA
101 EJA	34	14	20	-	-	-
102 EJA	36	07	26	02	01	-
104 EJA	33	07	24	02	-	-
TOTAL	103	28	70	04	01	-
2ª ETAPA						
TURMAS	NOTURNO					
	MAT	AP	REP	TRF	EVAD	TRA
201 EJA	36	23	12	01	-	-
TOTAL	36	23	12	01	-	-

Tabela 12 - Alunos matriculados nas 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2015 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

Fonte: SIAEP e Secretaria do CE Bandeira Tribuzi

Legendas:

MAT = MATRICULADOS
AP = APROVADOS
REP = REPROVADOS
TRF = TRANSFERIDOS
TRA= MATRÍCULA TRANCADA
EVAD= EVADIDOS

TOTAL DE MATRICULADOS: 103+36= 139
TOTAL DE APROVADOS: 28+23= 51
TOTAL DE REPROVADOS : 70+12= 82
TOTAL DE TRANSFERIDOS: 04+01= 05
TOTAL DE MATRÍCULAS TRANCADAS: 00
TOTAL DE EVADIDOS: 01

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
100 MAT	02	05	02	02	02	05	12	04	02	02	05	02	02
101 MAT	11	12	06	01	04	11	21	13	07	09	10	06	12
102 MAT	03	11	01	01	01	07	08	08	03	06	07	03	06
103 MAT	10	14	05	02	03	13	19	09	09	05	13	04	13
104 MAT	11	12	03	03	01	11	11	08	12	05	09	01	04
105 MAT	06	14	08	01	02	22	25	-	11	08	10	02	05
TOTAL	43	68	25	10	13	69	96	42	44	35	54	18	42
100 VESP	11	14	06	10	06	15	15	15	13	08	15	12	11
101 VESP	13	15	16	14	15	18	24	22	18	16	18	20	18
102 VESP	08	08	08	06	06	10	09	09	09	09	10	09	07
103 VESP	08	10	08	07	09	13	09	16	08	12	11	14	08
104 VESP	12	18	10	14	06	19	20	09	08	17	12	17	-
105 VESP	14	17	10	17	09	19	14	-	09	15	16	19	-
TOTAL	66	82	58	68	51	94	91	71	65	77	82	91	44

Tabela 13 - Mapa de resultados - Reprovados – 1º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs¹.: Nas turmas 105 matutino e vespertino não foi oferecida a disciplina História (HST) provavelmente devido à falta de professor .

Obs².: As turmas 104 e 105 vespertino não foi oferecida a disciplina Sociologia (SOC) provavelmente devido à falta de professor.

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
200 MAT	04	04	03	03	-	04	03	03	-	04	03	03	03
201 MAT	05	06	05	-	-	08	04	06	-	11	09	04	09
202 MAT	08	07	04	05	-	09	05	09	04	09	09	06	05
203 MAT	06	08	05	07	-	14	07	-	12	09	14	06	05
204 MAT	01	06	01	03	-	14	07	-	06	05	13	03	01
TOTAL	24	31	18	18	-	49	26	18	22	38	48	22	23
200 VESP	07	09	11	12	07	08	09	12	11	14	11	12	05
201 VESP	08	11	09	12	06	07	11	09	14	15	15	06	04
202 VESP	02	02	04	05	01	03	02	01	06	02	01	02	03
203 VESP	06	06	07	08	05	09	07	06	06	09	05	08	05
TOTAL	23	28	31	37	19	27	29	28	37	40	32	28	17

Tabela 14 - Mapa de resultados - Reprovados - 2º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs¹.: Nas turmas da 2ª série matutino (200, 201 e 202) não foi oferecida a disciplina Filosofia (FIL) provavelmente devido à falta de professor.

Obs².: Na turma 200 matutino não foi oferecida a disciplina Inglês (ING), enquanto que na turma 201 matutino não foram oferecidas as disciplinas Espanhol (ESP) e Inglês (ING) provavelmente devido à falta de professor.

Obs³.: Nas turmas 203 e 204 matutino não foi oferecida a disciplina História (HST) provavelmente devido à falta de professor.

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
300 MAT	03	04	03	00	04	04	03	03	03	04	03	03	03
301 MAT	03	05	01	04	-	05	10	02	05	06	03	03	10
302 MAT	06	05	04	06	-	06	05	06	06	06	05	06	05
TOTAL	12	14	08	10	04	15	18	11	14	16	11	12	18
300 VESP	02	02	02	03	02	02	02	02	03	03	02	02	01
301 VESP	03	08	06	09	03	08	05	06	06	11	04	10	04
302 VESP	01	01	01	01	00	01	01	01	01	01	01	01	02
TOTAL	06	11	09	13	05	11	08	09	10	15	07	13	07

Tabela 15 - Mapa de resultados - Reprovados - 3º ano - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs¹.: Nas turmas da 3ª série matutino (301 e 302) não foi oferecida a disciplina Filosofia (FIL) provavelmente devido à falta de professor.

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
103 NOT	19	18	X	X	20	19	20	19	16	21	19	20	19
202 NOT	19	16	X	X	17	15	X	22	17	16	05	18	14
300 NOT	22	22	22	X	22	21	22	21	22	21	22	21	22
TOTAL	60	56	22	X	59	55	42	62	55	58	46	59	55

Tabela 16 - Mapa de resultados - Reprovados - 1º, 2º e 3º anos - Ano letivo de 2013 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs¹.: Na turma 103 noturno não foram oferecidas as disciplinas Educação Física (EDF) e Espanhol (ESP).

Obs².: Na turma 202 noturno não foram oferecidas as disciplinas Educação Física (EDF), Espanhol (ESP) e Geografia (GGF) provavelmente devido à falta de professor.

Obs³.: Na turma 300 noturno não foi oferecida a disciplina Espanhol (ESP).

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
100 EJA	27	29	X	X	30	28	26	29	29	29	29	28	28
101 EJA	23	23	X	X	25	23	23	25	23	23	23	23	23
102 EJA	32	32	X	X	32	32	32	32	32	32	32	32	32
104 EJA	24	23	X	X	22	24	25	23	22	22	22	23	25
TOTAL	106	107	X	X	109	107	106	109	106	106	106	106	108
200 EJA	12	12	12	X	12	12	12	12	12	12	03	12	11
201 EJA	07	06	07	X	07	07	07	07	07	07	06	07	07
TOTAL	19	18	19	X	19	19	19	19	19	19	09	19	18

Tabela 17 - Mapa de resultados - Reprovados - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2013 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs¹.: Nas turmas da 1ª etapa (EJA) noturno não foram oferecidas as disciplinas Educação Física (EDF) e Espanhol (ESP). Na 2ª etapa não oferece Espanhol (ESP).

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
100 MAT	12	13	07	06	07	12	14	07	11	07	10	06	07
101 MAT	05	05	03	03	03	04	05	03	03	04	05	03	03
102 MAT	12	11	06	04	03	11	13	07	11	09	10	03	06
103 MAT	08	09	04	07	03	07	08	04	07	07	02	01	04
104 MAT	24	16	02	02	02	07	16	08	10	08	02	03	03
105 MAT	14	11	05	05	05	05	14	06	07	15	12	03	06
TOTAL	75	65	27	27	23	46	70	35	49	50	41	19	29
100 VESP	06	06	06	11	05	01	09	13	05	07	09	10	05
101 VESP	02	11	09	11	09	12	12	12	07	08	12	12	08
102 VESP	02	06	05	09	05	17	18	12	08	12	14	18	08
103 VESP	03	20	08	16	08	22	12	20	08	20	20	22	13
104 VESP	13	24	07	12	16	24	X	23	13	24	21	24	19
105 VESP	10	19	11	21	10	22	X	22	13	21	17	22	16
TOTAL	36	86	46	80	53	98	51	102	54	92	93	108	69

Tabela 18 - Mapa de resultados - Reprovados - 1º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs¹.: As turmas 104 e 105 vespertino não tiveram a nota de Geografia (GGF) provavelmente devido não aparecer a disciplina na grade curricular do mapa do SIAEP (não foi oferecida a disciplina).

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
200 MAT	03	06	02	03	02	02	04	02	05	05	04	02	03
201 MAT	09	09	09	09	09	09	09	09	09	09	09	09	09
202 MAT	03	10	03	03	04	04	03	03	04	29	06	03	06
203 MAT	02	03	02	03	03	03	02	02	02	03	03	02	02
TOTAL	17	28	16	18	18	18	18	16	20	46	22	16	20
200 VESP	07	11	07	07	07	11	07	07	09	12	07	10	08
201 VESP	03	03	06	03	04	07	06	06	06	07	05	05	05
202 VESP	02	05	04	03	03	07	05	06	07	07	02	07	04
203 VESP	04	02	04	06	04	03	06	06	04	04	04	05	05
204 VESP	05	08	05	04	04	05	05	06	12	05	06	05	05
TOTAL	21	29	26	23	22	33	29	31	38	35	24	32	27

Tabela 19 - Mapa de resultados - Reprovados - 2º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA.

Obs.:A turma 204 MAT não foi oferecida.

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
300 MAT	03	03	03	03	06	03	02	03	04	06	04	03	04
301 MAT	01	05	01	01	02	02	05	01	01	05	03	02	12
302 MAT	03	04	04	03	03	04	04	04	03	04	00	01	04
303 MAT	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
TOTAL	08	13	09	08	12	10	12	09	09	16	08	07	21
300 VESP	02	03	03	03	02	02	03	03	03	04	02	02	03
301 VESP	11	14	11	11	11	11	12	14	14	16	16	14	11
302 VESP	01	02	03	02	02	02	03	03	05	05	03	03	04
TOTAL	14	19	17	16	15	15	18	20	22	25	21	19	18

Tabela 20 - Mapa de resultados - Reprovados - 3º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
100 NOT	25	24	24	24	25	25	25	25	24	24	24	24	25
200 NOT	35	33	30	X	34	34	34	35	36	35	38	32	35
300 NOT	14	16	15	17	15	15	18	16	16	15	10	15	18
TOTAL	74	73	69	41	74	74	77	76	76	74	72	71	78

Tabela 21 - Mapa de Resultados - 1º, 2º e 3º ano - Ano letivo de 2014 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs.: Na turma 200 noturno não foi oferecida a disciplina Espanhol (ESP).

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
NOVA 101 EJA	11	11	05	11	12	12	01	03	03	11	12	12
NOVA 102 EJA	30	27	24	30	28	27	31	25	28	28	28	26
TOTAL	41	38	29	41	40	39	32	28	31	39	40	38
201 EJA	11	09	09	11	11	11	10	09	10	11	11	11
202 EJA	08	08	07	08	08	10	10	08	09	13	08	08
TOTAL	19	17	16	19	19	21	20	17	19	24	19	19

Tabela 22 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1ª e 2ª etapas - Ano letivo de 2014 - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA

Obs¹.: Nas 1ª e 2ª etapas não foi oferecida a disciplina Espanhol (ESP).

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC	LIP
100 MAT	08	14	05	06	06	12	16	10	08	16	12	06	12	12
101 MAT	05	13	02	03	02	06	05	05	04	13	07	01	17	07
102 MAT	02	11	03	04	01	06	04	08	01	12	01	01	10	08
103 MAT	06	09	02	07	02	08	04	05	03	16	05	01	07	06
TOTAL	21	47	12	20	11	32	29	28	16	57	25	09	46	33
100 VESP	02	13	01	03	01	11	15	13	06	07	08	14	07	-
101 VESP	02	13	07	07	06	09	15	14	09	07	13	15	06	-
102 VESP	06	07	05	07	06	07	10	10	07	09	08	09	08	-
103 VESP	04	10	07	10	07	07	06	11	06	08	09	10	06	-
TOTAL	14	43	20	27	20	34	46	48	28	31	38	48	27	-

Tabela 23 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas: BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA; LIP = LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUÇÃO TEXTUAL.

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC	LIP
200 MAT	02	02	01	02	00	01	07	01	00	02	01	00	02	-
201 MAT	04	04	04	04	03	04	04	03	03	04	03	03	03	03
202 MAT	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02	02
203 MAT	05	07	06	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07
204 MAT	04	08	06	05	06	05	08	07	03	05	05	02	06	-
TOTAL	17	23	19	20	18	19	28	20	15	20	18	14	20	12
200 VESP	03	03	03	03	03	03	03	03	03	03	03	03	03	03
201 VESP	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
202 VESP	04	00	05	03	05	03	05	04	03	04	04	05	03	04
203 VESP	00	00	05	04	06	04	07	04	04	07	04	07	05	04
TOTAL	07	03	13	10	14	10	15	11	10	14	11	15	11	11

Tabela 24 - Mapa de Resultados - Reprovados - 2º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA; LIP = LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUÇÃO TEXTUAL

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC	LIP
300 MAT	02	03	02	03	02	03	03	02	02	04	02	04	02	-
301 MAT	03	04	03	03	04	04	05	03	03	05	03	04	04	-
302 MAT	00	02	01	02	00	02	02	02	00	02	01	02	01	01
303 MAT	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
304 MAT	01	01	02	02	01	01	01	04	02	04	01	04	04	01
TOTAL	07	11	09	11	08	11	12	12	08	16	08	15	12	03
300 VESP	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	-
301 VESP	03	04	04	04	05	04	04	04	03	06	03	06	04	-
302 VESP	00	00	02	03	02	03	03	02	01	03	00	03	01	-
303 VESP	03	04	04	03	03	04	03	04	03	04	04	04	03	-
TOTAL	07	09	11	11	11	12	11	11	08	14	08	14	09	-

Tabela 25 - Mapa de Resultados - Reprovados - 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Diurno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA; LIP = LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUÇÃO TEXTUAL.

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	ESP	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC	LIP
100 NOT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
200 NOT	16	16	16	-	15	16	15	15	13	14	13	26	15	-
300 NOT	10	10	10	X	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
TOTAL	26	26	26	X	25	26	25	25	23	24	23	36	25	10

Tabela 26 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1º, 2º e 3º ano - Ano letivo de 2015 - Modalidade: Ensino Regular - Nível: Médio Presencial - Noturno

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA; LIP = LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUÇÃO TEXTUAL.

Obs¹.: Não foi oferecida a turma 100 normal no noturno.

Obs².: Na turma 300 noturno não foi oferecida disciplina espanhol.

TURMAS	ARTE	BIO	EDF	FIL	FIS	GGF	HST	ING	MTM	PRT	QUI	SOC
101 EJA	20	20	19	19	18	19	17	19	18	19	19	17
102 EJA	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
103 EJA	24	24	23	23	23	24	24	22	24	23	23	22
TOTAL	70	70	68	68	67	69	67	67	68	68	68	65
201 EJA	12	12	11	12	12	11	09	11	12	10	12	12

Tabela 27 - Mapa de Resultados - Reprovados - 1ª e 2ª etapas - Modalidade: EJA - Nível: Médio Presencial

Legendas:

BIO = BIOLOGIA; EDF = EDUCAÇÃO FÍSICA; ESP = ESPANHOL; FIL = FILOSOFIA; FIS = FÍSICA; GGF = GEOGRAFIA; HST = HISTORIA; ING = INGLÊS; MTM = MATEMÁTICA; PRT = PORTUGUÊS; QUI = QUÍMICA; SOC = SOCIOLOGIA.

Obs¹.: Nas 1ª e 2ª etapas não foi oferecida a disciplina Espanhol (ESP).